

ISSN 1983-9391

Revista Brasileira de Ecoturismo

Brazilian Ecotourism Journal

Volume 5, N° 1, Janeiro/Abril 2012



Revista Brasileira de Ecoturismo

Volume 05, Número 01, janeiro-abril de 2012

Publicação da Sociedade Brasileira de Ecoturismo

Os artigos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.



Editor-Chefe

Prof. Dr. Zysman Neiman

Editores:

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editor Executivo

Prof. Esp. Carlos Eduardo Silva

Editora de Idiomas

Malila Carvalho de Almeida Prado

Capa e layout do site

Lucas Neiman

Fotos

Andréa Rabinovici (capa e contra-capas)

Zysman Neiman

Website: www.sbecetur.org.br/rbecotur

End.: Rua Dona Ana, 138, Vila Mariana,
São Paulo, SP - Brasil, CEP 04111-070

Tel.: (11) 9195-7685

E-mail: rbecotur@sbecetur.org.br

Comitê Avaliador:

Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró

Profa. Dra. Alcyane Marinho

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Profa. Dra. Almerinda Antonia Barbosa Fadini

Profa. Dra. Ana María Wegmann Saquel

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez

Profa. Dra. Andréa Rabinovici

Profa. Dra. Beatriz Veroneze Stigliano

Prof. Drando. Bruno Pereira Bedim

Profa. Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues

Profa. Dra. Célia Maria de Toledo Serrano

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo

Profa. Dra. Denise de Castro Pereira

Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt

Prof. Dr. Ferdinando Filetto

Prof. Dr. Flávio José de Lima Silva

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo

Prof. Dr. Giovanni de Farias Seabra

Arq. Hector Ceballos-Lascurain

Profa. Dra. Heloisa Turini Bruhns

Prof. Drando. Heros Augusto Santos Lobo

Prof. Dr. Ismar Borges de Lima

Prof. Dra. Ivani Ferreira de Faria

Prof. Dr. Jesús Manuel López Bonilla

Profa. Dra. Jasmine Cardoso Moreira

Prof. Dr. João Luiz de Moraes Hoefel

Prof. Dr. José Artur Barroso Fernandes

Prof. Dr. José Martins da Silva Júnior

Profa. Dra. Kerlei Eniele Sonaglio

Profa. Dra. Lilia dos Santos Seabra

Prof. Dr. Lucio Flavo Marini Adorno

Prof. Dr. Luiz Afonso Vaz de Figueiredo

Profa. Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

Profa. Dra. Maria Cristina Basílio Crispim da Silva

Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares

Profa. Dra. Maria Lúcia Ferreira da Costa Lima

Profa. Dra. Marilia Cunha Lignon

Prof. Dr. Mário Jorge Cardoso Coelho Freitas

Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

Profa. Dra. Nadja Castilho da Costa

Profa. Dra. Odaleia Telles M. Machado Queiroz

Prof. Dr. Paulo dos Santos Pires

Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César

Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

Prof. Dr. Sidnei Raimundo

Profa. Dra. Solange Terezinha de Lima Guimarães

Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan

Prof. a. Dra. Suzana Machado Padua

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Prof. Dr. Zysman Neiman

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	05
EDITORIAL.....	06
ARTIGOS	
Comunidades à margem da sustentabilidade: um olhar sobre o Polo Ecoturístico de Iranduba (AM).....	11
Edinelza Macedo Ribeiro, Ana Lucia Soares Machado, Elane Conceição de Oliveira, Elimar Pinheiro do Nascimento	
<i>The communities in the margins of the sustainability: a look at the Iranduba Ecoturism Pole in Amazonas, Brazil.....</i>	11
Edinelza Macedo Ribeiro, Ana Lucia Soares Machado, Elane Conceição de Oliveira, Elimar Pinheiro do Nascimento	
O potencial do município de Piracicaba (SP) para o turismo de observação de aves (<i>Birdwatching</i>).....	27
Eduardo Roberto Alexandrino, Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz, Rosemeire Calixto Massarutto	
<i>The potential of the Piracicaba city (SP, Brazil) to birdwatching tourism.....</i>	27
Eduardo Roberto Alexandrino, Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz, Rosemeire Calixto Massarutto	
Ecoturismo étnico no Parque Nacional do Monte Pascoal: formas de comunicação entre condutores indígenas e visitantes da Unidade de Conservação.....	53
Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira	
<i>Ecotourism Ethnic in Monte Pascoal National Park: forms of communication between indigenous guide and visitors to the protected area.....</i>	53
Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira	
A bacia catarinense do Rio Uruguai e o turismo de conservação como ferramenta ao desenvolvimento sustentável regional.....	67
Oldemar de Oliveira Carvalho Junior, Rafael Medeiros Sperb	
<i>The basin of Uruguay River in Santa Catarina (Brazil) and the conservation tourism as a tool for sustainable regional development.....</i>	67
Oldemar de Oliveira Carvalho Junior, Rafael Medeiros Sperb	

Ritos e rituais nas viagens à natureza.....	87
Heloisa Turini Bruhns, Alcyane Marinho	
<i>Rites and rituals in travels to nature.....</i>	87
Heloisa Turini Bruhns, Alcyane Marinho	

Culturas originárias e turismo: uma experiência de turismo comunitário no mundo Mapuche, Tralcao, Sul do Chile.....	103
Christian Eduardo Henríquez Zuñiga, Marisela Pilquiman Vera, Juan Carlos Skewes, Carlos Alberto Cioce Sampaio	
<i>Indigenous cultures and tourism: an experience in community based tourism in the Mapuche world, Tralcao, Southern Chile.....</i>	103
Christian Eduardo Henríquez Zuñiga, Marisela Pilquiman Vera, Juan Carlos Skewes, Carlos Alberto Cioce Sampaio	

Caminhadas interpretativas e conhecimento popular sobre plantas medicinais como forma de Educação Ambiental.....	119
João Luiz de Moraes Hoefel, Nayra de Moraes Gonçalves, Almerinda Antônia Barbosa Fadini	
<i>Interpretive walks and medicinal plants popular knowledge as an Environmental Education strategy.....</i>	119
João Luiz de Moraes Hoefel, Nayra de Moraes Gonçalves, Almerinda Antônia Barbosa Fadini	

RESENHA

Pensamento ecológico brasileiro: uma luta pela emancipação e liberdade	139
Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire	

APRESENTAÇÃO

A REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO (RBEcotur) é uma publicação eletrônica quadri-mestral produzida pela Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), sendo expressão do esforço dos profissionais nela envolvidos: editores e outros colaboradores. Criada em 2008, seus volumes são editados exclusivamente na formatação eletrônica *on line* (SEER).

MISSÃO: Publicar artigos inéditos de caráter científico com o objetivo de atender diferentes profissionais diante dos vários contextos de estudos e pesquisas em Ecoturismo e atividades afins, contribuindo para a difusão, diálogo e intercâmbio de conhecimentos teóricos ou aplicados, bem como para a formação de redes. Propõem-se a promover um amplo debate entre o poder público e privado, as operadoras, as agências, ONGs e instituições de ensino e pesquisa, principalmente no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado a práticas de mínimo impacto.

A transferência e troca desses conhecimentos são de suma importância para que a análise e a prevenção dos impactos do Ecoturismo e atividades afins se constituam em ferramenta imprescindível para dar subsídio à manutenção das práticas de preservação e ao planejamento estratégico de atividades de lazer, interpretativas da natureza e de Educação Ambiental, ligadas à conservação dos recursos naturais.

São os seguintes os **eixos temáticos** desta revista:

- **Eixo 1** - Ecoturismo e Educação Ambiental
- **Eixo 2** - Planejamento e Gestão do Ecoturismo
- **Eixo 3** - Manejo e Conservação dos recursos naturais através do Turismo Sustentável
- **Eixo 4** - Ensino, Pesquisa e Extensão em Ecoturismo
- **Eixo 5** - Ecoturismo de Base Comunitária

O Ecoturismo é uma prática que precisa ser mais bem estudada e compreendida pois, apesar de já ser praticado há mais de cem anos (desde a criação dos primeiros parques nacionais no mundo: *Yellowstone* e *Yosemite*), só nos últimos anos do século XX se configurou como um fenômeno crescente e economicamente significativo.

Embora os seus princípios e diretrizes estejam claramente estabelecidos e pareçam conceitualmente compreendidos pelos profissionais da área, na prática, o Ecoturismo carece ainda de uma visão estratégica, que promova seu desenvolvimento em nível nacional. Esta afirmação é especialmente verdadeira quando são analisados os projetos de desenvolvimento em implementação no Brasil e as dificuldades no planejamento e obtenção de resultados referentes aos compromissos com a Sustentabilidade.

Assim, convidamos todos os pesquisadores e produtores de conhecimento em Ecoturismo e áreas afins a somar seus esforços aos nossos, divulgando suas ideias nas edições da REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO.

Prof. Dr. Zysman Neiman
Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini
Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editores da RBEcotur

EDITORIAL

Prezados leitores e colaboradores.

Iniciando nosso quinto ano de publicações, incluímos nesta edição alguns dos trabalhos apresentados no VIII Congresso Brasileiro de Ecoturismo e do IV Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação, agora em suas versões completas, bem como artigos que de renomados pesquisadores que nos enviaram suas contribuições.

São sete artigos originais, além de mais uma resenha. No primeiro artigo desta edição, Edinélza Macedo Ribeiro, Ana Lucia Soares Machado, Elane Conceição de Oliveira, e Elimar Pinheiro do Nascimento analisam o impacto do polo ecoturístico no município de Iranduba (AM), que abriga a maior concentração de hotéis de selva na Amazônia, sobre as comunidades da região.

Em seguida, no segundo artigo, Eduardo Roberto Alexandrino, Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz, e Rosemeire Calixto Massarutto investigam o potencial que o município de Piracicaba (SP) possui para o oferecimento do turismo de observação de aves (*birdwatching*). Fizeram o levantamento do número de espécies já observadas localmente, listaram os locais aptos para sua realização, e realizaram entrevistas junto à rede hoteleira com o propósito de identificar infraestrutura e capacidade atual de recepção dos adeptos da prática.

Através do estudo de caso do Parque Nacional do Monte Pascoal, no extremo sul da Bahia, Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira descreve o contexto sociocultural da etnia Pataxó e identifica, através de observação participante e de entrevistas semi estruturada com as lideranças da aldeia do Pé do Monte, a narrativa dos condutores indígenas, o artesanato, a arte plástica e os rituais como formas de comunicação utilizadas com os visitantes.

O quarto artigo, de Oldemar de Oliveira Carvalho Junior, e Rafael Medeiros Sperb apresentam um banco de dados que inclui IDH, PIB, Turismo de Aventura, Festas, Lazer, Hospedagem, Instituições de Ensino, Enem, Produção Agrícola, Ferrovias, Veículos, Hospitalares, Número de Habitantes e Unidades de Conservação, além de mapas temáticos por eles organizados de forma a subsidiar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável do Rio Uruguai em sua porção catarinense, que abrange 8 Bacias Hidrográficas: Peperi-Guaçu, Antas, Chapecó, Irani, Jacutinga, Peixe, Canoas e Pelotas.

O quinto artigo, de Heloisa Turini Bruhns e Alcyane Marinho, é um ensaio que pretende, ao explorar alguns ritos e rituais presentes nas buscas pela natureza, desenvolver reflexões sobre alguns elementos que contribuem para essas ritualizações como a própria viagem e, nela, momentos nos quais ocorrem “cerimônias” consideradas relevantes, como o ritual do silêncio

e o ritual do pôr do sol. As autoras esperam, com suas discussões, fortalecer o repensar sobre importantes aspectos da vida atual, especialmente atrelados à natureza.

Em seguida, no sexto artigo, Christian Eduardo Henríquez Zuñiga, Marisela Pilquiman Vera, Juan Carlos Skewes, e Carlos Alberto Cioce Sampaio procuram avançar na identificação e priorização das demandas da comunidade Mapuche em Tralcao (Chile), para respondê-las a partir de uma proposta de turismo de base comunitária. Através de pesquisa-ação participante, oficinas, observações de campo, e um transecto (coleta de dados ao longo de uma caminhada de reconhecimento do território mediante observações sistemáticas sobre modos de vida e biodiversidade) com estudantes do ensino médio e membros da comunidade indígena de Tralcao, propõem que o eixo articulador desse turismo se sustente a partir da comunidade, convivialidade e cotidianidade Mapuche, para conservar seus modos de vida e preservar a biodiversidade territorial.

O sétimo artigo também apresenta um estudo sobre as caminhadas interpretativas com foco no conhecimento e uso popular de plantas medicinais que vêm sendo realizadas na Área de Proteção Ambiental Fernão Dias (Camanducaia-MG). A caminhada foi testada com um grupo inicial de moradores, alunos de pós-graduação e turistas que avaliaram positivamente seus diferentes aspectos, observando-se que a utilização de plantas medicinais está intimamente relacionada à identidade cultural da população local e que a manutenção deste conhecimento é essencial, já que pode orientar o manejo e possibilitar a conservação das áreas naturais através da Educação e Interpretação Ambiental.

Completando esta edição, Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire nos enviou a resenha que escreveu sobre obra *"Um sopro de conservação: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)"*, um livro de José Augusto Padua já clássico dentro do ambientalismo.

Nesta edição os leitores poderão notar algumas pequenas modificações no projeto gráfico, com vistas a atender solicitações de pareceristas *ad doc* da Coleção SciELO Brasil e do Sistema de Información Científica Redalyc, de modo que em breve possamos fazer parte desses importantes qualificadores. Informamos que a RBEcotur foi aceita e incorporada no Diadorim, diretório de políticas das revistas científicas brasileiras sobre o acesso aberto aos artigos por meio de repositórios institucionais., do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Também estamos inscritos no *Directory of Open Access Journals (DOAJ)*, sendo que os dados da Revista podem ser acessados pelo link <http://www.doaj.org/doaj?func=openurl&issn=19839391&genre=journal>.

Para encerrar, anunciamos a chegada de novos membros ao nosso Comitê de Avaliadores, também no intuito de atender a sugestões dos qualificadores acima citados: o Prof. Dr. Paulo dos Santos Pires, da Univali, o Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez, da UFU, a Profa. Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues, da UFFRJ, a Profa. Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano, da UECE e a Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares, da UFPA, pesquisadores que muito irão contribuir com a excelência acadêmica desejada por nossa RBEcotur. Sejam bem-vindos!

A todos, uma boa leitura!

Zysman Neiman
Editor Chefe



Nota dos Editores:

O Buriti (*Mauritia flexuosa*), presente no logotipo da RBEcotur, é uma homenagem à Pindorama, a “Terra das Palmeiras”, com suas paisagens de grande potencial para o ecoturismo, bem como às suas veredas, que compõem alguns dos mais expressivos e belos conjuntos cênicos de nosso país. A cada número da Revista, uma árvore brasileira será evocada. Neste número a homenageada é o Oitizeiro (*Licania tomentosa*), que pode atingir altura entre 8 a 15 metros. Espécime típico da vegetação brasileira, essa árvore encontra-se em abundância no nordeste brasileiro, em especial nas áreas ocupadas pela Floresta Atlântica. fornece ótima sombra, devido à sua copa frondosa, sendo por isso perfeita para plantio em praças, jardins, ruas e avenidas, principalmente em regiões litorâneas.

Sê

Se não puderes ser um pinheiro, no topo de uma colina,
Sê um arbusto no vale mas sê
O melhor arbusto à margem do regato.
Sê um ramo, se não puderes ser uma árvore.
Se não puderes ser um ramo, sê um pouco de relva
E dá alegria a algum caminho.

Se não puderes ser uma estrada,
Sê apenas uma senda,
Se não puderes ser o Sol, sê uma estrela.
Não é pelo tamanho que terás êxito ou fracasso...
Mas sê o melhor no que quer que sejas.

Pablo Neruda



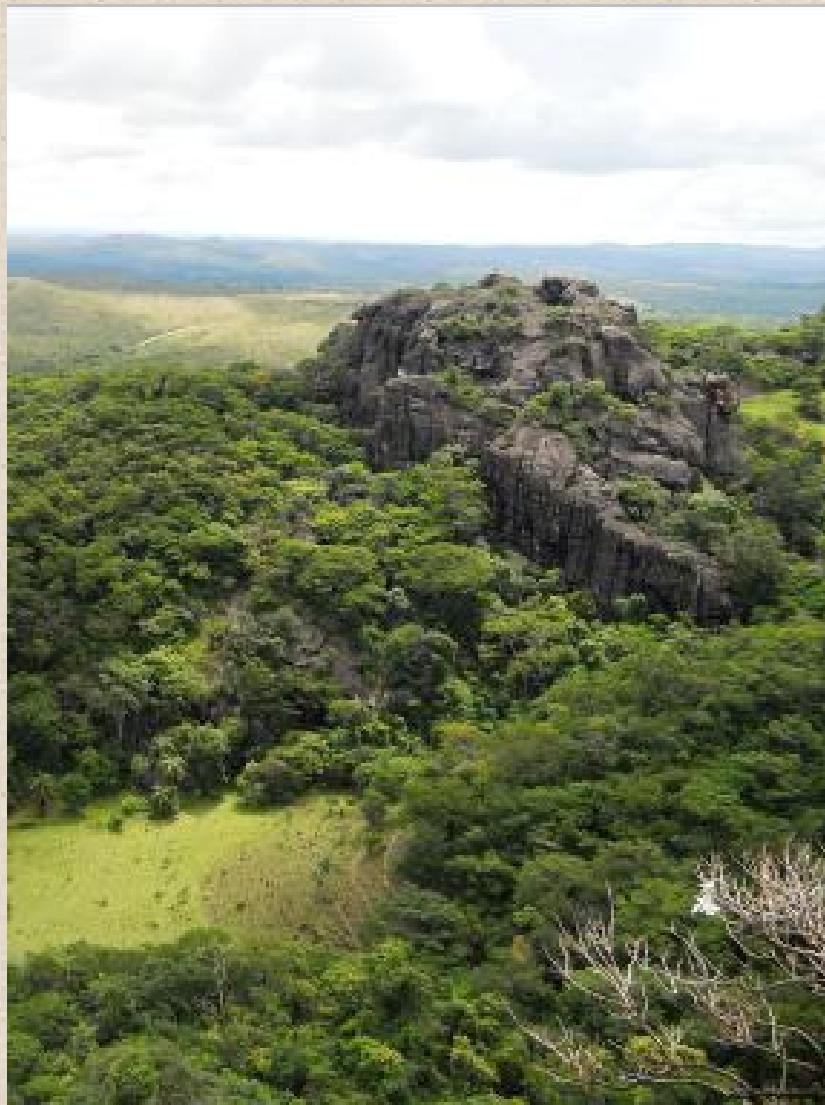
**SEÇÃO
ARTIGOS**

Procuro semear otimismo e plantar sementes de paz e justiça.
Digo o que penso, com esperança.

Penso no que faço, com fé.
Faço o que devo fazer, com amor.

Eu me esforço para ser cada dia melhor, pois bondade também se aprende.
Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir
ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir.

Cora Coralina





Comunidades à margem da sustentabilidade: um olhar sobre o Polo Ecoturístico de Iranduba (AM)¹

The communities in the margins of the sustainability: a look at the Iranduba Ecotourism Pole in Amazonas, Brazil

**Edinélza Macedo Ribeiro, Ana Lucia Soares Machado,
Elane Conceição de Oliveira, Elimar Pinheiro do Nascimento**

RESUMO

A Amazônia possui uma das maiores biodiversidade preservada do planeta. Dispõe de um banco genético precioso para a exploração científica e econômica, porém, encontra-se ameaçado pela degradação ambiental. Por apresentar uma rica sociodiversidade com grande número de etnias indígenas, marcada pela cultura dos povos ribeirinhos, rica em festas folclóricas, a região também é conhecida como Referencial do Ecoturismo. O presente artigo se propôs analisar o impacto do polo ecoturístico no município de Iranduba (AM) sobre as comunidades da região. A pesquisa é de natureza qualitativa, pois priorizou para a realização da coleta de dados a técnica metodológica do Grupo Focal. O que motivou a realização desse trabalho foi investigar o *modus operandi* do ecoturismo no Amazonas, com o fim de revelar se esta atividade tem sido realizada de acordo com o conceito defendido pela literatura. A escolha desse polo ecoturístico deu-se em virtude do município anteriormente citado abrigar a maior concentração de hotéis de selva e uma diversidade de comunidades ao seu redor. O resultado do estudo aponta que as comunidades naquele polo estão excluídas do processo que constitui o tripé do ecoturismo, tanto com relação ao equilíbrio ambiental, como o social e o econômico. Verifica-se também a falta de consenso dentro do mercado turístico local sobre a importância dos aspectos sociais e ambientais no setor. Com a realização desse estudo, espera-se contribuir com informações básicas da realidade do mercado ecoturístico do Estado do Amazonas para subsidiar construção de políticas públicas na região Norte do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo; Sustentabilidade; Polo de Ecoturismo.

ABSTRACT

The Amazon has one of the largest preserved biodiversity on the planet. It has a valuable gene bank for scientific and economic exploration, however, which is threatened by environmental degradation. Due to its rich social diversity with a large number of indigenous ethnicities, which is marked by the culture of peoples on the riverside and rich in folkloric festivities, the region is also known as a Reference in Ecotourism. This paper aims at analyzing the impact of the Iranduba (AM) ecotourism site on the local communities. Qualitative research using the Focal Group methodological technique was used for data collection. This work was carried out in order to investigate the *modus operandi* of ecotourism in the Amazon to show whether this activity is done in accordance with the concepts advocated in the literature. This ecotourism pole in Iranduba was chosen for its large concentration of jungle lodges and for the variety of its neighboring communities. The result of this study indicates that communities in this site are excluded from the process which is the ecotourism tripod, with respect to environmental, social and economic balance. There is also a lack of consensus within the local tourist market on the importance of social and environmental sector. This study aims to give a contribution with basic information of the reality of ecotourism market in the Amazonas state to subsidize the construction of public policies in the North region of Brazil.

KEYWORDS: Ecotourism, Sustainability, Ecotourism Pole.

Introdução

Analizado como uma atividade econômica, o turismo é um fenômeno de demanda altamente associado ao consumo e seu desenvolvimento tem ocorrido em todas as regiões do país.

No estado do Amazonas, o cenário de desenvolvimento do turismo é promissor e aponta para o segmento de natureza, ligado ao lazer, o grande responsável pelo crescimento da demanda no local. Para a Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR (2009), 55,98% dos visitantes que vêm ao Amazonas são motivados pelo turismo de lazer e, em sua grande maioria (70,26%), proveniente do exterior.

Dentro dessa perspectiva, voltada ao desenvolvimento do turismo sustentável, a prática do ecoturismo se apresenta como uma das atividades que pode ser desenvolvida no Amazonas, já que atrativos naturais e culturais não faltam à região. A designação atribuída ao Estado como “Referencial Nacional do Ecoturismo” (RUSSO, 2005) justifica-se diante do potencial da biodiversidade e da sociodiversidade existente na região. E tem se mostrado uma importante alternativa para o desenvolvimento econômico local, como atividade menos impactante do que a mineração, a pecuária, a extração de madeira e a implantação de hidrelétricas.

Não é por acaso que esse segmento tem sido estratégico para o Amazonas, pois o Estado possui 14 Polos Ecoturísticos. A designação “Polo Ecoturístico” se refere a um conjunto de municípios que concentram muitos atrativos para a realização dessa prática (FERREIRA; COUTINHO, 2002). Assim, com exceção do município de Parintins (Polo Saterê), que é um destino indutor de desenvolvimento turístico, as cidades de Manaus, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, Altazes, Careiro, Careiro da Várzea, Silves, Novo Airão e São Gabriel da Cachoeira enquadram-se nos critérios e características de polos ecoturísticos (PLANO DE INCENTIVO AO TURISMO NA AMAZÔNIA, 2009).

Faria (2005) aponta alguns critérios que caracterizam esses polos: proximidade da capital, Manaus; potencial ecoturístico com produtos em operação; disposição de Unidades de Conservação; Reservas Ambientais e Áreas Indígenas. Critérios como infraestrutura mínima de acesso terrestre, fluvial e/ou aéreo e inserção destas áreas no Projeto Corredores Ecológicos², também contribuem na escolha desses municípios como polos ecoturísticos.

Vale salientar que no contexto das definições existentes para o termo “ecoturismo”, três características constituem o chamado tripé da sustentabilidade dessa atividade, a saber: garantia da conservação ambiental, educação ambiental e benefício às comunidades receptoras (FACO; NEIMAN, 2010). O termo sustentabilidade abordado nesta pesquisa, refere-se a concepção utilizada nas orientações básicas do Ecoturismo (2008) p.17, o qual:

[...] visa promover a harmonia dos seres humanos entre si e com a natureza. Utilizar o patrimônio natural e cultural de forma sustentável representa a promoção de um turismo “ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a fragilidade que caracteriza muitas destinações turísticas.

Desta forma, o maior desafio para os gestores dos Polos Ecoturísticos do Amazonas está em desenvolver políticas públicas voltadas para a utilização sustentável dos recursos naturais amazônicos, aliando conservação ambiental e bem-estar das populações que vivem nas comunidades localizadas nas áreas de influências dessas regiões – o que converge para um turismo em bases sustentáveis.

Para tanto, o objetivo deste trabalho foi analisar o impacto do polo ecoturístico de Iranduba/AM sobre as comunidades da região. O que motivou a realização do mesmo foi investigar o *modus operandis* do ecoturismo no Amazonas com a pretensão de revelar se o ecoturismo que se desenvolve no Estado está de acordo com o conceito defendido pela literatura. A escolha desse polo deu-se em virtude do município de Iranduba abrigar a maior concentração de hotéis de selva do Amazonas e grande diversidade de comunidades ao seu redor.

Além dessa introdução, a seção imediata delinea os procedimentos metodológicos utilizados neste artigo, com a descrição do grupo focal e uma caracterização breve da área de estudo. A seção a seguir analisa e discute os resultados encontrados. Por fim, apresentam-se as considerações finais e sugestões.

Procedimentos Metodológicos

Para a realização de um diagnóstico do Polo Ecoturístico de Iranduba a metodologia que se adotou foi a seguinte:

a) Aplicação da técnica de Grupo Focal. Nesta dinâmica, priorizaram-se os seguintes atores sociais: seis representantes das comunidades locais e três representantes da gestão pública local.

b) Conhecer a área de estudo: localização e contexto histórico do Polo Ecoturístico de Iranduba, por meio de análise documental e pesquisa de campo.

Instrumento de coleta de informações - Grupo Focal (GF)

A técnica de coleta de dados Grupo Focal (GF) é aplicada em pesquisas qualitativas que foram muito usadas na área da psicologia (TRENTINI, 2000). Tem avanç-

do na pesquisa educacional (GOMES, 2005) e recentemente aplicada no ecoturismo conforme Neiman e Rabinovici (2008). A aplicação dessa técnica consiste na realização de uma conversa em grupo de pessoas, com um roteiro previamente elaborado. A condição para participar do grupo é demonstrar algum interesse comum para dar sua opinião, comentar sobre o tema, objeto da pesquisa, a partir de suas vivências. As conversas são mediadas por um facilitador do grupo.

O GF normalmente não deve exceder a 15 participantes. O grupo integrante desta pesquisa foi formado por representantes das associações comunitárias (São José, Alto de Nazaré, Caldeirão, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São Pedro e Cacau Pereira), sendo três delas localizadas no entorno dos hotéis de selva e três comunidades situadas na sede do município, em um total de seis. Os representantes da gestão pública foram um turismólogo do Centro de Atendimento ao Turista (CAT), um componente da Secretaria Municipal de Turismo e um da Secretaria de Meio Ambiente.

O convite foi dirigido ao grupo citado anteriormente, com a finalidade de que contribuíssem de alguma forma para o avanço do turismo de base sustentável na região, sem receber qualquer espécie de gratificação. Todos os participantes inicialmente receberam informações sobre o tema da discussão.

As questões que subsidiaram o debate foram: atividades desenvolvidas pelos participantes, dinâmica econômica das comunidades e do município, benefícios e impactos das atividades turísticas para as comunidades locais, contribuição das comunidades para o desenvolvimento do ecoturismo, programas ou projetos ecoturísticos desenvolvidos pelo governo do estado e por empreendedores dos hotéis de selva e existência de etnias indígenas no entorno dos hotéis de selva. A mediadora do GF foi a professora da Universidade do Estado do Amazonas/UEA e doutoranda em Desenvolvimento Sustentável/UnB, neutra quanto às questões locais, pois não era conhecida do grupo. Esta conduziu a discussão de forma que os participantes pudessem opinar livremente sobre sua experiência ao longo dos anos na área de turismo e artesanato, com o cuidado para oportunizar a participação de todos.

Caracterização e contextualização da área de estudo

Iranduba, município do estado do Amazonas inclui-se na Região Metropolitana de Manaus, possui 40.735 habitantes, com 28.928 residindo na área urbana e 11.807 vivendo na zona rural (IBGE, 2010).

De acordo com o mapa de zoneamento do município, Iranduba possui 28 comunidades. Localiza-se a 27 km em linha reta da capital e 13 km via terrestre. Possui uma área de 2.215,0 Km². A cidade foi elevada à categoria de município pela Emenda Constitucional nº 12, de 10 de dezembro de 1981, no Governo de José Bernardino Lindoso. Banhada pelo rio Negro e Solimões, limita-se com as cidades de Manaus, Novo Airão, Manacapuru, Careiro da Várzea e Manacapuru (Figura 1).



Figura 1: Localização do Município de Iranduba/AM - Região Metropolitana.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus, 2010.

A cidade de Iranduba se enquadra na categoria de Polo Ecoturístico por possuir a maior concentração de Hotéis de Selva: Ariaú Tower, Pousada Amazônia, Acajatuba, Tiwa Amazon Eco Resort, Amazon Fish, Pousada Ecológica, Hotel de Selva Lago Salvador, Tariri Amazon Lodge e outros. Além disso, a região faz parte do Corredor Ecológico¹: Projeto Corredor Central da Amazônia; possui duas Unidades de Conservação; detém logística favorável à capital do estado e uma riquíssima beleza cênica (Figura 2).

No âmbito da literatura brasileira sobre ecoturismo Neiman e Mendonça (2005); Lindberg e Hawkins (2005); contribuem com significativas publicações sobre o assunto. O Ecoturismo deve basear-se em uma perspectiva de sistemas que inclua a sustentabilidade e a participação da população rural local, naquelas regiões onde o maior potencial para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas pode ser encontrado. Os eixos-chave dessa modalidade focaliza o desenvolvimento da comunidade local. Por desenvolvimento da comunidade local entende-se conferir poderes aos grupos locais para controlar e gerenciar reservas valiosas, por meio de mecanismos que se digam sustentáveis, mas que também satisfaçam as necessidades econômicas, sociais e culturais do grupo (HORWICH, et al., 2005).

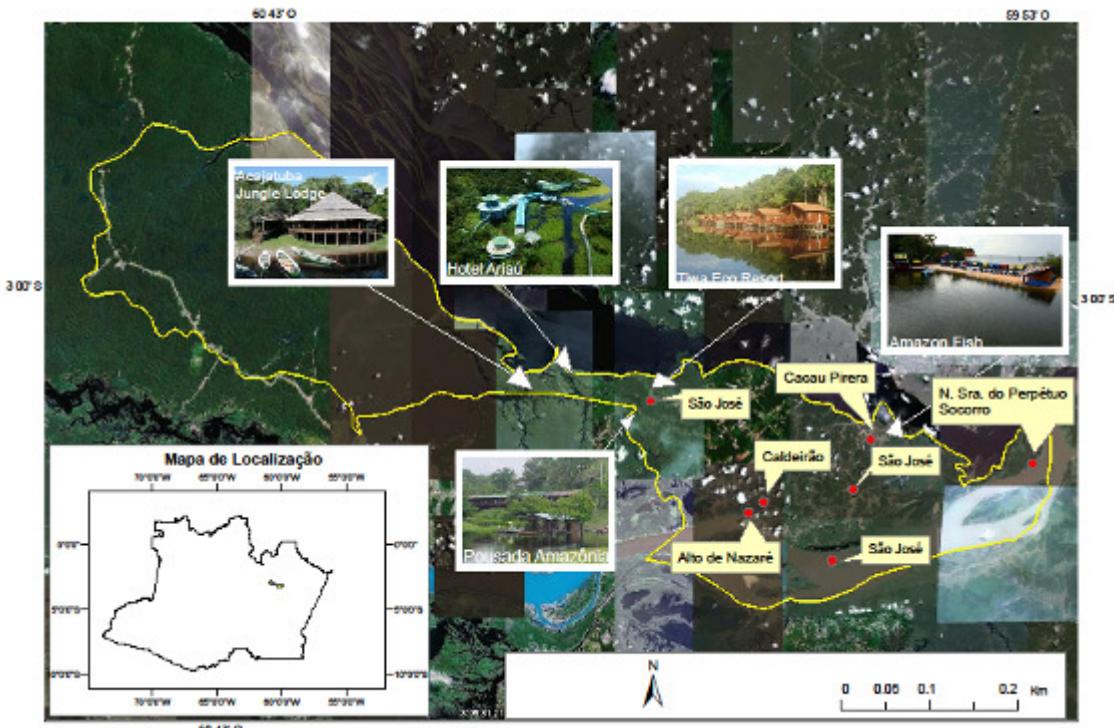


Figura 2: Mapa/localização das comunidades e Hotéis de Selva cidade Iranduba/AM.
Fonte: Criação Layout/Argemiro Neto/IBGE-2011.

Resultados e Discussões

De acordo com o conceito tratado neste artigo, o ecoturismo está fundamentando no tripé da sustentabilidade: equilíbrio ambiental, equilíbrio social e equilíbrio econômico. Os resultados desta pesquisa foram analisados dentro desta perspectiva:

Equilíbrio Ambiental

O turista que visita a região Amazônica é motivado pela beleza cênica e pelo imaginário popular da “Floresta Amazônica”. No imaginário coletivo mundial, o Estado aqui em destaque surge como santuário ecológico e como “território índio” estando a cultura indígena imensamente associada ao produto Amazônia. Possuidor de uma rica biodiversidade distribuída em uma área de 1.570.745 km², o Estado conta ainda, com 98% de sua floresta original, distribuída em diversos Parques Nacionais e Reservas Biológicas. A presença da cultura indígena é marcante: o equivalente a 65 etnias vivem no Estado (AMAZONASTUR, 2009).

O município de Iranduba é o mais próximo da porta de entrada (Manaus) dos turistas de todo o mundo, porque apresenta uma concentração de atrativos naturais. Os comunitários confirmam em seus depoimentos a beleza e as potencialidades naturais do lugar, pois vivem em área privilegiada como: o encontro das águas, florestas preservadas, praias, vitória-régia, animais e espécies endêmicas da Bacia Amazônica

como, por exemplo, o peixe pirarucu (*Arapaima gigas*).

Os empreendedores do Polo Ecoturístico de Iranduba, cientes desta beleza, usufruem da natureza e dos serviços ambientais gerados pela floresta tropical, os quais são: biodiversidade, beleza cênica, participação no ciclo hidrológico, sumidouro de gás carbônico, proteção do solo, fonte de alimentos e medicamentos (FEARSINDE, 1997; SALATI, 1983).

Após este estudo percebeu-se que há deficiência de dados sistematizados por parte desses empreendedores em conhecer a capacidade de carga³ para o uso sustentável dessas áreas, bem como os impactos provocados pela atividade ecoturística sobre os ecossistemas locais. Tanto que os representantes da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em suas falas, no GF revelaram, que na Vila de Cacau Pirêra, ocorre

[...] um tipo de ecoturismo só que não é basicamente desenvolvido dentro da comunidade, porque não recebem nenhum apoio do Hotel de Selva ali situado... [...] Ela diz também que na escola que trabalha diariamente os turistas vêm de todos os países visitarem a comunidade e as crianças têm o privilégio de estar junto com o turista e ela estava pensando em criar na comunidade a casa do caboclo, onde possam recepcionar os visitantes... [...] então a comunidade é linda e bem situada, mas precisa de recursos.

Os resultados apontam para os impactos ambientais, porém não quantificados nem qualificados, ou seja, os representantes comunitários convivem diariamente com muitos visitantes estrangeiros na área. Logo, nota-se que deve haver políticas públicas que integrem comunitários, gestores públicos do turismo, órgãos ambientais, a academia e os empreendedores dos hotéis de selva para que o desenvolvimento da atividade ecoturística no município seja sustentável.

No entanto, para garantir a manutenção da floresta e seus ecossistemas nessa região, medidas de proteção têm sido tomadas pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) com relação à criação de Unidades de Conservação - UC's, tais como Área de Proteção Ambiental - APA da Margem Direita Paduari-Solimões e Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Rio Negro e o Parque Ecológico do Lago Janauari. Porém, de acordo com as informações oriundas do GF, tais medidas ainda não são suficientes para a conservação e minimização dos impactos provocados pelo turismo de lazer. Pois as áreas continuam ocupadas por hotéis de selva, sem nenhum benefício aos moradores locais e controle pelos órgãos de fiscalização.

De acordo com Franco e Drummond (2009) mesmo com as políticas públicas da década de 1930⁴ e os avanços da pesquisa científica para a proteção da natureza o que prevaleceu nessas décadas foi o projeto político do desenvolvimentismo, que priorizava o crescimento econômico à custa da natureza. Todavia, os mesmos auto-

res sugerem que a última década seja o tempo em que a natureza se torna objeto de políticas públicas mais efetivas.

Porém, não foi este o resultado encontrado pelos pesquisadores, o Estado vende uma imagem que não retrata a realidade das comunidades, a lógica econômica privada e competitiva ainda prevalece nesses locais. Diante disto, esta pesquisa revelou que a sustentabilidade ambiental no Polo Ecoturístico de Iranduba ainda é insípida.

Equilíbrio Social

De acordo com Dale (2005) o conceito de ecoturismo ainda não apresenta uma definição precisa. Pires (2008) ao corroborar com esta idéia, afirma que a inexistência de um padrão consensual, leva vários setores a conceber sua própria idéia de ecoturismo em função dos seus próprios interesses. Isto foi verificado nas declarações dos moradores das comunidades rurais do município de Iranduba. Eles foram unânimes em afirmar que tanto o poder público municipal, estadual e federal, como as instituições ligadas diretamente na condução do fomento de políticas públicas do turismo no local, não reconhecem no ecoturismo uma alternativa de desenvolvimento sustentável para o local.

Com relação à oportunidade de emprego e renda, os envolvidos no GF reconheceram que não existe investimento na capacitação de mão de obra. Principalmente com relação às mulheres quando buscam vagas de camareiras e outras ocupações nos hotéis de selva. No que diz respeito às pessoas ligadas às atividades artesanais e proprietários de barracas de praias reconhecem que a falta de organização e qualificação dos serviços oferecidos contribui para o afastamento do turista do local.

Recursos como máquinas de costura para a confecção de roupas, sandálias de miçangas e a falta de clientela para comprar o artesanato foram algumas das contestações enfatizadas pelo grupo. Pelo que se pôde observar, dentre as seis comunidades participantes no GF, apenas a comunidade de Janauari está organizada em associação comunitária na exploração de artesanato. De acordo com seu presidente, essa estratégia vem apresentando resultados positivos, pois além de serem bem requisitados para participar de feiras em vários eventos, também conseguem viabilizar a divulgação e venda de seus produtos.

[...] somos privilegiados temos uma feira de artesanato lá no parque ecológico com uma associação com cerca de 29 associados que dispõem e vendem seus produtos. E hoje eu estou na condição de presidente dos produtores da comunidade São Pedro que representa a renda *per capita* de 60% da comunidade, outros vivem da pesca, agricultura e do comércio. Então Janauarí é privilegiada sim, a gente tá nessa qualidade. A associação é nova temos apenas oito meses estamos legalizando os documentos da associação e temos um evento que promovemos com o intuito de divulgar o artesanato e a gente tá pra ajudar da melhor forma.

Entretanto, reclamou sobre a diminuição de fluxo turístico e baixa venda de artesanato, em que:

[...] de uns tempos pra cá deu uma decaída muito grande por problemas internos nos transatlânticos. Janauari vendia muito artesanato mesmo. Hoje tem novas sementes, pena, madeira... [...] não pode mais entrar nos navios, ou seja, turistas do transatlântico não podem mais comprar esse tipo de material... [...]. Os turistas que levam esse tipo de material geralmente são os turistas que vêm de navio e volta de avião... [...] até por causa de questões alfandegárias. Então a gente tem esse probleminha, mas assim é um problema que teria que ser resolvido lá porque muito se falava que a semente criava um fungo e isso causava alergias.

Ao refletirem sobre o isolamento e falta de oportunidade diante das atividades ecoturísticas, alguns membros desejosos na mudança desse quadro falarão na criação da “casa do caboclo”, cujo objetivo seria o de recepcionar os turistas. Nesse contexto observou-se que esse “isolamento” iria ser superado em decorrência da inauguração da Ponte Rio Negro que liga Manaus a Iranduba. O que de certa forma pode favorecer maior fluxo turístico, como também integrar a Região Metropolitana de Manaus (RMM) e favorecer o escoamento da produção do pequeno e médio produtor rural.

Outros fatores de conflitos constatados são, por exemplo: falta de título definitivo da terra, ausência e incoerência de políticas públicas, contradição entre manejo, conservação e desenvolvimento econômico. A falta de estímulo dos comunitários na viabilidade econômica turística também foi foco de discussão dos participantes. Diante deste conjunto de fatores, um turismólogo representante do (CAT) disse que “é muita falação e não vê ninguém fazer nada de concreto”. E afirma que “o município é deixado de lado e que os projetos de ecoturismo para o local têm que sair do papel e não ficar só na conversa”.

Segundo os representantes das comunidades do entorno dos Hotéis de Selva existem conflitos entre grupos de indígenas e as comunidades tradicionais do local. Esse fato se originou devido ao empreendedor se valer do *marketing* cultura indígena associada ao produto Amazônia trazendo grupos indígenas exógenos para áreas que já eram habitadas pelas comunidades tradicionais.

Essa situação contrasta com os eixos-chave dos pressupostos do ecoturismo, quando defendem o desenvolvimento da comunidade local. Por desenvolvimento da comunidade local, entende-se conferir poderes aos grupos locais para controlar e gerenciar reservas valiosas, por meio de mecanismos que se digam sustentáveis, mas que também satisfaçam as necessidades econômicas, sociais e culturais do grupo (HORWICH, et al., 2005).

É nesse fio condutor de análise que Jones (2005) cita Campbell (1999); Colvin (1996); Loon e Palakow (2000) por questionarem em seus estudos se as comunida-

des locais se beneficiam da indústria do ecoturismo. Uma empresa que explora esse tipo de atividade só pode ser considerada de “sucesso”, se as comunidades locais usufruírem, de alguma forma, do controle desses benefícios, principalmente da participação equitativa. Essa preocupação existe pelo fato de que grande parte desse controle é quase totalmente feito por operadoras turísticas localizadas fora do local de origem do empreendimento (SCHEVYNS, 1999).

Equilíbrio Econômico

Em função da grande concentração econômica existente na capital amazonense proveniente da indústria de transformação do Polo Industrial de Manaus – PIM, o PIB do município de Iranduba representa apenas 0,36% do PIB do Estado, a preços correntes de 2008 (IBGE, 2011). Sendo distribuído em termos de valor adicionado: agropecuária 23,31%, indústria 13,09%, serviços 58,50% e Imposto 5,10%.

Apesar dos serviços deterem um pouco mais da metade da riqueza municipal, a participação da administração pública no PIB é uma tendência dos municípios brasileiros, Iranduba possui dois potenciais econômicos: indústria de transformação (polo oleiro) e o turismo de natureza (polo ecoturismo).

O primeiro é sinalizado pelo Plano Diretor da Região Metropolitana de Manaus PDRMM (2010), revelando, inclusive, que um polo oleiro é a única atividade que apresenta viabilidade econômica para o desenvolvimento do município. No entanto, esta pesquisa revelou que, apesar da potencialidade, uma preocupação que surge é o grande consumo de lenha como insumo para produção de telhas e tijolos. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/Monitoramento do desmatamento da Amazônia por Satélite INPE/PRODES (2011) revelam que o desmatamento em Iranduba passou de 336,2 km² em 2000 para 465,2 km² em 2009, representando um crescimento de 38,37% em quase uma década. Além disso, em 2011 o desmatamento já representa 20,87% da área territorial do município. Há necessidade de agregar maior sustentabilidade a essa atividade para que as florestas não sejam prejudicadas. É o que revelam os comunitários.

O segundo é sinalizado pelas comunidades locais, que afirmaram no GF ser o ecoturismo a grande vocação da região, *ab integrō*⁵.

[...] Iranduba tem aqui dentro da orla cinco a sete hotéis, que têm uma demanda muito grande de fluxo e muitas pessoas da região, mas às vezes desconhecem que a atividade do turismo é diferente do ecoturismo. Ecoturismo se baseia em trazer uma questão que devolva o potencial econômico da região ou equilíbrio econômico para aquele local que gerem pessoas que mobilizem aquele local, que vá buscar um determinado entendimento do seu local para atingir um resultado positivo que dê um suporte maior para aquela comunidade com a questão econômica, mão de obras e outras questões para desenvolver esse polo.

O ecoturismo praticado de acordo com o pensamento dos comunitários constitui-se uma atividade altamente sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental, por se preocupar com a conservação ambiental e o bem-estar social.

Não é de hoje que ecoturismo tem sido praticado em Iranduba. No entanto, a pesquisa revelou que não há uma divisão justa de benefícios. A agregação de valor da atividade é a mínima possível para as comunidades que vivem no entorno dos hotéis de selva:

- Não há fornecimento de alimentos por parte das comunidades, como: frutas e pequenos animais (frango, peixe, etc.), porque não existe incentivo para desenvolver uma agropecuária familiar. Os alimentos vêm de Manaus;
- As pessoas contratadas para trabalhar nos hotéis do lugar geralmente são da capital, porque possuem maior qualificação profissional, como curso de inglês, informática, entre outros;
- Não existe nenhum tipo de fundo financeiro levantado pelos hotéis para compensar o uso dos recursos naturais de Iranduba, ou para que as comunidades locais possam desenvolver alguma atividade econômica com o fim de suprir suas necessidades básicas.

Se não bastasse, o Polo Ecoturístico de Iranduba não tem impactado positivamente as atividades características do turismo da região. O crescimento dos serviços de alimentação e alojamento, por exemplo, esteve praticamente estagnado ao longo do tempo. Passou de 7 pessoas ocupadas em 2006 para 7 pessoas em 2009, representando 0,0%. Fato este altamente desproporcional em relação ao Amazonas, que cresceu 17,01% no mesmo período (Figura 3).

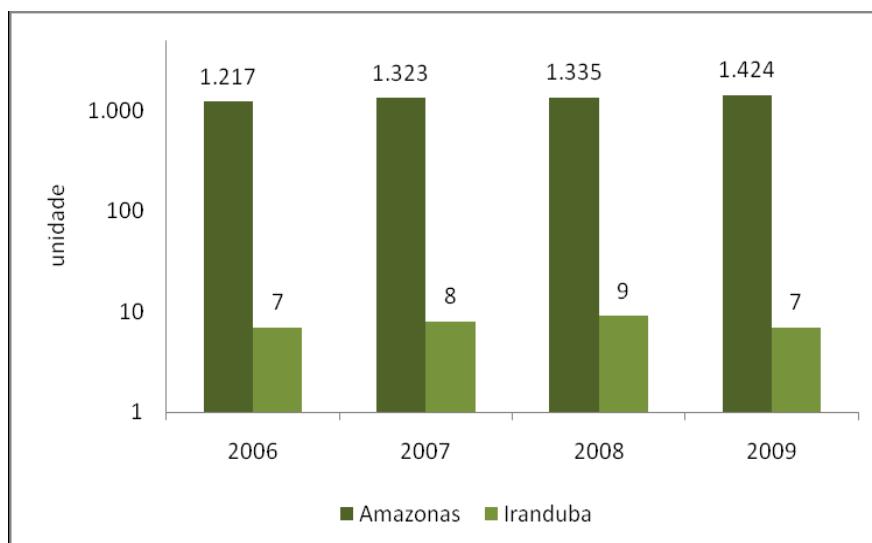


Figura 3: Atividade com alojamento e alimentação no Amazonas e no Município de Iranduba/AM.
Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas.

Isto certamente demonstra que a geração de emprego e renda na região decorre minimamente da atividade ecoturística. Essas constatações só revelam que o *modus operandis* do turismo de natureza que tem sido praticado no interior do Estado contribui para que as comunidades fiquem à margem da sustentabilidade.

Considerações Finais

A proposta deste estudo foi analisar o impacto do polo ecoturístico no município de Iranduba-AM sobre as comunidades da região. Após sua conclusão, observou-se que o resultado aponta para a exclusão das mesmas, ou seja, estão à margem da sustentabilidade, principalmente quando analisadas no tripé base-eixo constitutivo do ecoturismo, tanto no equilíbrio ambiental, como no social e econômico. Verificou-se que é muito acentuada a falta de consenso dentro do mercado turístico sobre a importância dos aspectos sociais e ambientais no setor.

Considerando os aspectos do ecoturismo priorizados no tripé da sustentabilidade, concluiu-se que, com relação aos resultados das questões ambientais, planejar a gestão do ecoturismo em áreas naturais representa atualmente um dos maiores desafios. Esse fato tem gerado conflitos de interesses, já que compatibilizar políticas que elaborem projetos ecoturísticos no Amazonas, num cenário ainda indefinido e dividido entre a perspectiva de ocupação da área, pelos modelos tradicionais de uso, ocupação do solo e preservação de áreas florestais de elevado potencial em biodiversidade, tem inflamado várias discussões.

Somando-se a isso, a inexistência de estudos por parte dos empreendedores do mercado do turismo na região, quanto a capacidade de carga e sustentabilidade ambiental, coloca em risco o equilíbrio desse ecossistema. Mesmo existindo medidas de proteção direcionadas às Unidades de Conservação existente no local, essas não são suficientes para que se minimizem os impactos decorrentes dos empreendimentos.

No que se refere aos resultados sociais, verificou-se a falta de apoio dos governos municipal, estadual e federal com relação à efetividade na implementação de projetos turísticos para a comunidade local. Além da sede do município não interagir com a mobilidade turística presente nos hotéis de selva, a ausência da capacitação de mão de obra, bem como o fomento de políticas públicas adequadas à cultura e estímulo à criação de associações como mecanismo no fortalecimento sustentável para as comunidades, são visíveis. Um dos pontos observados foi o comportamento dissimulado de alguns empreendedores de hotéis de selva, quando alegaram que apresentam muitos atrativos da cultura indígena para os turistas. Tais fatores inclusive vêm gerando conflitos entre algumas comunidades no entorno dos hotéis de selva.

Quanto aos resultados da análise econômica, constatou-se que, dentre as atividades geradoras de renda, a agropecuária, indústria e os serviços, o potencial da região como atrativo ecoturístico, é a alternativa mais viável e menos impactante como fonte geradora de emprego e renda. Entretanto, o que está claro no estudo é que não existe uma divisão justa desses benefícios no local, nem tampouco um parâmetro es-

tatístico apontando que os 58,50% mobilizados na dinâmica econômica dos serviços sejam relacionados às atividades do ecoturismo. A falta de valores agregados aos produtos contribui ainda mais, para deixar as comunidades à margem da sustentabilidade na região.

Enfim, acredita-se que esse estudo possa contribuir para a sensibilização e reflexão sobre o real sentido dos pressupostos do ecoturismo e seu compromisso focado no desenvolvimento das comunidades. Caso contrário, os conceitos, os fins e os meios do benefício dessa prática serão sempre pensados e classificados sob a ótica e influência de diferentes grupos de interesses e contextos socioeconômicos, culturais e ambientais, totalmente desambientados da cultura amazônica.

Referências Bibliográficas

- AYRES, J.M.; FONSECA, G.A.B.; RYLANDS, A.B. ; QUEIROZ, H.L.; PINTO, L.P.S. ; MASTERSON, D.; CAVALCANTI, R.B. **Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil.** Belém, PA: Sociedade Civil Mamirauá, p.256, 2005.
- BRASIL. Decreto Nº 23793. Aprova o Código Florestal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, p. 25.538, 23 jan. 1934a.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo:** orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, p. 17, 2008.
- DALE, P. Definindo ecoturismo... Para quê? Para quem? In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil.** Barueri, SP: Manole, 2005.
- CIFUENTES, M. **Determinacion de capacidad de carga turística em áreas protegidas.** CATIE, Turrialba, Costa Rica, 1992.
- EMPRESA ESTADUAL DO ESTADO DO AMAZONAS – AMAZONASTUR. **Síntese dos indicadores do turismo 2003-2009.**
- FACO, R.A; NEIMAN, Z. A natureza do ecoturismo: conceitos e segmentação. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs.). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil.** Barueri, SP: Manole, 2010.
- FARIA, I.F. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão no Amazonas. **Passos. Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, v.3 n.1, 2005, pp. 63-77.
- FEARNSIDE, P.M. Protection of mahogany: A catalytic species in the destruction of rain forests in the American tropics. **Environmental Conservation**. v.24, n.4, 1997, pp. 303-306.
- FERREIRA, F; COUTINHO, M. C. B. **Ecoturismo:** visitar para conservar e desenvolver a Amazônia. Brasília: MMM/SCA/Proecotur, 2002.

FRANCO, J.L.A.; DRUMMOND, J.A. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940.** Rio de Janeiro, RJ: Editora FIOCRUZ, 2009.

GOMES, S.R. **Grupo Focal:** uma alternativa em construção na pesquisa educacional. **Cadernos de pós-graduação**, São Paulo, v.4, 2005, pp. 39-45.

HORWICH, R.H. MURRAY, D.; SAQUI, E. ; LYON, J.; GODFREY, D. O Ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: a experiência de Belize. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D.E (Orgs.) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** 5^a ed. São Paulo: Editora Senac. 2005, pp, 257-284.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PIB Municipal.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2010/defaulttab.shtml>, Acesso em: 15/06/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cadastro Central de Empresas.** .Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2009/default.shtml>>, Acesso em: 15/06/2011.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. **Projeto PRODES:** Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>>, Acesso em: 10/06/2011.

JONES, S. Community-Based Ecotourism: The significance of social capital. **Annals of Tourism Research**, Northumbria University, UK, v.32, n.2, 2005, pp. 303-324.

LINDBERG, K.; HAWKINS. D.E. (Orgs.). **Ecoturismo:** um guia para planejamento e gestão. 5 ed. São Paulo: Editora Senac, 2005.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. A Educação Ambiental através do Ecoturismo: o diferencial das atividades de contato dirigido com a natureza. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, v.3, n.2, 2008, pp. 77-101.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil.** Barueri, SP: Manole, 2005.

PIRES, P.S. **Dimensões do ecoturismo.** São Paulo: Editora Senac, 2008.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS - PDRMM, Ed. 2. Secretaria da Região Metropolitana de Manaus. René Levy Aguiar, Consórcio Vetec/Valente, 2010.

PLANO DE INCENTIVO AO TURISMO NA AMAZÔNIA, BANCO DA AMAZÔNIA, 2009.

PRODES-INPE.. Desmatamento dos Municípios. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>, Acesso em: 15/06/2011.

PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA – PROECOTUR, 2003. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/pot/sca/proeco/turverd.html>, Acesso em: 26/08/2009.

RUSSO, C.R. Comunidades Tradicionais e preservação cultural por meio do ecoturismo. In: MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. (Orgs). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.

SALATI, E. O clima atual depende da floresta. As águas da região amazônicas. In: SALATI, E., JUNK, W.J.; SHUBART, H.O.R.; OLIVEIRA, A.E. (org.) **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense/Brasília/CNPq, 1983 pp. 15-44.

SCHEVYNS, R. Ecotourism and the Empowerment of Local Communities. *Tourism Management*, v.20, 1999, pp.245-249.

TRENTINI, M.; GONÇALVES, L. H. T. Pequenos grupos de convergência: um método no desenvolvimento de tecnologias na enfermagem. Texto e **Contexto em Enfermagem**, Florianópolis (SC), v. 9, n. 1, 2000, pp.63-78.

Notas

¹Os dados parciais fazem parte da coleta de dados da tese de doutoramento e foram apresentados no *Workshop “Ecoturismo e Cenário: estratégias de desenvolvimento para o Amazonas”*, realizado no período de 19 a 21 de julho de 2011, na cidade de Manaus (AM), como também estão publicados nos anais do IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, realizado em Brasília (DF), entre os dias 04 e 08 de outubro de 2011.

²Corredores Ecológicos são as grandes extensões de ecossistemas florestais biologicamente prioritárias na Amazônia e na Mata Atlântica, delimitados em grande parte por conjuntos de unidades de conservação (existentes ou propostas) e pelas comunidades ecológicas que contém. Ayres (2005).

³Capacidade de carga é um conceito usado desde 1983, no campo do Ecoturismo para fixar limites, ordenar e manejar a visitação em áreas naturais. Pode ser definida como o limite máximo de resistência do local com base nos fatores de resistência ambiental e a capacidade de assimilar os impactos provenientes dessas atividades (CIFUENTES, 1992).

⁴Código Florestal Brasileiro instituído em 1934, **Código Florestal Brasileiro** (Decreto nº 23.793, de 23-01-1934).

⁵*ab integrō*: fielmente, não alterado.

Agradecimentos

Em especial, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPESAM, que viabilizou total apoio na realização desta pesquisa, a qual contribuiu para retratar os resultados parciais da realidade do Ecoturismo no Estado do Amazonas;

às colegas do curso de doutorado, pelo apoio na coleta de dados: aos representantes das Comunidades de Iranduba envolvidos na pesquisa e os representantes da Secretaria Municipal de Turismo local.

Edinelza Macedo Ribeiro: Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, AM, Brasil.

Email: ediribeiro27@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5385395813417606>

Ana Lucia Soares Machado: Universidade de Brasília - Centro de Desenvolvimento Sustentável CDS, Brasília, DF, Brasil.

Email: analusmachado@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8651168588446017>

Elane Conceição de Oliveira: Universidade de Brasília - Centro de Desenvolvimento Sustentável CDS, Brasília, DF, Brasil.

Email: ecoliveira_eco@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9219459569460852>

Elimar Pinheiro do Nascimento: Universidade de Brasília - Centro de Desenvolvimento Sustentável CDS, Brasília, DF, Brasil.

Email: elimarcds@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5290901839648752>

Data de submissão: 31 de agosto de 2011

Data de recebimento de correções: 10 de dezembro de 2011

Data do aceite: 10 de dezembro de 2011

Avaliado anonimamente



O potencial do município de Piracicaba (SP) para o turismo de observação de aves (*Birdwatching*)

The potential of the Piracicaba city (SP, Brazil) to birdwatching tourism

Eduardo Roberto Alexandrino, Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz, Rosemeire Calixto Massarutto

RESUMO

O turismo de observação de aves (*Birdwatching*) é um segmento do ecoturismo que traz a possibilidade de geração de renda, ao mesmo tempo em que promove a conscientização ambiental local e ampara o uso sustentado dos recursos naturais. Apesar de sua ascensão no Brasil, ainda são poucos os municípios e empreendedores que reconhecem e investem nesta nova forma de lazer. Assim, o presente estudo analisou o potencial que o município de Piracicaba (SP), possui para o oferecimento da mesma. Foram levantados, por meio de dados secundários, o número de espécies já observadas localmente, destacando aquelas atrativas ao *birdwatching*, listados os locais aptos para sua realização, e realizadas entrevistas junto à rede hoteleira com o objetivo de identificar infra-estrutura e capacidade atual de recepção dos adeptos da prática. Obteve-se o relato de 247 espécies de aves de variados hábitos e habitats, e sugeridas três modalidades de realização da prática (observação para “elaboração de listas”, registros fotográficos, e observação para iniciantes) em seis pontos potenciais do município. Observou-se que a rede hoteleira apesar de demonstrar disposição para a recepção desse turista, ainda necessita de ajustes a fim de favorecer a consolidação e identidade do *birdwatching*. A oferta de informações aos turistas e o estabelecimento de parcerias com agências e guias especializados na prática são alguns pontos identificados que os hotéis precisariam implementar. Para que a prática seja desenvolvida de acordo com as diretrizes de uma proposta conservacionista de ecoturismo, sugere-se a consideração de quatro itens fundamentais no planejamento desta atividade: (1) Levantar as características da avifauna nas áreas propícias ao *birdwatching*; (2) Identificar os locais aptos para estabelecimento de trilhas e pontos de observação; (3) Reconhecer o acesso aos locais, infra-estrutura existente e necessária; e, (4) Realizar a capacitação de guias. Por fim, consideramos o município potencialmente apto à realização deste ecoturismo, desde que planejado adequadamente.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo; Turismo no Espaço Rural; Avifauna Urbana; Planejamento Turístico.

ABSTRACT

Birdwatching is an ecotourism segment that provides local income while promoting environmental awareness and supports the sustainable use of natural resources. Despite its growth in Brazil, few municipalities and entrepreneurs recognize and invest in this new form of recreation. Thus, this study examines the potential of Piracicaba city, São Paulo state, to offer birdwatching tourism. Using secondary data, we collected the number of bird species already observed locally, highlighting those attractive to birdwatching, we then listed the locations suitable for implementation of this tourism, and we interviewed local hotels in order to identify the infrastructure and capacity to receive birdwatchers. We found that 247 bird species of different habits and habitats occurs in the region, and we suggest three different styles of birdwatching ("check lists" observations, photographic records, and observation for beginners) in six potential sites in Piracicaba. Although the hotels wanted to receive the tourists promptly, they still need adjustments in order to promote consolidation and identity of birdwatching. Some aspects that these hotels need to implement include to provide information to tourists and to establish partnerships with agencies and specialist guides. The development of birdwatching, in accordance to conservation ecotourism, suggests the application of four key items when planning this activity: (1) to make an inventory of birds' characteristics on birdwatching potential areas; (2) to identify suitable sites to establish trails and panoramic points in order to perform the observations; (3) to recognize the access to the sites where the activity will occur; and, (4) to train birdguides. Finally, we consider Piracicaba capable of receiving this kind of ecotourism segment, as long as it is planned properly.

KEYWORDS: Ecotourism; Rural Tourism; Urban Birds; Tourism Planning.

Introdução

A partir da criação do Ministério do Turismo, em 2003, observou-se que o Estado brasileiro passou a tratar o tema como assunto prioritário e importante como atividade econômica capaz de gerar trabalho, renda e desenvolvimento. O Brasil é um país de grandes potencialidades turísticas tanto naturais como culturais, tendo as mais variadas possibilidades de implementação de inúmeros segmentos. As diversidades do território e do povo brasileiro dão boas opções aos turistas nacionais e estrangeiros que buscam o inusitado, o diferente ou o exótico.

As motivações da demanda turística são muitas, destacando-se a valorização dos aspectos ambientais, principalmente aqueles relacionados à paisagem do núcleo receptor, ou seja, sua geografia, flora, fauna, bem como, a sua autenticidade cultural.

Ao mesmo tempo em que ocorre o crescimento do turismo e sua massificação, surge uma maior consciência ecológica que incentiva a busca por ambientes mais limpos, belos, verdes, longe do concreto cinza

urbano. Neste sentido, a paisagem natural com suas belezas cênicas tende a ser apropriada como objeto de consumo pela sociedade urbana, num movimento turístico que pode dinamizar áreas rurais e espaços litorâneos que oferecem uma visão diferente daquela habitual residência na cidade. A observação de animais como, por exemplo: aves, baleias, golfinhos etc, também tornou-se uma atividade turística relevante nos últimos anos e merece destaque (QUEIROZ, 2009, p.45).

No mundo existem aproximadamente 10000 espécies de aves já descritas (LEWINSOHN; PRADO, 2005). Destas, aproximadamente 1800 ocorrem no Brasil (CBRO, 2011) distribuído nos diferentes biomas, além de áreas antropizadas. A grande maioria destas espécies já são bem conhecidas e retratadas em diversos livros-guias lançados nos últimos anos, como Souza (2004), Sigrist (2007), Perlo (2009), Gwynee *et al.* (2011), entre outros.

As ciências biológicas e a ecologia utilizam o estudo das comunidades e populações de aves como uma excelente ferramenta para estudos ambientais que visam diagnosticar possíveis impactos dentro dos ecossistemas (BIBBY, *et al.*, 2000; SEKER-CIOGLU, 2006). Além desta utilidade científica, a grande variação de cores e comportamentos existentes nas aves também atrai diversos públicos para a sua apreciação, como o observador leigo (CORDELL; HERBERT, 2002) e até mesmo artistas e poetas (FIGUEIREDO, 2010). A origem da observação de aves com a finalidade do mero lazer ainda é inserta, já que diversos povos em épocas diferentes trazem a imagem de aves em registros históricos (pinturas, pergaminhos, cartas, etc.), que muitas vezes sugerem um propósito diferente da caça (discussões geradas no grupo BIRDWATCHINGBR, 2011). Por exemplo, na obra do reverendo Gilbert White *"The natural history of Selborne"*, escrita ainda no séc. XVIII são trazidos alguns relatos sobre a observação de aves em vida livre na Europa (PIVATTO; SABINO, 2007). Mas é notável que foi apenas no século XX que tal atividade passou a ser praticada por um número maior de pessoas, norteada por grupos de adeptos que organizavam expedições, primeiramente a diversas localidades dentro dos domínios de seu país, e depois para outras regiões mais distantes (PIVATTO; SABINO, 2007).

O US Fish & Wildlife Service (CARVER, 2009) considera os praticantes desta atividade, chamados de *birders* ou *birdwatchers*, aqueles que viajam ao menos mais que uma milha (aproximadamente 1,6 km) para realizar a observação de aves, e/ou aqueles que têm a prática de identificá-las próximas à sua residência. Os primeiros grupos de observadores de aves (*birdwatchers*) surgiram na Europa e posteriormente na América do Norte, sendo atualmente uma atividade bem difundida e praticada por uma boa parte da população destes dois continentes (YOUTH, 2000; FIGUEIREDO, 2007; CARVER, 2009).

Por esse motivo, até meados da década de 90 o *birdwatching* (termo utilizado para definir a observação de aves) praticado no Brasil era realizado, basicamente, por turistas estrangeiros que vinham ao país para conhecer espécies novas, enquanto o

público brasileiro, ainda tímido com esta forma de lazer, era formado por alguns clubes de observação de aves compostos desde ornitólogos provenientes de universidades, até leigos (PIVATTO; SABINO, 2007, FIGUEIREDO, comunicação pessoal¹). Dentre os grupos de observadores de aves mais antigos do Brasil destacam-se: Observadores de Aves de Pernambuco (OAP, 2011), Clube de Observadores de Aves do Rio de Janeiro (COA-RJ, 2011), e o Centro de Estudos Ornitológicos em São Paulo (CEO, 2011). Entretanto, atualmente a prática da observação de aves entre os brasileiros está em ascensão. Como destacado em Pivatto e Sabino (2005), esse crescimento deve-se em parte à massiva veiculação, nos meios de comunicação, de imagem de ambientes naturais e da exuberante avifauna que o Brasil possui, e ao crescimento do setor de ecoturismo que passou a oferecer a oportunidade do público leigo entrar em contato com esta natureza e tê-la com sua fonte de lazer.

Um retrato dessa expansão é o Encontro Brasileiro de Observação de Aves (AVISTAR), que desde sua primeira edição em 2006, tem um número cada vez mais expressivo de participantes ano após ano (CARVALHO, comunicação pessoal²). Neste evento são ministradas palestras, venda de livros, camisetas, materiais para observação de aves, além de divulgação de resorts e municípios que investem neste tipo de lazer, movimentando o crescente sub-segmento do ecoturismo, assim como acontece em países do hemisfério norte onde a prática é mais antiga (CORDELL; HERBERT, 2002).

Outro reconhecido fator que ajudou a difundir a observação de aves no Brasil é a criação do site WikiAves no final de 2008 (GUEDES, comunicação pessoal³), que divulga fotografias de pássaros enviadas por cadastrados. Os moderadores, geralmente observadores de aves já experientes, certificam que as aves fotografadas tenham a identificação correta, e principalmente, que estas estejam em vida livre.

Este aumento do público brasileiro adepto à observação da nossa avifauna, mostra-se oportuno para o incremento do ecoturismo no país (FARIAS, 2007). As Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo, apresentadas em 1994 pela EMBRA-TUR, definiram que:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2008, p.16).

Assim, dentre as diversas formas de praticar o ecoturismo pode-se citar o *birdwatching*, que se configura como uma opção de geração de renda local, se mostrando também como uma importante ferramenta de educação e conscientização ambiental (SEKERCIOGLU, 2002; VIEIRA-DA-ROCHA; MOLIN, 2008).

Em um levantamento, a *U.S Fish & Wildlife Service* (2009) identificou que a maior parte dos *birdwatchers* nos Estados Unidos tem escolaridade elevada, um fator que

pode contribuir para o sucesso na transmissão e assimilação do conteúdo ambiental por parte dos praticantes.

Apesar do crescimento atual, percebe-se que ainda são poucos os municípios e empreendedores que reconhecem e investem nesta nova forma de lazer, sendo a sua prática concentrada, principalmente, nos arredores de biomas mundialmente conhecidos, como o Pantanal (PIVATTO *et al.*, 2007), a Amazônia e a Mata Atlântica (DIAS, 2011).

Uma grande lacuna que se nota, por exemplo, é a falta de preparo da rede hoteleira nos demais municípios que também possuem uma rica avifauna. Parte dessa resistência em se lançar como pólo atrativo do segmento está, provavelmente, relacionada à idéia de que a observação de aves só terá sucesso em extensas áreas de biomas conservados. Entretanto, mesmo em zonas antropizadas, como áreas agrícolas, há a ocorrência de espécies muitas vezes tolerantes a impactos e também valorizadas pelos observadores de aves, como destacado em Crozariol (2010) em campos de rizicultura.

Aliás, quando diferentes ambientes fazem parte do roteiro turístico do observador de aves, a conscientização ambiental pode ser trabalhada neste público. O observador passa a compreender a necessidade de preservação dos diferentes biomas e fisionomias conforme vai conhecendo condições ambientais diversas e, consequentemente, comunidades de aves distintas (SEKERCIOGLU, 2002; VIEIRA-DA-ROCHA; MOLIN, 2008).

Dentro deste contexto, o presente artigo apresenta os resultados de um levantamento preliminar sobre o potencial que Piracicaba, interior paulista, possui para a implementação do turismo de observação de aves. Para isso foi levantado, por meio de dados secundários, o número de espécies de aves já observadas no município destacando as espécies atrativas à observação, os locais aptos a realização da prática e a infra-estrutura existente na rede hoteleira para a recepção deste turista. Por fim, as potencialidades e as lacunas existentes são analisadas, propondo-se adequações consideradas necessárias para a efetivação deste turismo no município.

Metodologia

Área de Estudo - O município de Piracicaba, SP

Piracicaba localiza-se às margens do rio de mesmo nome, na Depressão Periférica Paulista, distante cerca de 160 km da capital do estado. Possui 138.538 ha (BARRETO *et al.*, 2006) e está entre os maiores municípios em extensão territorial do estado de São Paulo (Figura 1). Seu clima, segundo a classificação de Köppen, é do tipo Cwa, ou seja, tropical úmido com três meses de seca definidos (junho, julho e agosto), com precipitação anual média de 1253 mm/ano (COLTRI, 2006). Segundo Barreto et al. (2006) são encontradas diferentes classes de uso e ocupação do solo, sendo: cana-de-açúcar (45,4%); pasto (25,2%); floresta estacional semi-decidual

(9,9%), a qual era a formação originalmente dominante no município; áreas em regeneração natural (9,6%); áreas de preservação permanente (8,3%); silvicultura (0,45%); leitos d'água (2,9%); zona urbana (5,6%) e outros (0,67%). Desse modo, o município possui a predominância da paisagem antrópica agrícola com alta heterogeneidade. Em 2009, Piracicaba possuía uma população estimada de 368.843 habitantes (IBGE, 2010) com mais de 95% da população concentrada na área urbana (IPPLAP, 2011).

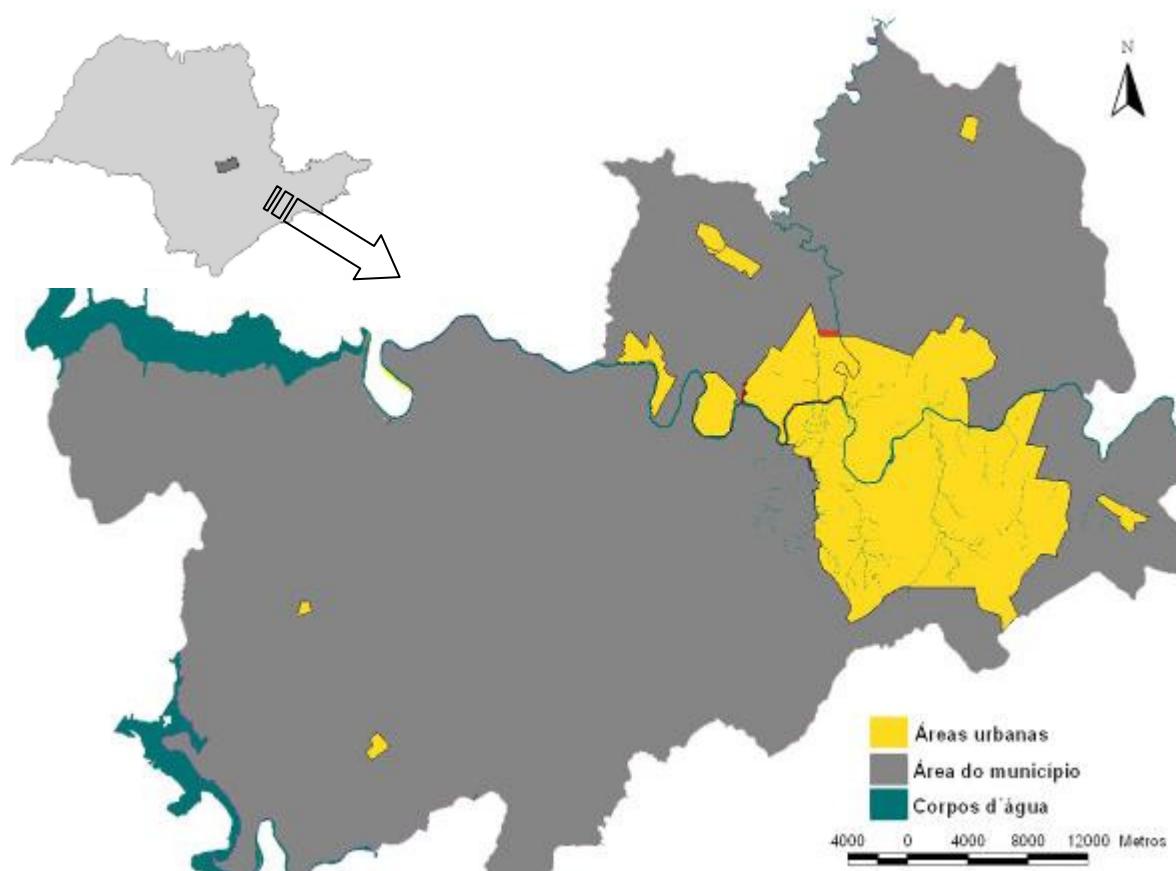


Figura 1: Localização do município de Piracicaba no estado de São Paulo.

Coleta de dados

Informações a respeito das aves ocorrentes no município foram obtidas realizando-se pesquisa bibliográfica em trabalhos acadêmicos utilizando banco de dados vinculados às universidades públicas paulistas (Dedalus, Athena, Acervus), Google acadêmico, e base de dados especializada em artigos relacionados ao tema meio am-

biente e fauna (Scielo, Web of Science). Também buscou-se registros sonoros e fotográficos capturados pelo público em geral e postados no site WikiAves (WIKIAVES, 2011), um dos mais visitados por entusiastas do tema. As procura foram realizadas utilizando as palavras chaves: “avifauna/ aves/ comunidades de aves/ Piracicaba/ Rio Piracicaba”. Não foram considerados nesta pesquisa resumos de congresso que não traziam o trabalho completo para consulta, como a lista de aves relatadas.

Contatos com pesquisadores de instituições de ensino superior e de pesquisas do município também foram realizados a fim de levantar possíveis registros de aves ainda não publicados.

Após a compilação das espécies de aves ocorrentes, analisou-se a potencialidades e fragilidades de Piracicaba em executar a prática de observação de aves, tentando-se para:

- Áreas existentes no município, de uso público ou pertencentes a particulares, com potencial para a realização da prática, considerando os lugares encontrados nas referências bibliográficas, locais destacados pelos contribuintes que postaram fotografias e arquivos sonoros no Wikiaves, e conhecimento dos próprios autores.
- A infra estrutura encontrada na rede hoteleira do município foi analisada com apoio da Secretaria Municipal de Turismo de Piracicaba. Foram levantadas informações a respeito da quantidade e qualidade dos hotéis em funcionamento no município até junho de 2011. Para cada hotel consultado foi aplicado um questionário (Tabela 1) com o objetivo de verificar se os mesmos estavam aptos a receber o turista em busca da prática do *birdwatching* e abertos a adequações internas, caso fosse necessário. Os questionários foram distribuídos por via eletrônica e correio ao corpo administrativo de todos os 13 hotéis (categorias standard e luxo) do município que possuem divulgação pela internet, com web site próprio (este foi o critério de escolha dos mesmos para serem entrevistados). Este procedimento foi adotado partindo do pressuposto de que este fator torna tais hotéis os mais procurados à distância pelos turistas que visitam o município, já que facilitam a possibilidade de comparação de serviços e preços. Estabelecimentos do tipo albergue, motel e pensão, não entraram nesta pesquisa. Com isso os 13 hotéis entrevistados representam 55% das hospedarias disponíveis no município, segundo os dados da Secretaria Municipal de Turismo de Piracicaba. Apesar deste baixo número, esta é a realidade da cidade em relação à disponibilidade de estabelecimentos do tipo hotel standard e luxo.

Tabela 1: Questionário aplicado nos hotéis de Piracicaba/SP.

Nome do hotel: _____ Endereço: _____ Tel: _____ Site: _____ E-mail: _____ Categoria (marque com X): () Standard () Luxo () Super Luxo Número de Unidade Habitacional: _____ Nome do autor das respostas: _____		
<i>Instruções de respostas: Nas questões de alternativas, marque um X na frente da alternativa escolhida.</i>		
1) O hotel possui quantos funcionários? 2) Destes funcionários, quantos falam inglês? a) Nenhum funcionário do hotel fala inglês b) 25% dos funcionários do hotel falam inglês c) 50% dos funcionários do hotel falam inglês d) 75% dos funcionários do hotel falam inglês e) Todos os funcionários do hotel falam inglês 3) Na média, qual o nível de inglês falado entre os funcionários do hotel? a) Inglês básico b) Inglês intermediário c) Inglês avançado d) Inglês fluente 4) Destes funcionários, quantos falam espanhol? Nenhum funcionário do hotel fala espanhol a) 25% dos funcionários do hotel falam espanhol b) 50% dos funcionários do hotel falam espanhol c) 75% dos funcionários do hotel falam espanhol d) Todos os funcionários do hotel falam espanhol 5) Na média, qual o nível de espanhol falado entre os funcionários do hotel? a) Espanhol básico b) Espanhol intermediário c) Espanhol avançado d) Espanhol fluente 6,)Em qual faixa de preço a diária do quarto mais simples de seu hotel se enquadra? a) Até R\$50,00 b) Entre R\$50,00 a R\$100,00 c) Entre R\$101,00 a R\$200,00 d) Entre R\$201, a R\$300,00 e) Acima de R\$301,00 7) O hotel oferece café da manhã aos hóspedes? a) Não b) Sim, cobrado a parte c) Sim, incluso na diária 8) Em caso de afirmativa na resposta anterior, que horas inicia-se o serviço de café da manhã no hotel? a) Antes das 5:00 a.m b) Entre 5:00 a.m e 6:00 a.m c) Entre 6:01 a.m e 7:00 a.m d) Entre 7:01 a.m e 8:00 a.m e) Após as 8:01 a.m	9) Caso o hóspede queira ter alguma refeição antes do oferecimento do café da manhã, quais opções ele teria em seu hotel? (pode assinalar mais de uma alternativa) a) Room Service – cardápio no quarto b) Bar do hotel c) Cozinha 24h d) Café da madrugada e) Não temos opções 10) Caso o hóspede solicite com antecedência o excepcional oferecimento do início do café da manhã antes do horário habitual, qual a posição do hotel? a) Não abrimos exceções, o café não é servido antes do horário habitual em hipótese alguma. b) Podemos iniciar o serviço do café da manhã antes do habitual apenas àquele hóspede, porém cobramos uma taxa por este serviço. c) Podemos iniciar o serviço do café da manhã antes do habitual, desde que um grande número de hóspedes necessite, porém, cobraremos a mais por isso. d) Podemos iniciar o serviço do café da manhã antes do habitual, desde que um grande número de hóspedes necessite, sem cobrar a mais por isso. e) Podemos iniciar o serviço do café da manhã antes do habitual, independente do número de hóspedes que necessitam desta alteração, sem cobrar a mais por isso. 11) O quanto o seu hotel conhece sobre o tema <i>birdwatching</i> (turismo de observação de aves) no município de Piracicaba? a) Não temos conhecimento sobre o tema b) Já ouvimos falar, mas não sabemos nada a respeito c) Conhecemos o seu funcionamento, mas não oferecemos e não sabemos dar indicações a respeito d) Conhecemos seu funcionamento e sabemos dar indicações a respeito. e) Conhecemos seu funcionamento e atualmente oferecemos este tipo de serviço aos hóspedes. 12) O hotel já recebeu algum hóspede interessado em realizar o <i>birdwatching</i> (turismo de observação de aves) no município de Piracicaba? a) Não temos esta informação b) Sim, mas raramente c) Sim, recebemos com freqüência 13) O seu hotel teria interesse nesse tipo de hóspede? a) Sim b) Não c) Talvez. Porquê? _____	
14) Em caso de afirmativa na resposta anterior. Mudaria seus serviços ou implantaria novos serviços para atender esse público? a) Sim b) Não c) Talvez. Por quê? _____		

Resultados e discussões

Aves ocorrentes

Foram encontrados quatro trabalhos acadêmicos que relatam as espécies de aves ocorrentes em Piracicaba, sendo dois publicados em periódicos técnicos e científicos (PINHEIRO *et al.*, 1999; SANTOS, 2004), uma dissertação de mestrado (ALEXANDRINO, 2010) e um resumo expandido de simpósio científico (FONSECA; NAVENGA-GONÇALVES, 2008). Foi localizada também uma obra artística em formato de livro com fotografias das aves do município (NEGRI *et al.*, 2009). Além destas, por meio de comunicação pessoal (FERRAZ, comunicação pessoal¹) tomou-se conhecimento da elaboração de trabalho científico que apresenta uma listagem de espécies ocorrentes no campus universitário da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, mas ainda não publicado até o fechamento do presente manuscrito. Segundo informações do site Wikiaves, o município traz o registro fotográfico e sonoro de 193 espécies diferentes. Na compilação final, foram somadas 247 espécies de aves ocorrentes no município, correspondendo a aproximadamente 30% do total do Estado de São Paulo, segundo a listagem do Centro de Estudos Ornitológicos (CEO, 2011).

Espécies atrativas ao birdwatching – modalidades da prática

A heterogeneidade de ambientes existentes no município pode explicar a reunião do elevado número de espécies de aves ocorrentes (PETIT *et al.*, 1999; DEVIC-TOR; JIGUET, 2007), já que comunidades de aves com hábitos e nichos distintos estão presentes. Partindo deste aspecto, Piracicaba pode ser considerada uma cidade atrativa para receber diferentes perfis de observadores de aves, desde o público iniciante ao mais experiente, permitindo variadas modalidades de *birdwatching*.

Observando os registros existentes no site Wikiaves, percebe-se que as espécies mais fotografadas no município são aquelas comuns, de fácil ocorrência desde zonas urbanas até zonas rurais (SICK, 1997; SANTOS, 2004). As espécies encontradas incluem: bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*); choca-barrada (*Thamnophilus doliatus*); cambacica (*Coereba flaveola*); saíra-amarela (*Tangara cayana*); sanhaçucinzeno (*Tangara sayaca*); beija-flor-tesoura (*Eupetomena macroura*); sabiá-barranco (*Turdus leucomelas*); sabiá-do-campo (*Mimus saturninus*); bico-de-lacre (*Estrilda astrild*); joão-de-barro (*Furnarius rufus*); garça-branca-grande (*Ardea alba*); entre outras.

Este fato demonstra que o público local, e provavelmente os visitantes esporádicos tem olhos para as aves da região, um importante fator que indica a probabilidade de aceitação caso haja a implementação deste segmento de ecoturismo.

Além das espécies comuns, são encontrados, também, tanto no Wikiaves quanto nas obras científicas publicadas, registros de espécies ocorrentes em habitats afastados da movimentação humana, como áreas alagadiças, rios e riachos. Nestas áreas já foram avistadas as seguintes aves: tuiuiú (*Jabiru mycteria*); cabeça-seca (*Mycteria americana*); irerê (*Dendrocygna viduata*); garça-moura (*Ardea cocoi*); gavião

-belo (*Busarellus nigricollis*); gavião-do-banhado (*Circus buffoni*); colhereiro (*Platalea ajaja*); jaçanã (*Jacana jacana*); pé-vermelho (*Amazonetta brasiliensis*); socó-boi (*Tigrisoma lineatum*); biguá (*Phalacrocorax brasilianus*); biguatinga (*Anhinga anhinga*); pernilongo-de-costas-brancas (*Himantopus melanurus*); marim-pescador-grande (*Megaceryle torquata*); mergulhão-caçador (*Podilymbus podiceps*). Em fragmentos florestais já foram registrados: pipira-vermelha (*Ramphocelus carbo*); tié-preto (*Tachyphonus coronatus*); gavião-de-cabeça-cinza (*Leptodon cayanensis*); canário-do-mato (*Basileuterus flaveolus*); borralhara (*Mackenziaena severa*); choquinha-lisa (*Dysithamnus mentalis*); mariinha-amarela (*Capsiempis flaveola*); trinca-ferro-verdadeiro (*Saltator similis*). Já nos campos abertos em zonas rurais, as aves observadas incluem: gavião-cablocô (*Heterospizias meridionalis*); gavião peneira (*Elanus leucurus*); falcão-coleira (*Falco femoralis*); caboclinho (*Sporophila bouvreuil*); pintassilgo (*Sporagra magellanica*); gibão-de-couro (*Hirundinea ferruginea*); canário-da-terra-verdadeiro (*Sicalis flaveola*); entre outras.

Vale a pena destacar a ocorrência de grupos de aves reconhecidos por qualquer tipo de público, como pica-paus (com aproximadamente nove espécies) (Figura 2), beiça-flores (com cerca de sete espécies) e outras de grande porte, como o tucano-toco (*Ramphastos toco*), e psitacídeos como a maitaca-verde (*Pionus maximiliani*) e periquito-maracanã (*Aratinga leucophthalma*) (NEGRI *et al.*, 2009; FONSECA; NAVENGA-GONÇALVES, 2008; ALEXANDRINO, 2010; WIKIAVES, 2011). Muitas destas espécies, são citadas por Pivatto *et al.* (2007) como as mais procuradas pelos turistas no Pantanal Sul e no Planalto da Bodoquena no Mato Grosso do Sul.



Figura 2: Exemplar de pica-pau-verde-barrado (*Colaptes melanochloros*) fotografado no município.
Foto: Eduardo Alexandrino (2011).

Logo, graças ao seus elementos de atração, reafirma-se que o município de Piracicaba pode ser considerado apto à realização do *birdwatching* que vise:

- A observação do maior número possível de espécies enquanto se realiza a prática, uma modalidade que poderia ser chamada de “elaboração de listas” como citada em Sekercioglu (2002). Neste, o observador percorre diferentes habitats/localidades/bairros dentro do município, na busca do maior número de espécies a serem registradas. Segundo Pivatto *et al.* (2007), muitos turistas, tanto brasileiros quanto estrangeiros, procuram avistar um grande número de espécies durante suas observações;
- A captura de registros fotográficos, quando são procurados locais que reúnem um número elevado de espécies de aves com boa probabilidade de visualização para fotografias, além de observação e identificação. Para isso ambientes agrícolas e alagadiças, como sugerido por Crozariol (2010), podem ser utilizados no município. Espécies de grande porte já foram fotografadas nestes ambientes em Piracicaba (Figura 3). Além disso, áreas de rios e riachos também são locais propícios para boas fotografias, como realizados por Monferrari (2011a; 2011b);
- O turismo de observação para iniciantes também pode ser um opção. Mesmo não existindo um grande número de remanescentes florestais extensos dentro do município (BARRETO *et al.*, 2006), que poderiam reunir espécies florestais mais sensíveis (ver GIRAUZO *et al.*, 2008), aqueles que ali estão podem ser extremamente úteis na realização da prática e treino do público iniciante do *birdwatching*. Em áreas florestais a prática torna-se mais atrativa, principalmente quando algumas técnicas de observação são desenvolvidas anteriormente, como aquelas relacionadas às percepções auditivas (SANTOS, 1994; VIELLIARD *et al.*, 2010). Assim, o iniciante que passe por esta primeira experiência num ambiente mais simplificado, se tornará apto a realizar o *birdwatching* em outras regiões florestais preservadas, uma vez que existe a tendência à abertura para atividades de ecoturismo na Mata Atlântica, como prevê o Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica (MMA, 2010). Parques na Mata Atlântica com elevada diversidade de aves, como Intervales (VIELLIARD; SILVA, 2001) e Carlos Botelho (ANTUNES *et al.*, 2006) são bons exemplos de locais propícios ao *birdwatching*. O público iniciante muitas vezes não se sente confortável em realizar tal prática pela primeira vez numa unidade de conservação, justamente por não ter o costume de andar em zonas florestadas com a aparência selvagem. Neste contexto o município de Piracicaba poderia ser uma excelente opção para esta iniciação.



Figura 3: Aves de grande porte fotografadas em campos de rizicultura dentro da ESALQ. A) tuiuiú (*Jabiru mycteria*), B) cabeça-seca (*Mycteria americana*). Fotos: Eduardo Alexandrino (2011).

Áreas propícias à observação de aves em Piracicaba

Pela análise das referências consultadas, foi possível listar alguns pontos do município onde o turismo de observação de aves pode ocorrer (Figura 4), a saber:

1. *Campus da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”*. Localizado na entrada da cidade em área peri-urbana com fácil acesso. Apesar de ser aberto ao público, a entrada é restritiva a veículos, tendo vigilância 24 horas por dia. Em sua extensão existem áreas urbanas típicas com caminhos e edificações, mas com belo plano arbóreo paisagístico. O campus também reúne várias culturas experimentais, fragmentos florestais, matas ciliares, silviculturas, pastagens, e ambientes aquáticos como o ribeirão Piracicamirim, o Rio Piracicaba, e duas lagoas (ESALQ, 2001). Pesquisadores locais realizam levantamentos de aves esporádicos em sua extensão desde 1996, tendo reunido informações sobre a presença de cerca de 190 espécies até então (ALEXANDRINO, dados não publicados).
2. *Estação Experimental de Tupi (Horto Florestal de Tupi)*. Localizado a 10km da entrada da cidade, o horto possui fácil acesso com localização às margens da rodovia Luiz de Queiroz, que liga a cidade de Piracicaba à rodovia SP 330 (Via Anhanguera). Com aproximadamente 200 ha é constituída por floresta plantada (pinus e eucalipto) de diferentes idades e manejos, remanescentes florestais, áreas em regeneração natural, capoeiras, dois lagos e

dois cursos d'água pequenos, o Ribeirão Tijuco Preto e o Ribeirão Batistada (Pinheiro *et al.*, 1999). Com o intuito de proporcionar atividades de recreação e lazer, o horto possui trilhas interpretativas de extensão variadas com possibilidades de serem percorridas a pé, e áreas para piquenique (VALENTINO *et al.*, 1982). Atualmente é administrado pelo Instituto Florestal do Estado de São Paulo (INSTITUTO FLORESTAL, 2011). Pinheiro *et al.* (1999) listaram 55 espécies de aves, entretanto em visita realizada pela equipe do Centro de Estudos Ornitológicos (CEO), mais 24 espécies foram observadas (FIGUEIREDO, 2001). Por outro lado, numa visita técnica recentemente realizada (Alexandrino, dados não publicados), foi constatada, numa única manhã, a presença de mais de 50 espécies, demonstrando a grande potencialidade de existir na área um número bem maior de espécies. Por ser uma unidade de conservação, nos casos em que a atividade de *birdwatching* seja intermediada por guias remunerados, a administração do local deverá ser consultada antes para serem feitos os devidos esclarecimentos e obtidas as autorizações necessárias.

3. *Parque da Rua do Porto e Complexo do Engenho Central.* Localizados na área urbana central do município, possuem acesso livre para toda população e apresenta infra-estrutura já preparada para a recepção do turista, com opções de restaurantes, comércio de artesanato local, policiamento, pontos turísticos, bem como o centro de informações turísticas (SETUR, 2011). São encontrados planos paisagísticos típicos de parques urbanos, com núcleos de árvores, gramados, remanescentes florestais urbanos, e lagoas, reunindo uma quantidade de aves expressiva de diferentes hábitos e comportamentos. O Rio Piracicaba localiza-se entre o Parque e o Engenho Central, atravessado por uma ponte pênsil, local pitoresco configurando-se como um cartão postal da cidade. No rio são formadas pequenas quedas e corredeiras que atraem aves piscívoras como biguás, garças, socós, martim-pescadores e aves insetívoras que se alimentam sobre o espelho d'água como andorinhas e tiranídeos (NEGRI *et al.* 2009; ALEXANDRINO, 2010). Segundo Alexandrino (2010), 106 espécies de aves foram encontradas na região central de Piracicaba.
4. *Zona Rural – Bairro Tanquã.* Este é um pequeno bairro rural, distante 50 km do centro de Piracicaba, habitado por aproximadamente 25 famílias. Está localizado na margem esquerda do Rio Piracicaba, próximo ao grande estuário formado junto à sua foz no Rio Tietê, criando-se ali uma bela paisagem com áreas alagadiças e pequenas ilhas fluviais. Desse modo, é considerado por muitos como o “Pantanal Piracicabano” (SETUR, 2011), reunindo grande quantidade de aves aquáticas, muitas retratadas em Negri *et al.* (2009).
5. *Zona Rural – Bairro Santana e Santa Olímpia.* Localizado a aproximadamente 20 km da área central da cidade, estes dois bairros reúnem em seus arredores a típica paisagem rural, com pequenas propriedades que possuem fragmentos florestais, áreas de silvicultura, canavial, pastagens e de-

mais culturas em baixa escala. Na área urbana dos bairros há o predomínio de residências e plano paisagístico arquitetônico que mantêm tradições europeias da província do Tirol, norte da Itália (ULRICH, 2001). Nos arredores Santos (2004) relatou a ocorrência de 90 espécies de aves em remanescentes florestais da localidade. Entretanto, considerando a heterogeneidade de ambientes do local o número de espécies certamente poderá ser maior. Esta pode ser uma boa opção para a observação de aves realizada em família, já que o bairro atualmente possui estrutura para o atendimento deste público, com comidas típicas e manifestações culturais tradicionais (SETUR, 2011).

6. *Zona Rural – Entorno da Estação Ecológica de Ibicatu* (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2011) Esta é uma UC do município que não permite visitação pública. Entretanto, sua área florestal pode contribuir com a heterogeneidade da paisagem rural do entorno, favorecendo a ocorrência de aves de diversos hábitos (PETIT *et al.*, 1999), e consequentemente o *birdwatching*. Apesar deste potencial, a infraestrutura local para recepção de turistas é inexiste-

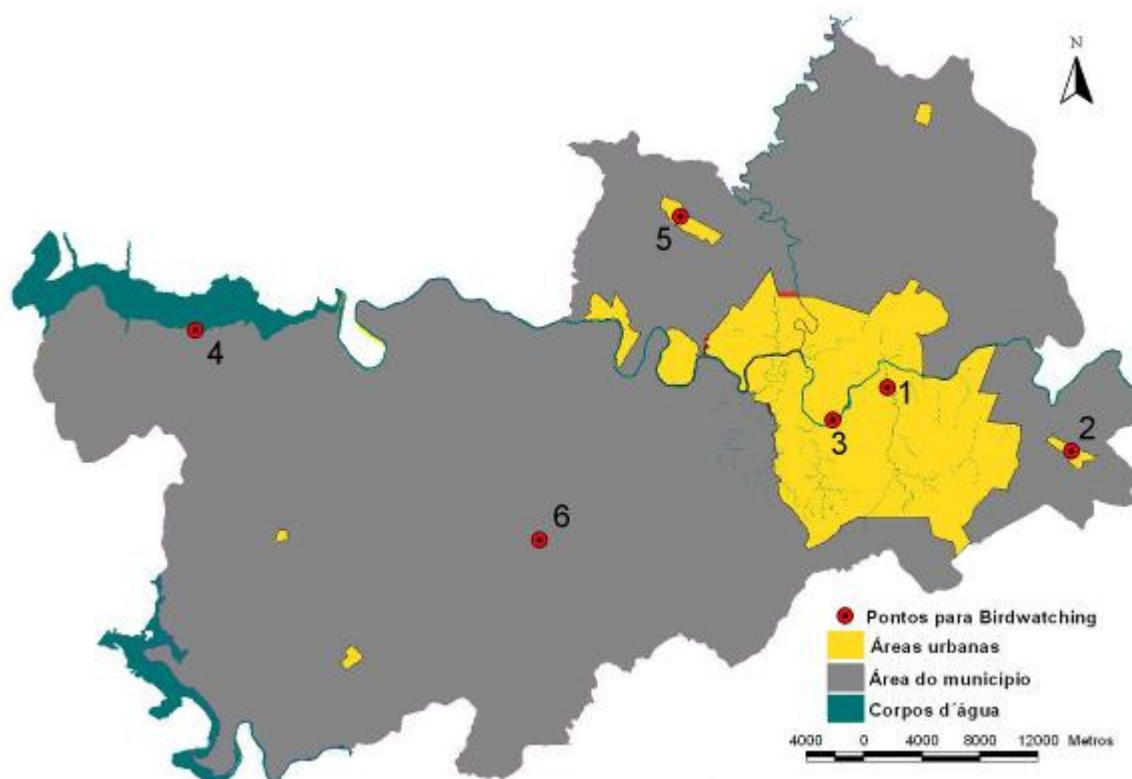


Figura 4: Localização dos pontos propícios a ocorrência do *birdwatching* em Piracicaba/SP. 1- Campus da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"; 2- Estação Experimental de Tupi; 3 - Parque da Rua do Porto e Complexo do Engenho Central; 4- Bairro Tanquá; 5- Bairro Santana e Santa Olímpia; 6- Entorno da Estação Ecológica de Ibicatu.

Além destas localidades listadas, o município é grande e provavelmente outros locais poderiam ser estudados para compreender se haveria a possibilidade de implementação deste ecoturismo.

Diagnóstico da infraestrutura hoteleira

Dos treze hotéis do município que receberam o questionário, apenas quatro não responderam. Considerando os nove hotéis respondentes, foi levantada a oferta de 609 quartos nas categorias standard e luxo, com o preço das diárias variando de R\$100,00 a R\$200,00, com café da manhã incluso que se inicia entre as 6:00 a.m e 7:00 a.m (Figura 5). Este horário de desjejum pode ser um fator a ser ajustado no caso da presença de hóspedes adeptos à prática do *birdwatching*, pois sabe-se que em determinados biomas os melhores momentos para a realização da observação de aves é ao amanhecer do dia (SKIRVIN, 1981, CAVARZERE; MORAES, 2010), quando a conspicuidade de grande parte das aves é maior (ROBBINS, 1981). Levando em conta a posição geográfica de Piracicaba, onde durante grande parte do ano e, principalmente, no decorrer do período chuvoso (de setembro a março, primavera/verão) o nascer do sol inicia-se por volta das 5:30 a.m., pode-se dizer que o turista adepto ao *birdwatching* que escolhesse o pico dos melhores horários citados acima, deixaria de tomar o café da manhã no hotel, pagando por um serviço sem utilizá-lo. Poucos meios de hospedagem consultados sobre as possibilidades de promover alterações momentâneas afirmaram ter disponibilidade de adequação de alimentação antes do café da manhã (Figura 6, item a).

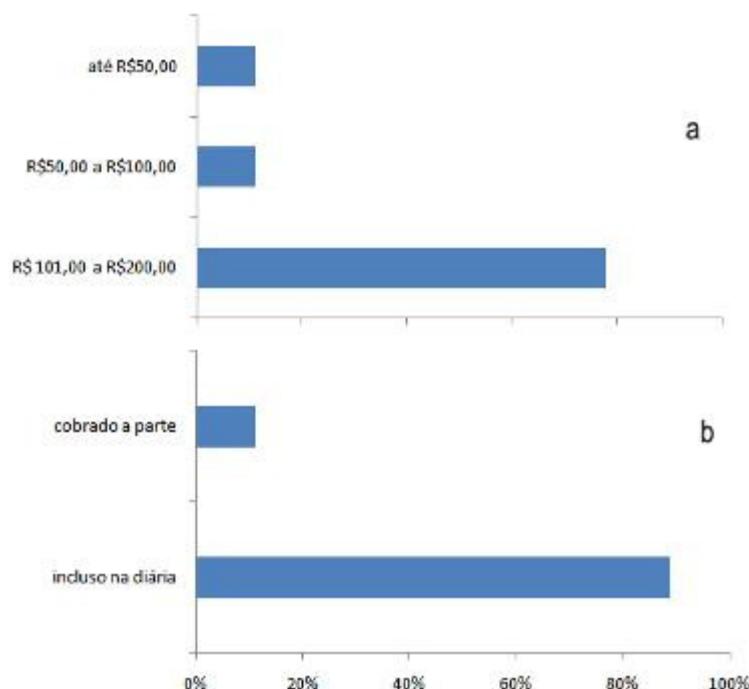


Figura 5: Respostas obtidas dos questionários aplicados nos hotéis. a) valor das diárias. b) cobrança do café-da-manhã.

Para reconhecer a possibilidade dos hotéis implantarem serviços diferenciados a fim de atender esta particularidade do turista de observação de aves, foi perguntado se o horário do café poderia ser alterado e sob quais condições (Tabela 1, questão 9). Com isso, constatou-se que em alguns hotéis existe a probabilidade do oferecimento do café da manhã mais cedo, mas sob condições particulares impostas pelos mesmos, que vão desde a cobrança de um serviço extra até a exigência de um número grande de solicitantes. Apenas um hotel entrevistado afirmou não ter condições de alteração neste tipo de serviço (Figura 5, item d).

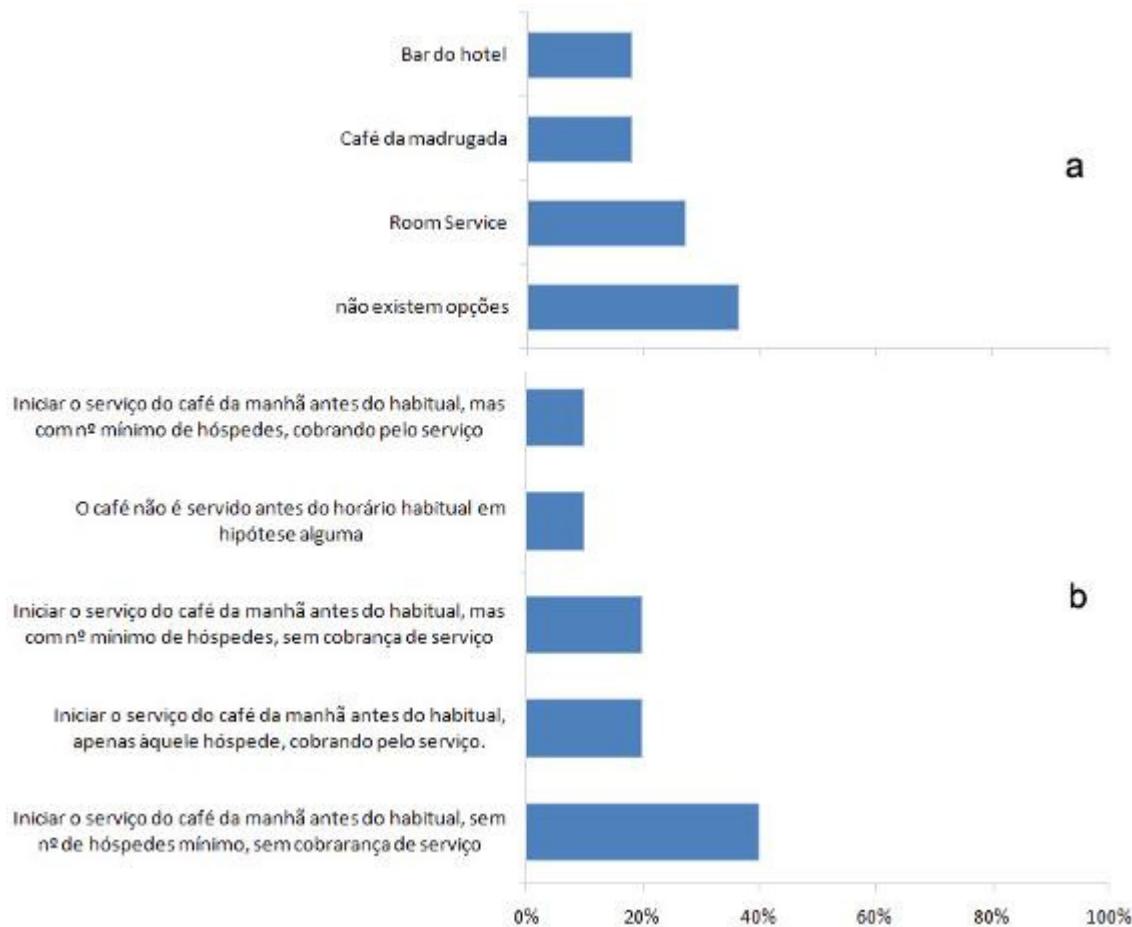


Figura 6: Respostas obtidas dos questionários aplicados nos hotéis. a) alternativas de alimentação rápida, excetuando o café-da-manhã. b) condições para o oferecimento do café-da-manhã fora do horário habitual.

Apesar de todos os hotéis responderem ter interesse neste tipo de turista, poucos demonstraram abertura para realizar adequações quando necessárias, indicando terem pouca informação sobre o *birdwatching* (Figura 7). Apenas um meio de hospedagem afirmou conhecer o tema, porém sem mais dados sobre o funcionamento dessa prática no município. Este resultado evidencia que os empreendedores locais ainda não reconhecem as possibilidades que este segmento turístico pode proporcionar.

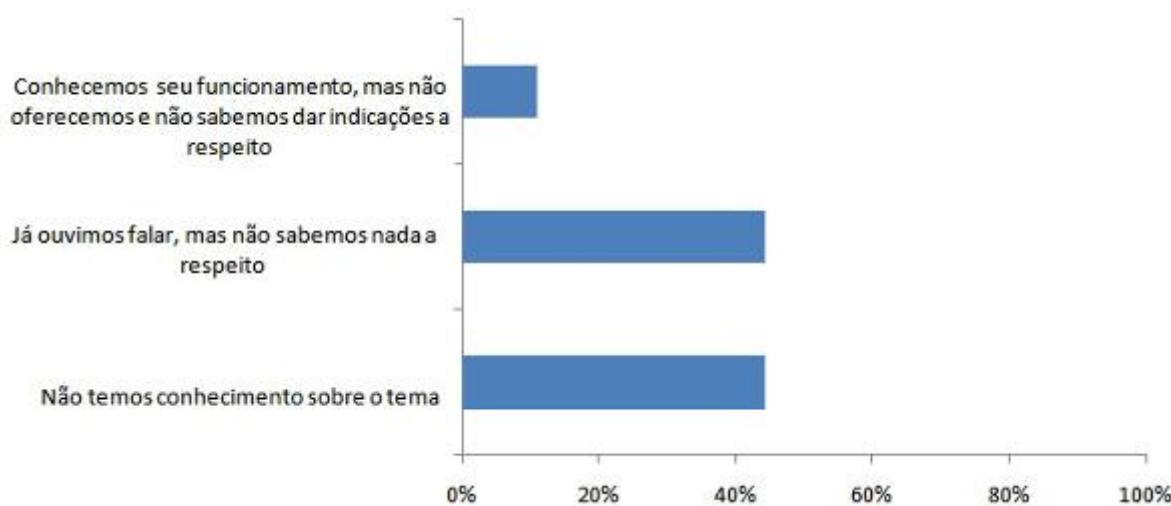


Figura 7: Respostas obtidas dos questionários aplicados nos hotéis referente ao nível de conhecimento sobre o turismo de observação de aves (*birdwatching*).

Em dois questionários obteve-se a informação extra de que a cidade recebe muitos executivos nacionais e estrangeiros durante os dias da semana, devido à presença das indústrias multinacionais com filiais locais (Caterpillar, Hyundai, Fibria, Raizen, Arcelor Mittal entre outras), além de estudiosos que visitam os centros de ensino e pesquisa de Piracicaba (USP/ESALQ, UNICAMP, UNIMEP, CTC). Analisando estes comentários e sabendo que 41 milhões de norte americanos (21% da população dos Estados Unidos) praticam o *birdwatching* (CARVER, 2009), e cerca de um milhão de britânicos também (YOUTH, 2000), supõe-se que a probabilidade de Piracicaba já ter recebido vários estrangeiros em viagem de negócios, mas adeptos do *birdwatching*, pode ser elevada. Entretanto, nenhuma hospedaria entrevistada declarou já ter recepcionado hóspedes estrangeiros ou brasileiros com algum interesse na observação de aves.

Todos os hotéis entrevistados responderam que ao menos 25% do corpo de funcionários falam inglês (Figura 8, item a). Já no caso do idioma espanhol, nem todos os hotéis garantem que seus colaboradores falam a língua (Figura 8, item c). Considerando que o público do *birdwatching* no Brasil ainda é composto em boa parte por estrangeiros (PIVATTO *et al.*, 2007), e que na América latina vários países já possuem preparo e incentivo à prática (i.e POLLARD, 2000; PERRY, 2004; COLLINS, 2007) este resultado demonstra que os turistas destas nacionalidades em visitas à Piracicaba, terão a possibilidade de encontrar hospedagens que saibam passar informações sobre o *birdwatching* local nos idiomas em questão. Entretanto, isto não exclui a recomendação dos hotéis continuamente investirem na capacitação aos idiomas mencionados, já que o nível de conhecimento declarado foi variado (Figura 8, itens b,d).

O potencial do município de Piracicaba (SP) para o turismo de observação de aves (Birdwatching).

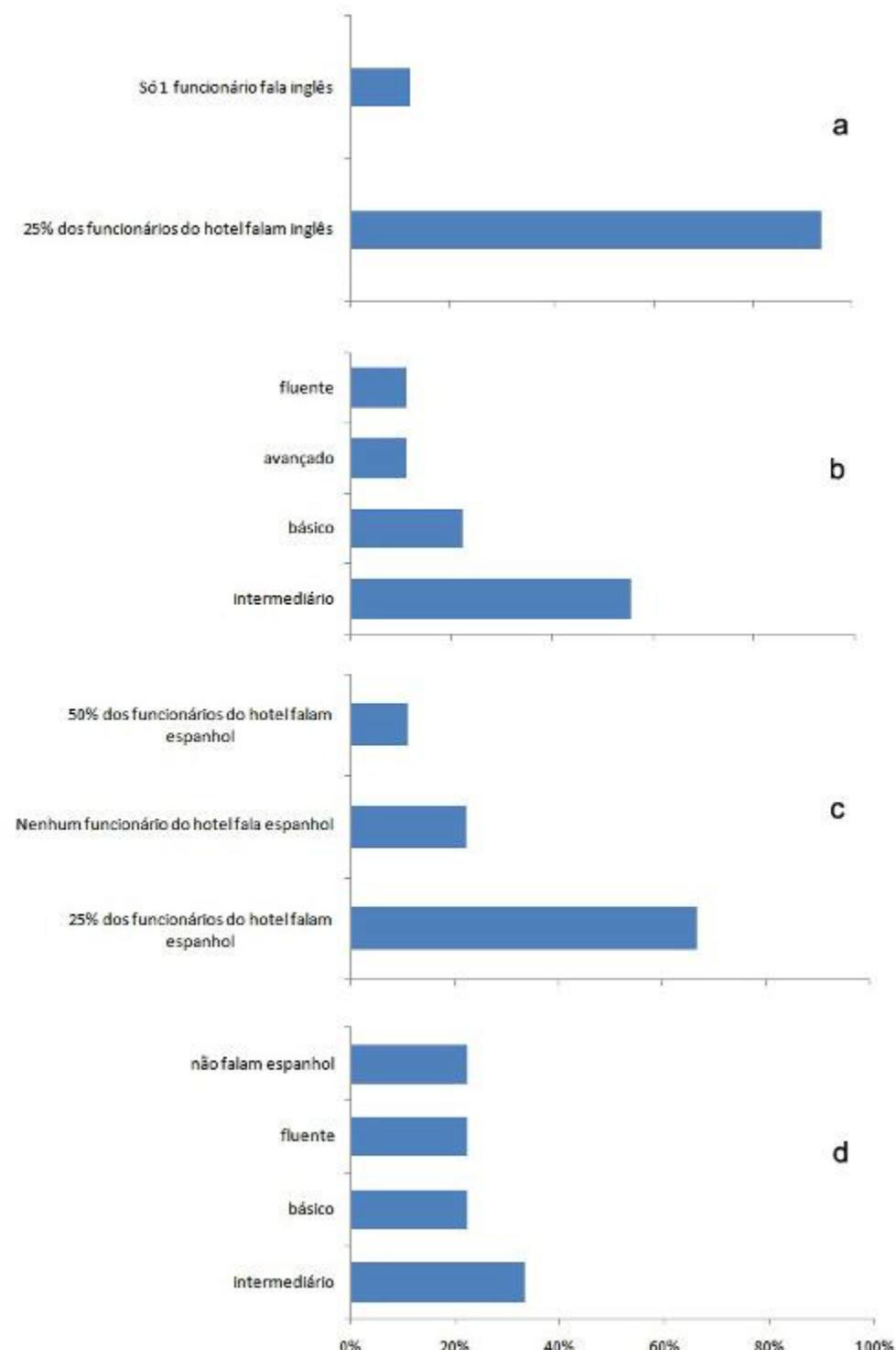


Figura 8: Respostas obtidas dos questionários aplicados nos hotéis referentes ao nível de conhecimento em a) e b) inglês, c) e d) espanhol.

Adequações e planejamento correto – evitando impactos negativos

O ecoturismo é considerado como uma atividade econômica, que promove o uso sustentado dos recursos, busca a conscientização ambiental e envolve populações locais (COSTA, 2002). O grande desafio do ecoturismo é combinar os interesses econômicos com os conservacionistas (ISAACS, 2000). Explorar este segmento numa região inadequada, e baseada apenas em um planejamento superficial, desrespeitando a capacidade de suporte do local, pode causar mais danos do que a não implementação da atividade ecoturística (HONEY, 1999 apud SEKERCIOGLU, 2002). Sem um planejamento correto, integrando as bases da filosofia do ecoturismo e, neste caso, considerando o perfil do observador de aves, o *birdwatching* pode se tornar equivocado, não assumindo a verdadeira característica de ecoturismo (FARIAS, 2007). Logo, pelo fato de o município de Piracicaba nunca antes ter planejado o oferecimento da atividade de observação de aves e recepção dos *birdwatchers*, a consolidação deste tipo de turismo no local somente terá sucesso caso uma série de adequações conjuntas sejam realizadas. Estas certamente deverão contar com a participação dos administradores públicos, empresários do setor de turismo e lazer, auxiliados pelos atuais ornitólogos e observadores de aves existentes no município, além da própria população local.

Por meio do presente estudo, constatou-se que as áreas propícias ao *birdwatching* em Piracicaba estão quase que inteiramente em localidades fora de unidades de conservação. Dentro das mesmas, espera-se que a prática da observação de aves seja controlada pela atuação do poder público, com os usuários respeitando as áreas destinadas ao lazer, como as descritas em Valentino et al. (1982) para a Estação Experimental de Tupi. Porém, para que em todas as áreas a prática seja realizada em bases sustentáveis que garantam a minimização dos impactos às aves, conforme contextualizados em Sekercioglu (2002), planos de visitações estruturado em estudos prévios deverão ser realizados. Com estes, roteiros e pacotes poderiam ser planejados e orientados para respeitar a capacidade de suporte definida evitando a sobrecarga e a desordem da prática em todos os pólos receptores. Neste caso, sugere-se abaixo alguns pontos necessários para compor tais estudos e a serem considerados no planejamento da boa prática:

1. *Levantamento da avifauna nas áreas propícias ao birdwatching* – Por meio de inventários periódicos no município poderão ser levantados informações sobre as espécies exclusivas de cada localidade, quais seus pontos de ocorrência e quais as épocas propícias à sua visitação. Com estas informações os facilitadores da prática poderão compreender qual modalidade do birdwatching é mais adequado em cada local e qual o tipo de observador poderia se interessar na visitação dos mesmos. Materiais interpretativos úteis aos turistas, como listas de aves, guias ilustrados e mapas de distribuição de espécies, poderiam ser formulados aumentando o receptivo turístico aos observadores. Ao mesmo tempo, informações sobre locais críticos à

aproximação humana, como por exemplo os ninhais, poderão ser reconhecidas, para que sejam evitados durante as visitações. Deve-se lembrar que neste tipo de turismo o produto ofertado é a biodiversidade da avifauna, que uma vez impactada pode comprometer a perpetuação da atividade local, e principalmente a integridade da avifauna;

2. *Identificar os locais aptos para estabelecimento de trilhas e pontos de observação* - Isso permitirá a definição do grau de dificuldade de cada trilha a ser implantada, gerando informações sobre qual público poderia freqüentá-la, facilitando a formulação de roteiros adequados a cada tipo de *birdwatcher*;
3. *Reconhecer o acesso aos locais, infra-estrutura existente e necessária* - Para que o local se consolide como receptor deste segmento do ecoturismo torna-se necessário levantar elementos úteis aos olhos dos turistas, mais precisamente do *birdwatcher* de diversos níveis de experiência. É importante que o local onde será realizada tal prática ofereça o mínimo de segurança ou policiamento, onde o acesso não seja demasiadamente livre a todos os tipos de público. Estudar a logística de transporte dos interessados aos locais potenciais também se faz necessário, bem como a existência em suas proximidades de alguns pontos para lanche, como um pequeno restaurante ou lanchonete, e também sanitários. Estes locais somente serão procurados no início ou no final da prática, respeitando os roteiros possíveis. Tê-los no meio de uma trilha, por exemplo, é fora de questão, por impactar o ambiente e arriscando desconfigurar a paisagem “natural”;
4. *Realizar a capacitação de guias* - O guia tem um papel preponderante neste segmento do ecoturismo. Com o planejamento dos locais aptos à observação, este tomará as decisões sobre os melhores pontos a levar os *birdwatcher*s a fim de garantir a observação de espécies de acordo com as condições climatológicas, época do ano, horário e características do público. O guia precisa ser capacitado no reconhecimento de grande parte das espécies, tanto visualmente quanto auditivamente, pois no *birdwatching* a ordem de aparição das espécies dificilmente é prevista. Do mesmo modo, os guias precisam reconhecer as limitações de cada espécie, sabendo evitar pontos onde elas nidificam (SEKERCIOLU, 2003) e evitar o uso demasiado de técnicas de atração de aves, como o *playback* (SEKERCIOLU, 2002). Este consiste em emitir a vocalização da espécie observada, que virá à fonte emissora do som a fim de defender seu território de um possível invasor. Se usado em excesso, o procedimento pode gerar elevado desconforto em determinadas espécies. Do mesmo modo, o flash de máquinas fotográficas também deve ser controlado. Guias que falem outras línguas, inclusive que saiba conceitos sobre a ecologia das espécies, tendo formação técnica ou acadêmica em temas ambientais, também são importantes agentes para que a prática seja bem vista pelo público, inclusive de outros países. O pú-

blico já praticante prefere guias que tenham familiaridade com a ornitologia, pois estes fornecem informações de maior qualidade, além de saberem os valores conservacionistas que a prática proporciona (SEKERCIOLU, 2002).

Além dos cuidados necessários para o planejamento da prática no campo, os setores responsáveis pela recepção e acomodação destes turistas também deverão sofrer adequações, visando o aumento da hospitalidade ao *birdwatcher*, o que contribuirá na efetivação deste segmento na região. Considerando os resultados obtidos pelos questionários aplicados, percebe-se que alguns serviços básicos necessários aos *birdwatchers* ainda não são totalmente oferecidas no município. O café da manhã é um exemplo. O simples fato de oferecer-lhe mais cedo sem cobrar um adicional, em dias que este turista previamente informe de sua necessidade, seria um diferencial a favor dos observadores de aves. Apesar de existirem hotéis que declaram o oferecimento desta possibilidade, nenhum deles divulga esta facilidade em seus sites ou propagandas. Do mesmo modo, hotéis informados sobre as novidades, pontos fortes e fracos do *birdwatching* no município seria outro fator a ser valorizado por este turista. Para isso, medidas simples como cadastro ou parcerias com guias de observadores de aves locais ou agências especializadas já garantiriam o mínimo necessário para os hotéis se adequarem em produzir informações mais concretas sobre o tema.

Uma forma alternativa de efetivar o *birdwatching* no município seria oferecer a opção deste lazer dentro do turismo rural, que possui uma identidade reconhecida entre o público leigo (PORTUGUEZ, 2005) e uma relativa estruturação em Piracicaba (SETUR, 2011). O *birdwatching* comporta-se como uma peça que vai de acordo com as propostas conceituadas para o turismo rural, segundo a Carta de Joinville:

aquele que, do ponto de vista geográfico, acontece no espaço rural; do ponto de vista antropológico, oferece ao visitante a possibilidade de vivências da cultura rural; do ponto de vista sócio econômico, representa um complemento às atividades agropecuárias; finalmente, do ponto de vista do imaginário, atende às expectativas de evasão da rotina urbana e de realizar outras experiências de vida (PORTUGUEZ, 2005, p. 580).

O oferecimento de comidas típicas do campo, em estabelecimentos especializados, a serem procurados no final de uma observação de aves é um dos exemplos que uniriam os estes dois segmentos do ecoturismo, gerando benefícios mútuos.

Em soma, a observação de aves ocorrendo no espaço rural pode ser vista como uma alternativa econômica sustentável em áreas protegidas das propriedades rurais, indo de encontro aos pontos sugeridos em Mafra e Ramos (2007) sobre a atuação do ecoturismo em áreas de preservação permanente e reserva legal destas propriedades.

Considerações finais

O município de Piracicaba possui um grande potencial para iniciar o oferecimento do *birdwatching*, pois reúne uma avifauna com diversificação elevada, com hábitos e ambientes de ocorrência distintos em localidades propícias. Entretanto, se faz necessário um planejamento prévio, a fim de se evitar que a prática seja realizada demasiadamente, colocando em risco a geração de uma atividade econômica que tem o propósito de caminhar conjuntamente com a conservação da natureza. Neste planejamento inicial sugere-se que o setor hoteleiro e agenciadores turísticos trabalhem em cooperação com os ornitólogos, a população e o poder público local.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDRINO, E.R. Amostragem de avifauna urbana por meio de pontos fixos: verificando a eficiência do método. 2010. 97p. **Dissertação** (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2010.
- ANTUNES, A.Z; ESTON, M.R.; SANTOS, A.M.R.; MENEZES, G.V. Avaliação das informações disponíveis sobre a avifauna do Parque Estadual Carlos Botelho. **Revista do Instituto Florestal**. São Paulo, v.18, n.único, p.103-120. dez. 2006.
- BARRETO, A.G.O.P.; SPAROVEK, G.; GIANNOTTI, M. **Atlas rural de Piracicaba**. Piracicaba: Instituto de Pesquisas Florestais. 2006. 75p.
- BIBBY, C.J.; BURGESS, N.D.; HILL, D.A.; MUSTOE, S.H. **Bird census techniques**. 2 ed. San Diego: Academic Press. 2000. 302p.
- BIRDWATCHINGBR - Grupo de discussão sobre o birdwatching no Brasil. Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/birdwatchingbr/> . Mensagens postadas entre 19 jun a 21 jun 2011.
- BRASIL. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2008. 64p.
- CARVER, E. **Birding in the United States**: A Demographic and Economic Analysis. Addendum to the 2006 National Survey of Fishing, Hunting, and Wildlife-Associated Recreation. Arlington, VA: U.S. Fish and Wildlife Service, Division of Economics. 2009. Disponível em: library.fws.gov/pubs/birding_natsurvey06.pdf. Acessado em: 02 ago 2011.
- CAVARZERE, V.; MORAES, G.P. Diurnal variation in transect counts of birds in a cerrado landscape in the state of São Paulo, Brazil. **Revista Brasileira de Ornitologia**, Rio de Janeiro, v.18, n.2, p. 97-101. 2010.
- CBRO - Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. **Listas das aves do Brasil - 10º edição**. Versão 25/01/2011. Disponível em: <http://www.cbro.org.br>. Acessado em: 02 ago 2011.
- CEO - Centro de estudos ornitológicos. Disponível em: <http://www.ceo.org.br>. Acesso em: 02 ago 2011.
- COA - Clube de observadores de aves do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.coa-ri.com>. Acessado em: 02 ago 2011.

COLLINS, C. Guyana: South America's overlooked birding destination. **Neotropical Birding**. p. 69-75. 2007.

COLTRI, P. Influência do uso e cobertura do solo no clima de Piracicaba, São Paulo: análise de séries históricas, ilhas de calor, e técnicas de sensoriamento remoto. 2006. 166p. **Dissecação** (Mestrado em Fitotecnia) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2006.

CORDELL, H.K; HERBERT, N.G. The popularity of birding is still growing. **Birding**, v. 34, n.1, p. 54 - 61. 2002.

COSTA, P.C. **Ecoturismo**. Coleção ABC do Turismo. São Paulo: Aleph. 2002. 86p.

CROZARIOL, M.A. Birdwatching em campos de arroz irrigados: uma atividade que tem tudo para dar certo! **Atualidades Ornitológicas**, n.157, p. 47-54. 2010.

DEVICTOR, V., JIGUET, F. Community richness and stability in agricultural landscapes: The importance of surrounding habitats. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, v.120, n.2-4, p. 179–184. 2007.

DIAS, R. A biodiversidade como atrativo turístico: o caso do Turismo de Observação de Aves no município de Ubatuba (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v.4, n.1, p.111-122. 2011.

ESALQ. **ESALQ 100 anos**: um olhar entre o passado e o futuro. São Paulo: Prêmio Editorial. 2001. 193p.

FARIAS, G.B. A observação de aves como possibilidade ecoturística. **Revista Brasileira de Ornitologia**, v.15, n.3, p. 474-477. 2007.

FIGUEIREDO, L. F. **Registros de aves na Estação Experimental de Tupi, Piracicaba, SP**, em 8/6/2001. (Relatório não publicado), disponível com o autor. 2001.

FIGUEIREDO, L. F. **A observação de aves**: Esporte, Lazer, Ciência e Arte. Centro de Estudos Ornitológicos. Disponível em: <http://www.ceo.org.br/>. Acessado em 04 ago 2011. 2007.

FIGUEIREDO, L. F. João Guimarães Rosa e suas aves: era ele um observador de aves? **Atualidades Ornitológicas** n.15, p. 33-49. 2010.

FONSECA, F.Y., NAVENGA-GONÇALVES, M.E.C. Levantamento preliminar das espécies de aves encontradas no campus taquaral UNIMEP, Piracicaba/SP. **Anais** da 4ª Mostra Acadêmica UNIMEP, Piracicaba, 2008. Disponível em: www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/435.pdf. Acessado em: 22 jun 2011.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Unidades de conservação**: Estações Ecológicas Estaduais, 2011. Disponível em: <http://www.fflorestal.sp.gov.br/estacoesEstaduais.php>. Acessado em: 22 junho 2011.

GIRAUZO, A. R.; MATTEUCCI S. D.; ALONSO, J.; HERRERA, J.; ABRAMSON, R. R. Comparing bird assemblages in large and small fragments of the Atlantic Forest hotspots. **Biodiversity and Conservation**, v.17, n.5 , p.1251–1265. 2008.

GWYNEE,J.A.; RIDGELY, R.S.; TUDOR, G.; ARGEL, M. **Aves do Brasil**: Pantanal e Cerrado. São Paulo: Editora Horizonte. 2010. 322p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acessado em: 02 mar. 2010.

INSTITUTO FLORESTAL. Áreas protegidas do Instituto Florestal. Disponível em: http://www.iforestal.sp.gov.br/areas_protegidas/index.asp. Acessado em: 02 jul. 2011.

IPPLAP - INSTITUTO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO DE PIRACICABA. Disponível em: <http://www.ipplap.com.br/acervoin.php?id=517>. Acessado em: 02 jul. 2011.

ISAACS, J.C. The limited potential of ecotourism to contribute to wildlife conservation. **Wildlife Society Bulletin**, v. 28, n. 1, p. 61–69. 2000.

LEWINSOHN, T.M.; PRADO, P.L. Quantas espécies há no Brasil? **Megadiversidade**, v.1, n.1, p. 36-42, 2005.

MAFRA, G.A.; RAMOS, O.C.Z. Ecoturismo como alternativa de atividade econômica sustentável em áreas protegidas das propriedades rurais. In: II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. 2007, Itatiaia. **Anais**...Disponível em: www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo17.pdf . Acessado em: 02 ago 2011.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Mata Atlântica**: patrimônio nacional dos brasileiros. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Núcleo Mata Atlântica e Pampa. 2010. 408p.

MONFERRARI, L. V. Fotografia registro WA406891, [*Circus buffoni* (Gmelin, 1788)]. Wiki Aves - A Enciclopédia das Aves do Brasil. Disponível em: <http://www.wikiaves.com/406891>. Acessado em: 02 ago 2011. 2011a.

MONFERRARI, L. V. Fotografia registro WA406898 [*Netta peposaca* (Vieillot, 1816)]. Wiki Aves - A Enciclopédia das Aves do Brasil. Disponível em: <http://www.wikiaves.com/406898> Acessado em: 02 ago 2011. 2011b.

NEGRI, D.; DESMONTS, F.; LONGO, L. **Nosso rio, nossas aves**: às margens do rio Piracicaba. São Paulo: SENAC, 2009. 119p.

OAP - OBSERVADORES DE AVES DE PERNAMBUCO. Disponível em: <http://www.oap.org.br/>. Acessado em: 02 de jul de 2011.

PERRY, M.C. Peru: The ecotraveller's wildlife guide. **The Wilson Bulletin**. v.116, n.1, p.116-117. 2004.

PETIT, L.J.; PETIT, D.R.; CHRISTIAN, D.G.; POWELL, H.D.W. Bird communities of natural and modified habitats in Panama. **Ecography**, v. 22, n.3, p. 292-304. 1999.

PINHEIRO, G.S.; GIANNOTTI, E.; CRESTANA, C.S.M.; PFEIFER, R.M.; SILVA, D.A.; NEGREIROS, O.C.; BARBOSA, A.F.; MARIANO, G.; GUTMANIS, D.; ROMANELLI, R.C.; SILVA, A. Plano de manejo da Estação Experimental de Tupi – Piracicaba, SP. IF **Série Registros**. n.19, p.1-61. mai 1999.

PIVATTO, M.A.C.; SABINO,J. Recomendações para minimizar impactos à avifauna em atividades de turismo de observação de aves. **Atualidades Ornitológicas**, n.127, p. 7-11. 2005.

PIVATTO, M.A.C.; SABINO,J. O turismo de observação de aves no Brasil: breve revisão bibliográfica e novas perspectivas. **Atualidades Ornitológicas**, n.139, p. 10-13. 2007.

PIVATTO, M.A.C.; SABINO,J.; FAVERO,S.; MICHELS, I.L. Perfil e viabilidade do turismo de observação de aves no Pantanal Sul e Planalto da Bodoquena (Mato Grosso do Sul) segundo interesse dos visitantes. **Revista Brasileira de Ornitológia**, v.15, n.4, p. 520-529. 2007.

- POLLARD, P. **Footprint Colombia handbook**: the travel guide. 2 edition. Bath: Footprint Handbooks Press. 2000.
- PORTUGUEZ, A. P. Turismo rural. In: TRIGO, L.G.G (Org.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca. pp. 577-586. 2005.
- QUEIROZ, O.T.M.M. Turismo paisagístico. In: PANOSO NETTO, A.; ANSARAH, M. G. R. **Segmentação do mercado turístico**: Estudos, produtos e perspectivas. Barueri: Manole, 2009.
- ROBBINS,C.S. Effect of time of day on bird activity. **Studies in Avian Biology** n.6, p. 275-286. 1981.
- SANTOS, A.M.R. Comunidades de aves em remanescentes florestais secundários de uma área rural no sudeste do Brasil. **Revista Brasileira de Ornitologia**, v.12, n.1. p. 41-49. 2004
- SANTOS, A.S.R. A importância da vocalização na identificação das aves. **Boletim CEO**, São Paulo, n. 10, p. 27-33, 1994.
- SEKERCIOGLU,C.H. Impacts of birdwatching on human and avian communities **Environmental Conservation**, v.29, n.3, p. 282–289. 2002.
- SEKERCIOGLU,C.H. Conservation through commodification. **Birding**. v.35, n.4. p. 394-402. 2003.
- SEKERCIOGLU,C.H. Increasing awareness of avian ecological function. **Trends in Ecology and Evolution**, v.21, n.8, 464-471. 2006.
- SETUR – Secretaria Municipal de turismo de Piracicaba. Disponível no site: www.setur.piracicaba.sp.gov.br. Acessado em 02 de julho de 2011.
- SICK, H. **Ornitologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 912p
- SIGRIST, T. **Guia de campo. Aves do Brasil, uma visão artística**. São Paulo: Avis Brasilis. 2007. 492p.
- SKIRVIN, A. Effect of time of day and time of season on the number of observations and density estimates of breeding birds. **Studies in Avian Biology** n.6, p. 271-274, 1981.
- SOUZA, D.G.S. **Todas as aves do Brasil**: guia de campo para identificação. Feira de Santana: DALL, 2004. 350p.
- ULRICH, S.R.G. Tradições e manifestações culturais em Piracicaba: perspectivas para o turismo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**. v.1, n.1, p. 35-44. 2001.
- VALENTINO,R.A.L.; PINHEIRO, G.S.; MARIANO,G.; CRESTANA, C.S.M. Planejamento da área de recreação, turismo e educação ambiental na Estação Experimental de Tupi. **Boletim Técnico do Instituto Florestal**, v.36, n.2, p.75-99. 1982.
- VAN PERLO, B. **A Field guide to the birds of Brazil**. New York: Oxford University Press. 2009. 465p.
- IEIRA-DA-ROCHA, M.C.; MOLIN, T. A aceitação da observação de aves como ferramenta didática no ensino formal. **Atualidades Ornitológicas**, n.146, p. 33-37. 2008.

VIELLIARD, J.M.E.; ALMEIDA, M.E.C.; ANJOS, L.; SILVA, W.R. Levantamento quantitativo por pontos de escruta e o índice pontual de abundância (IPA). In: MATTER, S.V.; STRAUBE, F.C.; ACCORDI, I.; PIACENTINI, V.; CÂNDIDO-JR., J.F. **Ornitologia e Conservação**. Ciência Aplicada, Técnicas de pesquisa e Levantamento. Rio de Janeiro: Technical Books. pp. 47-60. 2010.

VIELLIARD, J.M.E.; SILVA, W.R. Avifauna. In: LEONEL, C. **Intervales**. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, p. 124-146. 2001.

YOUTH, H. Watching vs. Taking. **World Watch** v. 13, n.3, p. 12-23. 2000.

WIKIAVES. A Enciclopédia das Aves do Brasil. Disponível em: <http://www.wikiaves.com.br>. Acessado em 02 de julho de 2011.

Notas

¹Luiz Fernando de Andrade Figueiredo – Membro da diretoria do Centro de Estudos Ornitológicos - www.ceo.org.br

²Guto Carvalho - Coordenador do evento Avistar – Encontro Brasileiro de Observação de Aves - www.avistarbrasil.com.br

³Reinaldo César Guedes – Administrador do site WikiAves.

⁴Katia Maria Paschoaletto Micchi de Barros Ferraz – Docente do Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”.

Eduardo Roberto Alexandrino: Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP), Piracicaba, SP, Brasil.

Email: eduardoalexandrino@hotmail.com

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8328346468875255>

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz: Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP), Piracicaba, SP, Brasil.

Email: otmmquei@esalq.usp.br

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6995118783898309>

Rosemeire Calixto Massarutto: Centro Federal Tecnológico de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Email: rmassarutto@piracicaba.sp.gov.br

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0119307362035372>

Data de submissão: 11 de outubro de 2011

Data de recebimento de correções: 03 de janeiro de 2012

Data do aceite: 08 de janeiro de 2012

Avaliado anonimamente



Ecoturismo étnico no Parque Nacional do Monte Pascoal: formas de comunicação entre condutores indígenas e visitantes da Unidade de Conservação

Ecotourism Ethnic in Monte Pascoal National Park: forms of communication between indigenous guide and visitors to the protected area

Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira

RESUMO

Na aldeia do Pé do Monte, localizada na portaria do Parque Nacional do Monte Pascoal, no extremo sul da Bahia, vivem índios que atuam como condutores indígenas do parque com a função de guiar e informar os visitantes a importância desta área natural e suas relações histórico e culturais com a unidade de conservação. Este artigo tem o objetivo de descrever brevemente o contexto sociocultural da etnia Pataxó no extremo sul da Bahia e identificar as formas de comunicação dos condutores indígenas do Parque Nacional do Monte Pascoal. A pesquisa foi realizada através de estudo bibliográfico do histórico sociocultural dos Pataxós na região, entrevista semi estruturada com liderança indígena da aldeia do Pé do Monte, observação participante dos trabalhos dos condutores indígenas e análise do conteúdo dos dados coletados. Ao final da pesquisa foi possível identificar a narrativa, o artesanato, a arte plástica e rituais como formas de comunicação utilizadas pelos condutores indígenas com os visitantes. Verificou-se que durante a função de condutor, estes indígenas expressam suas lutas sociais e que o ecoturismo étnico é um meio de oportunizar a manifestação de antigas e novas tradições Pataxó ao visitante, como também o fortalecimento de sua etnia.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Popular; Ecoturismo Étnico; Etnia Pataxó.

ABSTRACT

In the Monte Pascoal National Park, indigenous guides from the Pataxó Indian settlement of Pé do Monte, located at the park entrance, inform visitors about the importance of this natural area and its historical and cultural relationship with the conservation unit. The purpose of this article is to briefly describe the sociocultural context of the Pataxó ethnic group in the extreme south of Bahia and to examine the forms of communication employed by the park's indigenous guides. The research was conducted through bibliographical study of the sociocultural history of the Pataxós in the region, a semi-structured interview with the Indian leader of the Pé do Monte settlement, participatory observation of indigenous guide work and content analysis of the collected data. Guides were found to communicate with visitors by way of visual art, crafts, ritual as well as verbal narrative. The research establishes that in the course of their work, the guides exteriorize their indigenous social struggles, and that ethnic ecotourism favours the expression of Pataxó traditions both new and old while reinforcing their ethnic identity.

KEYWORDS: Popular Communication; Ethnic Ecotourism; Ethnic Pataxó.

Introdução

O Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP) é uma Unidade de Conservação (UC) federal de proteção integral, aberta para visitação, localizada no município de Porto Seguro¹. Esta UC possui um dos principais fragmentos remanescentes de Mata Atlântica do nordeste brasileiro, apresentando uma grande biodiversidade presente em quatro ecossistemas: Ombrófila Densa, Mussununga, Restinga e Manguezal (ISA, 2004). Além dos aspectos naturais o PNMP possui um contexto de importância histórica e sociocultural no cenário nacional, envolvendo comunidades indígenas e atividades turísticas.

As atividades de visitação realizadas no PNMP envolvem trilhas interpretativas e de subida ao Monte Pascoal, Centro de Visitantes, observação e vivência das manifestações culturais indígenas Pataxós.

Na portaria do PNMP encontra-se a aldeia do Pé do Monte que faz jus ao seu nome, pois se situa ao pé do Monte Pascoal, nome dado ao cume da formação geológica local que simboliza, no imaginário brasileiro, o marco da chegada dos portugueses no Brasil. A aldeia conta com cerca de 20 famílias da etnia Pataxó, que têm como um dos ofícios diários, a operacionalização das atividades de visitação no PNMP. A visitação nesta área é gerida em um processo de gestão compartilhada, através do Grupo de Trabalho de Ecoturismo (GTE), constituído por representantes da liderança indígena Pataxó, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Este GTE tem como objetivos a serem conquistados através das atividades de visitação do PNMP: o desenvolvimento do ecoturismo², o esclarecimento e sensibilização do visitante sobre a importância social, ambiental e cultural da área, a geração e distribuição de renda aos Pataxós, o fortalecimento sociocultural das aldeias indígenas Pataxó localizadas no entorno da UC (OLIVEIRA, 2008).

Toda visitação realizada no interior do PNMP é acompanhada por um ou mais condutores indígenas Pataxós da aldeia do Pé do Monte, desde as primeiras informações ao visitante na portaria à interpretação ambiental das trilhas, monumentos e manifestações culturais observadas e vivenciadas.

Os condutores indígenas Pataxós desta localidade trabalham a interpretação ambiental expressando o seu contexto sociocultural, relacionado ao patrimônio natural da UC. Esta expressão é feita através da comunicação popular desta comunidade, compreendida como as manifestações culturais tradicionais Pataxó, associadas às suas resistências sociais e populares (PERUZZO, 1995).

A história dos índios Pataxós no extremo sul da Bahia é uma trajetória de lutas por território, abusos e descasos das autoridades governamentais, violência física e sociocultural, repressão e esquecimento cultural, atrações turísticas, reconstrução e criação de elementos culturais tradicionais (GRÜNEWALD, 2001; SAMPAIO, 2000).

Este trabalho visa descrever brevemente o histórico sociocultural da aldeia do

Pé do Monte e sua relação com desenvolvimento do ecoturismo étnico na UC, e identificar as formas de comunicação popular, utilizadas pelos condutores indígenas Pataxós desta aldeia durante a visitação do PNMP, para apresentar aos visitantes sua história étnica nesta região do Brasil.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada através de uma abordagem metodológica interpretativa (JONES, 1993) utilizando técnicas qualitativas para coleta e análise dos dados (MINAYO, 2004).

Inicialmente foi realizado um estudo bibliográfico (GIL, 1987) sobre o histórico da aldeia do Pé do Monte. Junto a este levantamento foi feita uma entrevista semi estruturada (JONES, 1993) com o cacique da aldeia, com a finalidade de dar voz a população pesquisada e verificar e complementar os dados levantados, principalmente as informações sobre a aldeia do Pé do Monte.

Para identificar a comunicação popular utilizada pelos condutores indígenas do PNMP, durante a visitação na área, foi necessário formatar um roteiro de observação que focasse as formas de expressões culturais utilizadas. Nesta categoria de análise foram destacados os seguintes indicadores: meios de comunicação (verbal, corporal, musical, artístico); objetivos e contexto sociocultural da mensagem.

A técnica de observação utilizada foi observação participante (STACEY, 1977; JONES, 1993) que tem a finalidade de coletar dados através do contato direto com o universo pesquisado. Durante as observações os dados foram registrados em gravador de voz digital e diário de campo visando facilitar a análise.

A observação participante foi aplicada nos seguintes atrativos e locais do PNMP: trilha da subida do Monte, Monumento da Resistência, locais de venda do artesanato Pataxó e apresentação do Awê. Sendo estes os indicados pelo cacique entrevistado como os principais e mais visitados.

Os dados coletados foram sistematizados e descritos proporcionando fazer uma relação do histórico da aldeia do pé do monte com as formas de comunicação utilizadas pelo condutor.

Resultados e Discussão

Aspectos conceituais: Pataxó e manifestações étnico culturais no ecoturismo

De acordo com Grünwald (2001) e Sampaio (2000), a criação em 1961, do PNMP expropriou uma população indígena da etnia Pataxó de seu território, no extremo sul da Bahia. Este fato apenas fortaleceu outros históricos de violência e descaso com esses indígenas, como “fogo de 51”³ que assassinou e violentou diversos Pataxós, inclusive mulheres, e o contato conflitante com os portugueses séculos atrás.

Durante estes ocorridos, os Pataxós conseguiram, timidamente, desenvolver

elas. Esta liderança considera esta influência positiva, pois fortalece a etnia Pataxó na região e cria uma característica cultural e organizacional indígena local sobre o ecoturismo desenvolvido na região. Identificando esta influência, foi questionado sobre o risco dos atrativos e espaços turísticos Pataxó se tornarem iguais perdendo singularidade e diferenciais. O cacique respondeu: “[...] o Monte, a Mata e a história da aldeia Pé do Monte são únicas”.

O grupo indígena que criou e organiza a Reserva Pataxó da Jaqueira foi pioneiro no ecoturismo étnico no Pólo Turístico do Descobrimento. A atividade para este grupo é a sua principal fonte de renda e meio de reproduzir e comunicar sua história e tradições aos diferentes agentes que interagem (LUÍNDIA, 2007).

A aldeia do Pé do Monte, de acordo com sua liderança, a partir de 2007 tenta se organizar em associação com intuito de conquistar uma maior autonomia na gestão da atividade turística no PNMP. O desejo é constituir um acordo formal com o ICMBio para efetuação de uma gestão indígena na visitação da UC.

De acordo com sua liderança a demarcação do território da aldeia se encontra em processo de negociação, o que dificulta a organização e o estabelecimento de ações continuadas no desenvolvimento do ecoturismo étnico no PNMP e na aldeia do Pé do Monte. Neste processo de negociação o movimento social Pataxó passa por um processo de fortalecimento nas arenas públicas, aonde vêm conquistando espaço e adquirindo voz ativa sobre as questões do direito ao território e suas formas de uso.

Formas de comunicação popular Pataxó na visitação do PNMP

A visitação no PNMP inicia na portaria com o contato do visitante com o condutor indígena (Figura 1). Durante a visitação este representante utiliza de pontos interpretativos para expressar, através de diferentes meios de comunicação, o seu contexto histórico e cultural e a relação antiga e atual com o ambiente natural da UC.



Figura 1: Condutores indígenas na portaria do PNMP.
Foto: Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira (2011).

Durante o uso dos meios de comunicação, o condutor demonstra o objetivo de atrair e satisfazer o público e afirmar sua imagem étnica perante o “outro”.

Na pesquisa foi observado o trabalho e os meios de comunicação destes condutores indígenas em diferentes pontos de visitação.

Segue a descrição dos dados por ponto de visitação:

Monumento da Resistência

Nesse ponto da visita, que dá acesso a todas as trilhas do PNMP, o condutor indígena, utilizando vestuário Pataxó, comunica verbalmente a história de luta e sobrevivência de sua etnia na região, iniciando com a chegada dos portugueses até os dias de hoje. Nessa narrativa, é apresentado o Monumento da Resistência como expressão do sentimento de diversas etnias indígenas do Brasil sobre os “500 Anos do Descobrimento”. Afirma-se que, apesar da violência sobre suas culturas, os indígenas conseguiram sobreviver e retomar a área do PNMP, o que simboliza um marco do fortalecimento de sua etnia.

O Monumento da Resistência, construído pelos próprios índios no momento de retomada do PNMP, tem a forma do mapa do Brasil, fazendo uma junção com instrumentos usados pelos índios do Brasil – o maracá e a flecha. O mapa apresenta os nomes de diversas etnias indígenas do Brasil, localizadas em suas correspondentes regiões do país, demonstrando que já ocorreu presença indígena em todo território nacional e muitas delas ainda resistem e se fortalecem.

Os meios de comunicação popular são, neste ponto interpretativo, a arte plástica (monumento da resistência), vestuários tradicionais Pataxós e expressão verbal da história sóciocultural de uma etnia, envolvendo movimentos de lutas sociais indígenas (Figura 2).



Figura 2: Condutor e turistas no Monumento da Resistência.
Foto: Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira (2011).

Foi identificado que existe um domínio maior da narrativa nos condutores mais velhos. Os mais novos apresentam insegurança na fala demonstrando pouco domínio e pertencimento sobre sua história. Este fato provoca a hipótese que a transmissão oral das histórias e tradições pode estar perdendo significado nas gerações mais jovens, podendo ocasionar transformações culturais indesejáveis pelos membros mais velhos, influenciando nas relações entre as gerações. Ressalta-se que a reprodução cultural e social desta comunidade depende da história oral.

Trilha da subida do Monte

A trilha ao cume do Monte Pascoal é o local mais procurado pelos visitantes do PNMP. Nessa trilha, o condutor não está obrigatoriamente utilizando vestuários tradicionais Pataxós.

O meio de comunicação utilizado pelos condutores é o verbal, em que são transmitidas informações das relações entre Pataxós com os elementos do ambiente e paisagem natural, utilizando nomes das árvores e às vezes dos fatos na língua Patxôhã. Quando não é compreendido pelo visitante, o condutor indígena explica o seu significado.

Não é abordado o contexto histórico de ser o primeiro monumento avistado pelas embarcações portuguesas como também o inicio do contato destes com o povo indígena. A mensagem é focada apenas sobre a importância da Mata Atlântica e da vista do Monte sob a ótica do índio Pataxó (Figura 3).



Figura 3: O Cacique Braga interpretando a paisagem no cume do Monte Pascoal.
Foto: Helio de Castro Lima Rodrigues (2011).

Durante a trilha é abordado como no passado utilizavam a Mata Atlântica, através da caça e do extrativismo e que a partir da década de 1990, por razão do desmatamento, foi preciso mudar os formas de uso da área. A relação Pataxó e Mata Atlântica é o tema central da trilha.

Artesanato Pataxó

O artesanato Pataxó, durante a visita ao PNMP, é apresentado com finalidades comerciais e, ao mesmo tempo, como afirmação da identidade étnica. Algumas peças são produzidas em reservas indígenas da região, que utilizam dos recursos naturais existentes em seu território.

A mensagem identificada no artesanato Pataxó é de uma mistura entre tradições antigas e novas na produção de apetrechos domésticos e de decoração. O artesanato Pataxó vem recebendo influências externas diversas e constitui um meio de sobrevivência financeira e cultural. São produzidos arcos, flechas, colares, pulseiras e outros (Figura 4).



Figura 4: Artesanato Pataxó. Foto: acervo da RPPN Carroula.

Ritual do Awê

Outra forma de comunicação popular utilizada pelos condutores indígenas Pataxó é a representação do Awê aos visitantes. O Awê é um ritual tradicional dessa etnia. O local para representação do Awê é o Monumento da Resistência.

Para apresentação, os condutores participantes utilizam os vestuários tradicionais Pataxós. O condutor líder inicia dando uma breve explicação sobre a história de sua etnia e o significado do Monumento da Resistência. Explica que os Pataxós consideram o Awê, não como uma dança e música e sim como a celebração da alegria de estar unido, o que resulta na espiritualidade. O Awê é apresentado durante aproximadamente 20 minutos pelos Pataxós que posteriormente convidam os visitantes a participarem do ritual. Essa representação traz mensagens das características do movimento cultural e político Pataxó, mostrando, durante o ritual, sua língua, música, espiritualidade e dança (Figura 5).



Figura 5: Apresentação do Awê na aldeia Pé do Monte.
Foto: Helio de Castro Lima Rodrigues (2011)

suas tradições, manifestando sua voz social através de expressões como a música, a dança e o artesanato (CARVALHO, 2007).

Através do turismo étnico, os Pataxós vislumbram uma possibilidade de renda e de divulgação de suas tradições, principalmente através do artesanato, danças e conhecimentos sobre o ambiente natural. Este fato provoca o resgate de antigas e a criação de novas tradições (GRÜNEWALD, 2001).

De acordo com este autor (2001) o turismo étnico pode ser entendido sob duas perspectivas, uma em que o índio Pataxó e suas representações são o foco da viagem, e a segunda em que o motivo da viagem, por exemplo, é o Monte Pascoal e a Mata Atlântica, porém durante a visita irão observar e/ou vivenciar a etnia Pataxó e suas relações com o ambiente.

O tipo de turismo desenvolvido e realizado no PNMP pode ser considerado ecoturismo étnico, por se tratar de uma visitação a uma UC que envolve motivações de contato e vivências em áreas naturais e ao mesmo tempo com a etnia Pataxó. As finalidades do desenvolvimento da atividade nesta área são promover uma consciência ambiental e benefícios para a população indígena do entorno, como também o seu fortalecimento sociocultural.

A etnia pode ser entendida como elemento integrante de traços identitários culturais de grupos humanos (GANDINI, 2007). Todas as influências, muitas vezes impostas, que a etnia Pataxó sofreu, com certeza, resultaram em novas expressões, nas quais o turismo, como forma de organização socioeconômica, influenciou e influencia no resgate e na criação de novas tradições que são expressas nas arenas turísticas (GRÜNEWALD, 2001).

Para Handler e Linnekin (1984, p. 279, tradução nossa) “*tradição é inventada porque é necessariamente reconstruída no presente*”. Uma tradição que é praticada a partir de uma manifestação cultural, sempre irá apresentar novas características e significados de acordo com as transformações socioculturais sofridas pelo grupo de quem a pratica (CARVALHO, 2007).

Em uma sociedade global, impulsionada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, as expressões culturais sofrem, portanto, interações, modificações - conscientes ou inconscientes - a partir da invenção de novos conceitos, da difusão de conceitos extraídos de outras culturas ou, ainda, a partir de descobertas realizadas pelos próprios integrantes/participantes de determinada manifestação (CARVALHO, 2007, p. 64).

A comunicação popular de uma comunidade, neste caso os indígenas Pataxós da aldeia do Pé do Monte, é feita através de suas manifestações culturais tradicionais (antigas e/ou novas) e de sua luta pela melhoria de condições de existência (PERUZZO, 1995). Considerando as atividades turísticas no PNMP, esta comunica-

ção é feita através da interpretação indígena do seu ambiente para os visitantes, o que também pode ser compreendida como a forma de interpretação ambiental utilizada nesta UC.

A interpretação ambiental de acordo com a definição de Tilden (1977, *apud* ALVES; FONTES; VITORINO, 2003, p.6) é a:

[...] revelação de significados e relações dos fenômenos do ambiente em linguagem entendível às pessoas comuns, pela experiência prática direta e por meios ilustrativos, não se limitando à simples comunicação de informações.

Autores como Murta e Albano (2002) e Vasconcelos (2003) abordam a interpretação ambiental como técnicas especiais de comunicação que visam provocar, cativar e estimular o visitante a interpretar os patrimônios naturais e/ou culturais visitados.

No contexto socioambiental do PNMP os fenômenos do ambiente relacionam os aspectos naturais e culturais de maneira integrada. Estes aspectos são revelados e traduzidos sobre a ótica indígena local que utiliza de suas manifestações culturais (técnicas especiais de comunicação) para proporcionar uma experiência prática e direta ao visitante da UC.

As manifestações culturais são compreendidas, neste trabalho, como o modo com que a comunidade Pataxó da aldeia do Pé do Monte expressa sua história de vida, crenças, costumes, ideias, anseios e percepções de si próprio e do ambiente em que vive (CARVALHO, 2007).

Breve histórico da aldeia Pé do Monte

O primeiro documento em que consta a presença indígena no litoral do extremo sul da Bahia é a carta de Pero Vaz de Caminha, narrando as suas impressões para o Rei Dom Manuel de Portugal, ao chegar no Brasil em 1500 (VAZ DE CAMINHA, 1974).

As primeiras décadas do século XIX, após os colonizadores terem exterminado os índios da etnia Tupi, os Pataxós foram reduzidos a povoações nas imediações das vilas costeiras do extremo sul da Bahia sofrendo repressões militares, através de submissão em trabalhos agrícolas (SAMPAIO, 2000). A repressão militar sobre os Pataxós e outras etnias que residiam na região, como os Maxakali, Botocudo, Kamakã, Tupiniquim de Trancoso e Vila Verde, obrigaram estes a se agruparem em uma única aldeia na faixa litorânea o que originou a aldeia de Barra Velha (CARVALHO, 1977). Provavelmente pela aldeia estar em território Pataxó e por estes estarem em maior número, o nome Pataxó prevaleceu entre as outras etnias presentes. Na época de 1860 até 1950, por razão do pouco contato que tiveram com agentes externos, denominados por eles como “brancos”, os habitantes de Barra Velha reconstituíram seu

modo de vida (SAMPAIO, 2000).

Em 1951, por razão de um conflito entre policiais e Pataxós, provocados por agentes externos, a população indígena de Barra Velha fugiu para as cidades e fazendas vizinhas. Este acontecimento, que provocou mortes e violências sobre famílias inteiras de Pataxós, é conhecido e vivo em suas memórias até hoje como “fogo de 51”. A dispersão desses indígenas ocasionou a construção de novas aldeias na região (SAMPAIO, 2000).

Em 1961 é criado pelo decreto federal nº 242, o Parque Nacional do Monte Pascoal, em uma área 22.500 hectares (ha), ocupando todo o território da aldeia de Barra Velha e outras áreas ocupadas e utilizadas tradicionalmente pelos Pataxós. Após este decreto ocorreram conflitos, em que os indígenas não concordavam em sair do seu território. Durante a década de 1960 e 1970 o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal – IBDF⁴, órgão na época responsável pelo parque, impedia os Pataxós de plantar suas roças, extrair alimentos como mariscos, caça e frutas. Esta repressão provocou miséria aos Pataxós ocasionando fome e doenças (SAMPAIO, 2000).

Em 1980, a FUNAI e o IBDF, chegaram a um acordo no qual 8.627 ha do PNMP foram devolvidos para os Pataxós. Este fato minimizou os conflitos e problemas, mas não os resolveu. A maior parte desse território era arenoso e sem qualidade para produção agrícola, enquanto a população Pataxó vinha aumentando. Isso provocava a necessidade de um território maior para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (SAMPAIO, 2000).

A percepção de um tamanho insuficiente de território definido em 1980 levou à dispersão da população originária da Aldeia de Barra Velha para outros lugares, tanto para dentro do próprio PNMP, como para fora dele (LEITE, 1999).

Durante esses conflitos, as tradições Pataxós, que já tinham grande influência sobre as outras etnias que constituíam a aldeia de Barra Velha, enfraqueceram e se recriaram. O artesanato sempre foi algo presente na cultura Pataxó. Através dele eram produzidos os utensílios do dia-a-dia. A repressão sobre o extrativismo, sofrida durante a implantação do PNMP, dificultou a manutenção e o desenvolvimento dessa prática. Com a criação de novas aldeias, a necessidade de renda e a construção da estrada federal BR 101 na região, os Pataxós, sob influências de turistas e comerciantes, recriaram sua produção artesanal, descobrindo elementos e técnicas novas, relacionando-as com a própria identidade (GRÜNEWALD, 2001).

Na década de 1990, a FUNAI, reconhecendo as irregularidades da demarcação da terra indígena de Barra Velha, constitui um grupo técnico para revisar os limites do território. Próximo ao período de comemoração dos “500 anos” da chegada dos portugueses, os índios Pataxós, através de um ato organizado por suas lideranças, com o apoio e presença de outras etnias indígenas, retomam uma área do PNMP, expulsando os funcionários do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)⁵, e se instalando na entrada principal da UC. Após esse ato histórico Pataxó, foi feito um acordo de ajuste entre os Ministérios do Meio Ambiente e

da Cultura, o IBAMA, a FUNAI e a comunidade indígena Pataxó, promovido pelo Ministério Público Federal. Esse acordo sugere a necessidade de uma gestão compartilhada da UC (ISA, 2004).

Algumas famílias indígenas mantêm-se no entorno da portaria do PNMP e criam a aldeia do Pé do Monte, com o objetivo de conquistar o direito legal do seu território, de cuidar e apresentar os patrimônios naturais e culturais da área e reafirmar a história étnica Pataxó. Estes fatos caracterizam o nascimento e o fortalecimento de um movimento social Pataxó no extremo sul da Bahia, que tem como objetivo principal a garantia do direito ao território e o fortalecimento étnico deste povo.

Após diminuir os conflitos e estabelecer acordos institucionais entre os Pataxós, a FUNAI e o IBAMA, os integrantes da aldeia do Pé do Monte começam organizar a visitação do PNMP, a produção e a venda de artesanato, como forma de sustento e geração de renda. A área do Monte Pascoal é reconhecida em todo Brasil como marco histórico e de grande beleza cênica, o que faz atrair visitantes e turistas ao local e incentivar estas famílias indígenas a trabalharem com a visitação na UC.

O turismo no Parque é uma importante fonte de renda da aldeia, e também um jeito em que os condutores indígenas, conseguem contar a história e conhecimentos de Pataxó (FERREIRA, comunicação pessoal⁶).

A liderança desta aldeia observa o ecoturismo étnico como uma importante atividade da aldeia. Através dela a comunidade identifica meios de acesso a renda e espaços para expressar seus elementos culturais e reafirmar sua etnia.

No desenvolvimento do ecoturismo étnico na aldeia, a liderança descreve que existiu apoio e influências externas para qualificação e organização da mão de obra local, como para instalação da infraestrutura necessária (trilhas e Centro de Visitantes). Sugere que o apoio continue e informa que existe um esforço coletivo e ainda tímido para construção de parcerias entre a aldeia, ICMBio, FUNAI e organizações não governamentais (ONG) socioambientais atuantes na UC.

A gestão desta atividade em 2008, 2009 e 2010 é feita pelo GTE. Durante a pesquisa foram identificadas limitações no seu poder de mobilização e participação dos envolvidos. Ressalta-se que é primordial, para que ecoturismo se torne uma ferramenta para sustentabilidade em um território que envolve diferentes agentes, a construção do espaço que possibilite diálogos transparentes entre os envolvidos, participação gestora e deliberativa, consideração das diferentes lógicas e pontos de vista existentes (OLIVEIRA, 2011).

De acordo com o cacique da aldeia as formas de organização do ecoturismo étnico na aldeia do Pé do Monte e no PNMP, apresentam influência direta da Reserva Pataxó da Jaqueira, área que pertence a aldeia urbana de Coroa Vermelha, por razão do seu pioneirismo na organização da atividade e dos intercâmbios realizados entre

Considerações finais

Considerando a história sociocultural dos índios Pataxós no litoral do extremo sul da Bahia percebe-se a construção e crescimento de um movimento social indígena, com o objetivo de reconquistar o seu território. A retomada do PNMP simboliza esse movimento. A comunicação do condutor indígena representa esses fatos, através da narrativa, do artesanato, da arte plástica e do Awê. A narrativa apresenta o ponto de vista indígena sobre a história do Brasil, especialmente de seu “descobrimento”, como também sua relação anterior e atual com a Mata Atlântica. O artesanato manifesta aspectos do cotidiano da cultura indígena. E finalmente, o ritual do Awê faz o turista experienciar uma vivência cultural pataxó.

Nos resultados da pesquisa identifica-se que os condutores indígenas da aldeia do Pé do Monte realizam a comunicação popular expressando suas características e tradições para turistas e/ou visitantes do PNMP. Este fato pode corresponder uma nova afirmação da cultura deste povo, que através do ecoturismo étnico encontram formas de comunicar com outros grupos sociais.

De acordo com Renó (2007) os “agentes folkcomunicacionais” são os “líderes de opinião” de uma comunidade, que informam mensagens transmitidas pela mídia influenciando o entendimento de seus liderados. Os condutores indígenas podem ser compreendidos como “agentes folkcomunicacionais” que além de suas influências na comunidade, informam e provavelmente influenciam visitantes e turistas sobre a história e cultura do índio Pataxó no extremo sul da Bahia.

O Turismo, assim como outros fatores, provocou alterações nos Pataxós da aldeia do Pé do Monte sobre os aspectos culturais, dentre as quais foi a criação de um espaço para invenção e afirmação de suas tradições oportunizando a expressão dos seus velhos e novos símbolos.

O processo de criação do PNMP, como outras Unidades de Conservação no Brasil, principalmente de proteção integral, não considerou a importância sociocultural de grupos humanos que utilizavam a área da UC como seu território, prejudicando inclusive a conservação da biodiversidade. A partir de 2001 a nova gestão do PNMP teve que envolver a comunidade indígena do Pé do Monte nas tomadas de decisões sobre a UC, inclusive sobre as atividades de uso público, o que configura o início de uma conquista dos Pataxó sobre este território podendo resultar em melhorias socioambientais para o Parque e para a aldeia do Pé do Monte.

O ecoturismo étnico vem se tornando uma ferramenta que configura este novo momento, e traz possibilidades de integrar dimensões da sustentabilidade como econômico, social, ambiental, cultural e político, como foi demonstrado nos dados descritos.

Referências Bibliográficas

- ALVES, S.C.; FONTES, M.A.L.; VITORINO, M.R. **Ecoturismo e interpretações**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2003. 73p.
- BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. BARROS.M.S; PENA.H.L.H.D (coord). Brasília: EMBRATUR e MICT/MMA, 1994. 48p.
- CARVALHO, M.R.G. Os Pataxós de Barra Velha: seu subsistema econômico. 1977. 207f. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1977.
- CARVALHO, S.V.C.B. Rocha. Manifestações Culturais. In: GADINI, S. L; WOLTOWICZ, K. J. (org.) **Noções básicas de folkcomunicação**. Ponta Grossa: UEPG, p. 64-66, 2007.
- GADINI, S. L. Expressões Étnico-Culturais. In: GADINI, S.L.; WOLTOWICZ, K.J. (org.) **Noções básicas de folkcomunicação**. Ponta Grossa: UEPG, p. 121-123, 2007.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987. 206p.
- GRÜNEWALD, R. A. **Os índios do Descobrimento: tradição e turismo**. Rio de Janeiro: Contra capa livraria, 2001.
- HANDLER, R; LINNEKIN, J. Tradition, genuine or spurious. **Journal of American Folklore**. [S.I.: s.n.]. v. 97, n° 385, p. 273-290, 1984.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. **Para Criar um Programa para a Proteção e o Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras Indígenas**. São Paulo: Mimeo, 2004. 77p.
- JONES, P. **Studying society**: sociological theories and research practices. Londres: Collins, 1993. 182p.
- LEITE, J. C. F. Projeto geopolítico e terras indígenas: dimensões territoriais da política indigenista. 1999. 197f. **Dissertação** (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.
- LUÍNDIA, A. L. **Ecoturismo indígena**. Quito – Equador: Abya -Yala, 2007. 216p.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8º ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 269p.
- MURTA, S. M. M; ALBANO, C. (org). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasillis, 2002. 288p.
- OLIVEIRA, C. A. F. **Relatório técnico final de ecoturismo no Parque Nacional do Monte Pascoal**. Brasília: PNUD/PCE, 2008. 33p.
- OLIVEIRA, C. A. F. Comunidades ribeirinhas da Reserva Extrativista Cassurubá, Caravelas – Bahia: perspectivas para construção participativa do ecoturismo de base comunitária. 2011. 214f. **Dissertação** (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo. Universidade Estadual de Santa cruz. Ilhéus. 2011.
- PERUZZO, C. M. K. Comunicação popular em seus aspectos teóricos. In: PERUZZO, C. M. K. (org). **Comunicação e culturas populares**. São Paulo: Intercom, p. 27-44, 1995.

PRODETUR NE II. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Costa do Descobrimento. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.; HVS International.; Governo do Estado da Bahia, 2002. 238p.

RENÓ, D. P. Agentes de folkcomunicações. In: GADINI, S. L; WOLTOWICZ, K. J (Org.) **Noções básicas de folkcomunicação.** Ponta Grossa: UEPG, p. 44 – 46, 2007.

SAMPAIO, J. A. L. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal. In: XXII Reunião brasileira de antropologia. **Anais.** Fórum de pesquisa 3: “Conflitos socioambientais e Unidades de Conservação”. Brasília, 2000. 19p.

STACEY, M. **Methods of social research.** Oxford: Pergamon, 1977. 173p.

VASCONCELOS, J. M. O. Interpretação ambiental. In: MITRAUD, S. (coord). **Manual de ecoturismo de base comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF, p. 261 – 294, 2003.

VAZ, C. P. **Carta a El-Rei Dom Manuel sobre o Achamento do Brasil.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1974 [1500]. 45 p.

Notas

¹Município turístico, localizado no extremo sul da Bahia, que faz parte do Pólo Turístico do Descobrimento, área prioritária para o desenvolvimento do Turismo no Brasil (PRODETUR NE II , 2002).

²Segmento turístico realizado em patrimônios naturais e culturais, que incentiva sua conservação e a formação de uma consciência ambientalista, promove o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p. 19).

³De acordo com Sampaio (2000) o “fogo de 51” é percebido na memória dos Pataxó como um conflito entre eles e policiais militares da região em 1951 na aldeia de Barra Velha. Este conflito ocasionado, de acordo com a versão Pataxó, pelo um “mal entendido”, resultou na violência e morte de alguns índios e favoreceu o processo de perda de suas terras.

⁴Órgão federal já extinto.

⁵IBAMA na época era o órgão responsável pela gestão e manejo da UC.

⁶Fornecida, através de entrevista, pelo Osiel Santana Ferreira (Araçaí, Braga), cacique da aldeia do Pé do Monte.

Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira: Instituto Superior de Educação e Cultura Ulysses Boyd, ISECUB, Vitória, ES, Brasil.

Email: cferrazgp99@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1561110382196376>

Data de submissão: 30 de outubro de 2011

Data de recebimento de correções: 08 de janeiro de 2012

Data do aceite: 08 de janeiro de 2012

Avaliado anonimamente



A bacia catarinense do Rio Uruguai e o turismo de conservação como ferramenta ao desenvolvimento sustentável regional

The basin of Uruguay River in Santa Catarina (Brazil) and the conservation tourism as a tool for sustainable regional development

Oldemar de Oliveira Carvalho Junior, Rafael Medeiros Sperb

RESUMO

O conceito de turismo de conservação ainda não é bem definido, sendo pouco conhecido no Brasil. A preocupação com a definição do conceito procede a partir do momento que o turismo de conservação pode representar uma alternativa econômica importante na gestão de projetos de biodiversidade em Unidades de Conservação, em especial Áreas de Proteção Ambiental (APA). Este tipo de turismo estimula a participação de diferentes setores da sociedade, facilitando a resolução de situações conflitivas, além de contribuir para modificar realidades adversas e melhorar a qualidade de vida das comunidades. O Rio Uruguai constitui um exemplo de interesses conflitivos, dentre os quais, projetos de usinas hidrelétricas para geração de energia têm levado vantagem frente a outras iniciativas. Modificações da paisagem natural resultam em provocações sociais que acabam por afetar o sistema econômico regional. O presente trabalho tem como característica produzir um banco de dados organizado e produtos como mapas temáticos de forma a subsidiar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável regional. Para tanto, expedições ao campo e análises de imagens orbitais do satélite LANDSAT ETM7+, nas bandas do infravermelho 4 e 7, e bandas do visível 3, 2 e 1, foram realizadas. O Banco de Dados em SIG incluiu Associações de Municípios, Colonização, Cultura, Densidade Populacional, IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), PIB (Produto Interno Bruto), Turismo de Aventura, Festas, Lazer, Hospedagem, Instituições de Ensino, Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), Produção Agrícola (Erva-Mate, Maçã, Pinhão, Nô-de-Pinho, Uva), Ferrovias, Veículos, Hospitais, Número de Habitantes e Unidades de Conservação. A porção catarinense abordada nesse trabalho abrange 8 Bacias Hidrográficas: Peperi-Guaçu, Antas, Chapecó, Irani, Jacutinga, Peixe, Canoas e Pelotas. O trabalho é desenvolvido para o período de um ano, de Agosto de 2009 a Agosto de 2010. Um total de 210 mapas temáticos foram produzidos em diferentes escalas. Os resultados revelam áreas com baixos níveis de intervenção urbana ao longo das margens do Rio Uruguai. Os dados de IDH (média de 0,78) dão uma amostra do potencial que a Bacia do Rio Uruguai possui para o desenvolvimento de um turismo sustentável, responsável e/ou de conservação. Educação, por exemplo, é um fator primordial para o estabelecimento de práticas sustentáveis. Um aspecto importante a ser considerado nesse projeto é o status de conservação dos ecossistemas. Dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai existem apenas 21 Unidades de Conservação de diferentes categorias, 2 RPPNs, 10 Unidades de Conservação Municipais, 3 Unidades de Conservação Estaduais e 6 Unidades de Conservação Federais. A soma das áreas dessas UCs totaliza cerca de 585 km², o que representa algo em torno de 1.17% da área da Bacia (50.200km²). A utilização do SIG, como instrumento de gestão se mostrou bastante útil devido à possibilidade de gerenciamento de grande volume de dados, análise do mundo real e simulações de situações diversas. Soma-se a isso o fato de que novos dados podem ser incorporados ao sistema a qualquer momento, tornando mais segura qualquer tomada de decisão ou solução de uso conflitivo.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo; Conservação; Turismo Sustentável.

ABSTRACT

The concept of conservation tourism is not well defined, being little known in Brazil. The concern with the definition of conservation tourism can be justified from the possibility that it may represent an economical alternative in the management of biodiversity projects in protected areas, particularly the Environmental Protection Area (APA). This type of tourism encourages the participation of different sectors of society, facilitating the resolution of conflict situations, contributing to modify adverse realities and improving the quality of life of communities. The Uruguay is an example of conflicting interests, among which hydropower projects for power generation have taken advantage compared to other initiatives. Modifications of the natural landscape result in social provocations that ultimately affect the regional economic system. This work is characterized by producing an organized database and products such as thematic maps in order to support actions aimed at sustainable regional development. To this end, the field expeditions and analysis of orbital images from LANDSAT ETM7+, in the infrared bands 4 and 7 and in the visible bands 3, 2 and 1, were performed. The GIS database included Associations of Municipalities, Colonization, Culture, Population Density, IDH (Human Development Index), PIB (Gross Domestic Product), Adventure Tourism, Events, Entertainment, Lodging, Educational Institutions, Enem (National Survey of Secondary Education), Agricultural Production (Yerba Mate, Apple, Araucaria Pine Nuts, Pine-Knot, Grape), Railroads, Vehicles, Hospitals, Number of Inhabitants and Conservation Areas. The portion of Santa Catarina addressed in this work covers 8 watershed: Peperi Guaçu, Antas, Chapecó, Irani, Jacutinga, Peixe, Pelotas and Canoas. The work is developed for a period of one year, from August 2009 to August 2010. A total of 210 thematic maps were produced at different scales. The results reveal areas with low levels of urban intervention along the banks of the River Uruguay. The IDH data (average 0.78) gives a sample of the potential of the Uruguay River Basin has for the development of sustainable, responsible and/or conservation tourism. Education, for example, is a key factor for the establishment of sustainable practices. An important aspect to be considered in this project is the conservation status of ecosystems. Within the Uruguay River Basin there are only 21 protected areas in different categories, 2 private reserves, 10 protected municipal areas, 3 state conservation areas and 6 federal conservation areas. The sum of these conservation areas totals about 585 km², which represents around 1.17% of the study area (50.200km²). The use of GIS as a management tool has proved useful to manage and analysis of large volumes of data, as well as real-world simulations of different situations. Important to point out that new data can be incorporated into the system at any time, facilitating any decision related to conflicting uses.

KEYWORDS: Ecotourism; Conservation; Sustainable Tourism.

Introdução

O turismo de conservação implica na participação ativa do turista em ações voltadas para a conservação da biodiversidade. Dentro de um projeto de pesquisa, o turismo de conservação pode ser visto como um tema transversal, podendo, inclusive, representar uma ferramenta de mobilização social. No mês de Setembro de 2010, em diferentes datas, buscas no site Google Brasil com a expressão turismo de conserva-

ção, resultaram em 0 (zero) de retorno, tanto para páginas como para títulos da *internet*. A maior parte dos resultados associaram o turismo em Unidades de Conservação, mas não exatamente o turismo de conservação.

A preocupação com a definição do conceito procede a partir do momento que o turismo de conservação pode representar uma alternativa econômica importante em Unidades de Conservação, em especial Áreas de Proteção Ambiental (APAs) (HOEFFEL *et al.*, 2008). Contudo, o enfoque meramente econômico trás consigo o risco de que o discurso do turismo de conservação caia no mesmo sentido reducionista do “sustentável”. O potencial do turismo como estimulador de rede social, aproximando diferentes culturas e povos, não deve ser negligenciado, principalmente se pode ser aplicado para modificar realidades adversas ou impeditivas à melhoria de qualidade de vida.

A banalização do termo “turismo sustentável” vem do fato de que as propostas podem se encaixar dentro de uma escala que vai do zero ao infinito, fruto de diferentes interesses, visões e experiências a respeito do uso dos recursos naturais (LEFF, 2002). Numa tentativa de estreitar a discussão sobre o tema, pode-se lançar mão de outros conceitos como “turismo de base comunitária” e “biodiversidade”. Portanto, turismo de conservação de base comunitária e/ou para a conservação da biodiversidade, é outro termo que pode ser aplicado de forma a melhor contextualizar, tanto na mídia como no meio acadêmico, o que de fato vem a ser o turismo de conservação.

Independentemente de qualquer discussão ou polêmica referente à definição de turismo de conservação, qualquer atividade que almeja ser enquadrada como tal deve atender a requisitos mínimos que a caracterizem. Ou seja, deve estar associado a um projeto de conservação, envolver a comunidade como personagem principal, e aplicar técnicas de educação ambiental voltadas a mobilização social. O principal objetivo do turismo de conservação deve ser estimular a participação de uma gama maior das diferentes partes, facilitando a resolução de situações conflitivas, modificando realidades adversas e melhorando a qualidade de vida.

O Rio Uruguai, em particular, constitui um exemplo de interesses conflitivos, dentre os quais, projetos de usinas hidrelétricas para geração de energia têm claramente levado vantagem. Um perfil do Rio Uruguai, em sua totalidade, com as principais hidrelétricas pode ser vista na Figura 1. Problemas ambientais, culturais, econômicos e sociais têm se agravado desde então, resultado da modificação do habitat, translocação de comunidades e inserção de mão de obra de diferentes partes do país. Modificações da paisagem natural resultam em provocações sociais que, por sua vez, podem trazer implicações no sistema econômico regional.

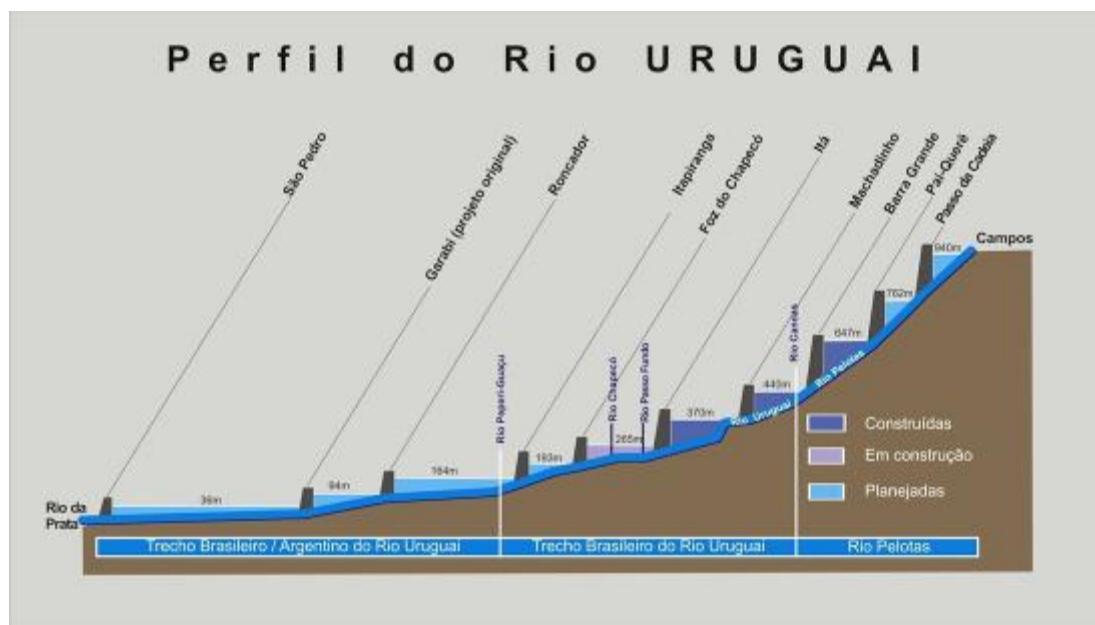


Figura 1: Perfil do Rio Uruguai mostrando as barragens construídas, em construção e planejadas (Adaptado a partir de Paim e Ortiz, 2006). Fonte: Neno Brazil, 2010.

Historicamente a erva mate foi o principal produto de comercialização dos caboclos, baseado na economia de subsistência. Ao longo dos anos o enquadramento dos caboclos foi feito em áreas impróprias para pecuária e agricultura, coincidindo com o surgimento das propriedades rurais familiares. A este fato segue o comércio da madeira, na década de 30, com a utilização de balsas de transporte (WOLOSZYN, 2006). Observa-se que, já nessa época, a economia e a modificação da paisagem estão fortemente relacionadas. Caminham juntas, como que imitando a sucessão ecológica observada em ecossistemas. Do corte das árvores, à formação das pastagens e em seguida o desenvolvimento da agricultura, tudo parece seguir um *script* natural e lógico. Entretanto, a sofisticação do comércio e das relações humanas ao longo do tempo, como por exemplo a globalização, exigem ações do poder público que podem ser resumidas na definição de políticas públicas baseadas em um planejamento e gestão mais eficiente da paisagem remanescente original e da artificial.

Os números relativos a Bacia do Rio Uruguai são, em sua maioria, superlativos. A área total da Bacia é de 384.000 km², sendo que, 45% desta área está localizada em território Brasileiro. São 384 municípios que representam uma população de 3.8 milhões de pessoas. O volume de água que flui pela calha do Rio Uruguai é, em média, 114 km³ por ano (PAIM; ORTIZ, 2006) (Figura 2).

Trata-se de uma importante região agrícola e agropastoril, sendo que, o turismo, como força econômica, pode ainda ser considerado como incipiente. Ou seja, na área de estudo, o turismo ainda contribui muito pouco para a economia do Estado de

Santa Catarina. Portanto, pode-se afirmar que o potencial de crescimento é substancial mas, o mais importante, é que se apresenta uma oportunidade única para se discutir a implantação de um turismo de conservação, mais brando do ponto de vista ambiental e baseado na pesquisa e no desenvolvimento comunitário. Some-se a isso o fato da área de estudo ser ainda pouco estudada e, como consequência, existirem poucos dados disponíveis. Tal situação afeta particularmente o planejamento e gestão, principalmente no que diz respeito ao turismo.

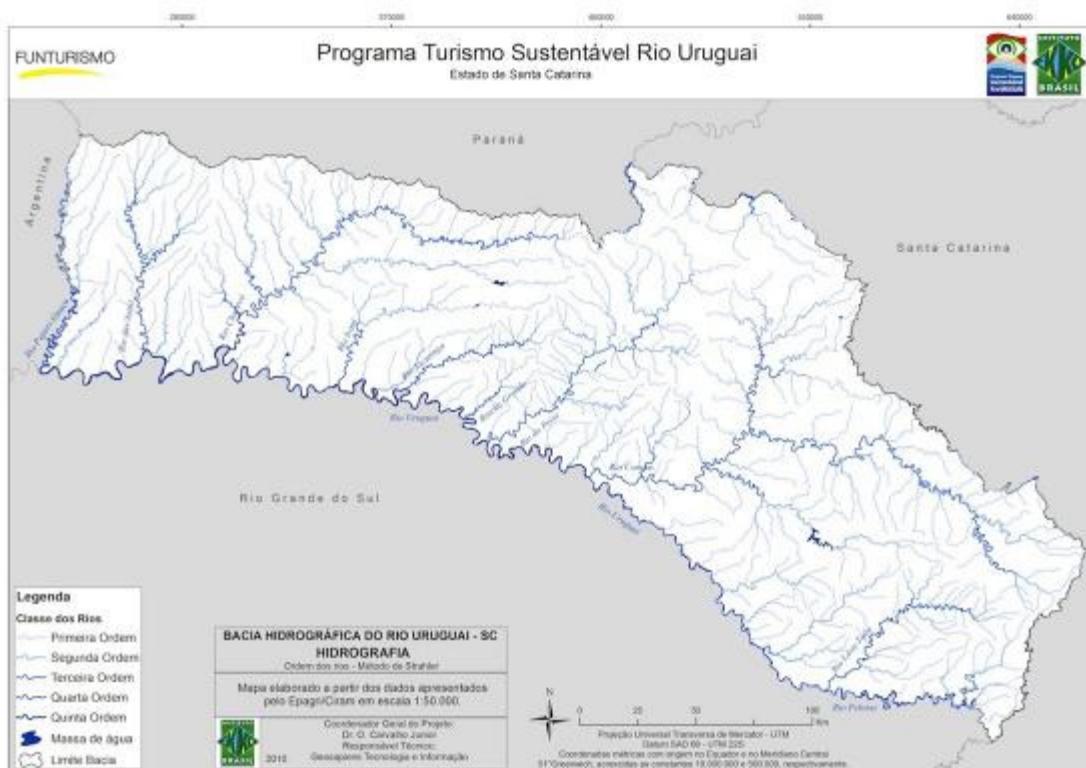


Figura 2: Hidrografia da Bacia do Rio Uruguai, lado catarinense. Fonte: Programa Turismo Sustentável Rio Uruguai, Instituto Ekko-Brasil, 2010.

O Sistema de Informação Geográfico (SIG) é a ferramenta utilizada para criação do banco de dados e confecção de mapas temáticos. O Projeto tem como propósito auxiliar em tomadas de decisões voltadas para ações empreendedoras, geração de renda, criação de novas oportunidades de trabalho, além de auxiliar em ações que objetivam o resgate e valorização da cultura local e regional. Trabalho semelhante foi realizado com sucesso para a Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí (CARVALHO-JUNIOR, 2009). Na oportunidade, um Atlas Digital Interativo foi criado com o objetivo de disponibilizar os dados gerados (<http://www.atlasrioitajai.org/index.html>).

A Bacia do Rio Itajaí, juntamente com a Bacia do Rio Uruguai, representam as maiores bacia hidrográficas do Estado de Santa Catarina. O PIB per capita total para a Bacia do Rio Uruguai, reunindo todos os municípios catarinenses ali presentes, é de R\$ 2.006.640,00 (IBGE, 2009). O presente trabalho mapeia as principais atividades potenciais e em curso, além de procurar dar subsídios para que as comunidades localizadas ao longo do rio, na área de estudo, possam gerenciá-las da forma mais sustentável e responsável possível. Para tanto, dados espalhados em várias plataformas são organizados e disponibilizados de forma democrática e transparente.

Métodos

Após levantamento bibliográfico sobre o Rio Uruguai para determinação do *status* de conhecimento da área de estudo, imagens de satélite foram utilizadas para reconhecimento preliminar. De posse dessas informações foi estruturado um banco de dados em SIG da Bacia do Rio Uruguai. O primeiro passo consistiu na elaboração da arquitetura do banco de dados compatível ao *software* específico de Sistema de Informações Geográficas (SIG). Para tanto foi feito uma análise, seleção e estruturação dos dados levantados na fase de implementação do projeto. Esta fase inclui entrada, manipulação e análise dos dados.

O trabalho realizado é feito com base em imagens orbitais do satélite LANDSAT ETM7+, nas bandas do infravermelho 4 e 7, e bandas do visível 3, 2 e 1. Composições coloridas também são realizadas com o objetivo de se extrair informações sobre a área de estudo. De maneira geral, o banco de dados é alimentado com dados obtidos de diferentes agências governamentais, associações comerciais, Organizações-Não-Governamentais e instituições de ensino e pesquisa. Os dados são organizados em temas como *Associações de Municípios, Colonização, Cultura, Densidade Populacional, IDH, PIB, Turismo de Aventura, Festas, Lazer, Hospedagem, Instituições de Ensino, Enem, Enem- Média, Produção Agrícola (Erva-Mate, Maçã, Pinhão, Pinho, Uva), Ferrovias, Veículos, Hospitais, Limites das Secretarias de Desenvolvimento Regional, Número de Habitantes, Pesque&Pague, Unidades de Conservação-Estadual, Unidades de Conservação-Federal, Unidades de Conservação-Municipal e Unidades de Conservação-RPPN*.

Uma expedição científica para coleta de dados de campo também foi planejada e um vídeo sobre a mesma foi produzido. Posteriormente esse vídeo recebeu um prêmio no Festival Internacional *TourFilm Brazil*, na categoria Natureza e Ecologia (<http://www.tourfilmbrasil.com/videos/ne-010/>). Para a amostragem de campo, a área de estudo foi dividida em três seções: Celso Ramos a Itá, Itá a Palmitos e Palmitos a Itapiranga (Figura 3). Estas áreas foram percorridas utilizando veículos automotores e embarcações a remo e a motor. O ponto inicial é definido na confluência do Rio Canoas e Rio Pelotas, aos 27° 36' 30"S e 51° 27' 32"O.

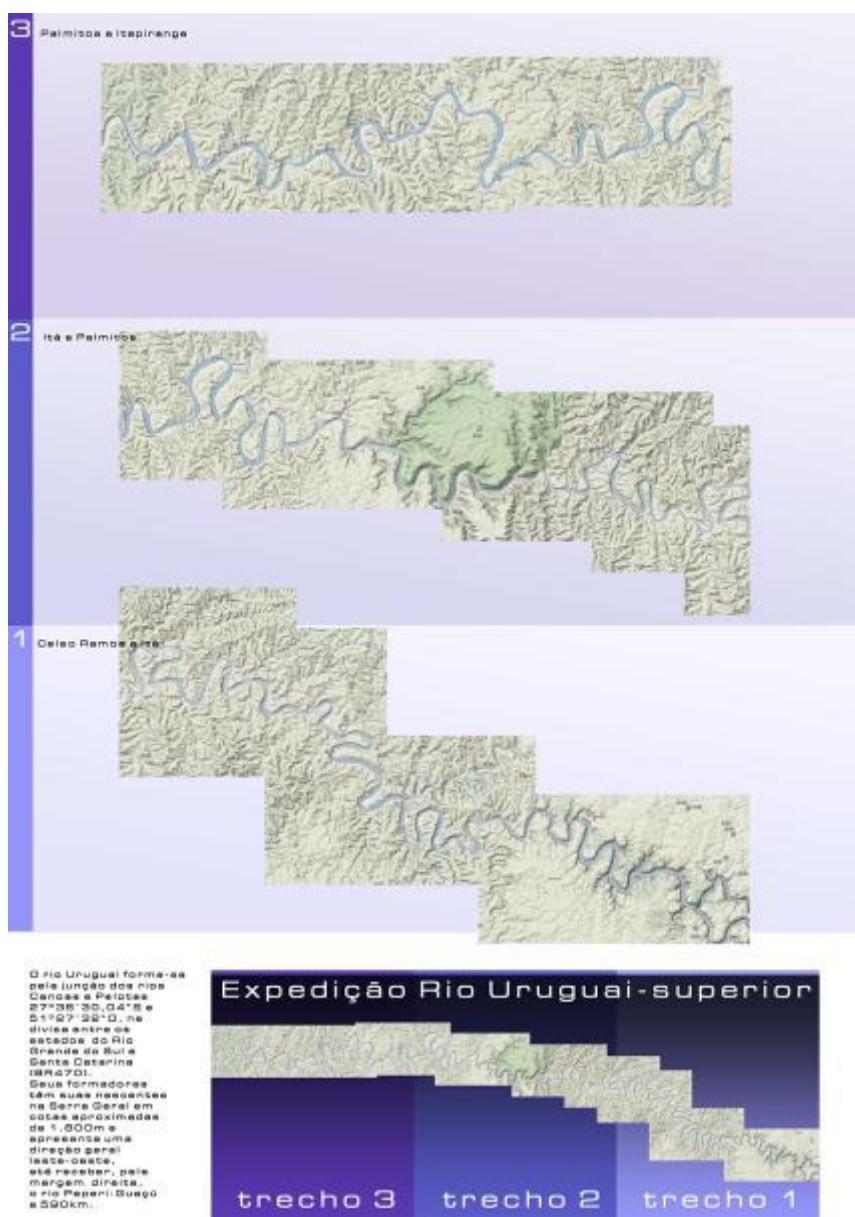


Figura 3: A área de estudo é organizada em 3 seções, percorridas fazendo uso de carros e embarcações. Fonte: Neno Brazil, 2010.

Resultados

Os resultados são agrupados em dois grupos: Bacia Hidrográfica e Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). Os mapas temáticos abordam fenômenos geográficos e ambientais, além de dados demográficos, econômicos, agrícolas, culturais e turísticos. São 30 mapas temáticos produzidos a nível de Bacia Hidrográfica e 10 conjuntos de mapas temáticos para cada uma das 18 Secretarias Regionais. A Bacia

inclui 149 municípios, contemplados dentro das respectivas SDRs. Ao final, são produzidos um total de 210 mapas temáticos para toda a Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai/Santa Catarina.

O município de Chapecó se destaca quanto a densidade populacional com 279 habitantes/km², seguido por São Miguel do Oeste com 151, Maravilha com 137, Pinhalzinho e Videira com 123, Xanxerê com 112, e Joaçaba com 119 hab/km² (Figura 4). Quando se observa a distribuição da população, os dois municípios que chamam atenção são Chapecó com 174.187 habitantes e Lages com 167.805 habitantes.

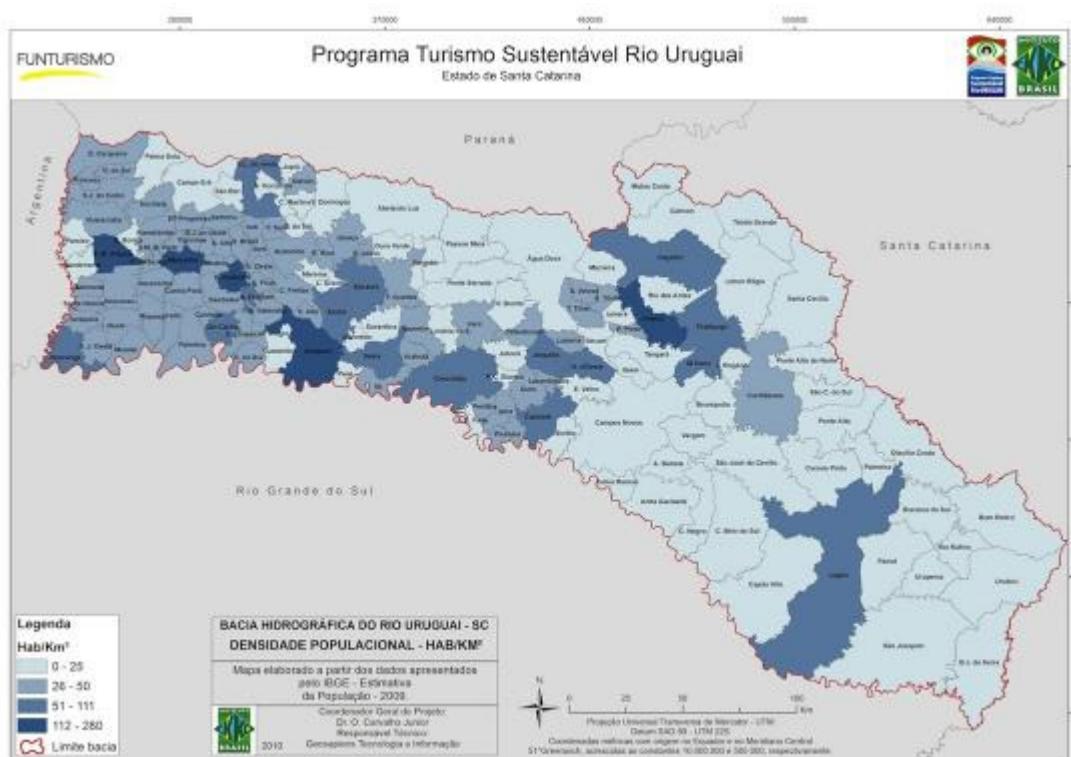


Figura 4: Distribuição da densidade populacional na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai/Santa Catarina. Fonte: Programa Turismo Sustentável Rio Uruguai, Instituto Ekko-Brasil, 2010.

Interessante notar que o PIB per capita não se encontra nos municípios com maior número de habitantes. Treze Tílias com R\$ 51.276,00, Vargem Bonita com R\$39.481,00 e Cordilheira Alta com R\$35.033,00 representam os municípios mais ricos, com populações de 6.004, 4.279 e 3.531 habitantes, respectivamente. Considerando que o PIB médio dos municípios da Bacia é de R\$13.467,38, estes três municípios se destacam fortemente.

As principais atividades econômicas desses municípios estão baseadas na pecuária e turismo (Treze Tílias), na agricultura e indústria de madeira e papel (Vargem

Bonita) e na agricultura e pecuária (Cordilheira Alta). O turismo, como atividade econômica relevante é registrado apenas para Abelardo Luz e São Domingos na SDR de Xanxerê, Irani e Peritiba na SDR de Concórdia, Águas de Chapecó, São Carlos e Palmitos na SDR de Palmitos, Treze Tílias na SDR de Joaçaba, Curitibanos na SDR de Curitibanos, Lages e Painel na SDR de Lages, Bom Jardim da Serra e São Joaquim na SDR de São Joaquim (www.sc.gov.br). Isso corresponde a apenas 8,7% do total de municípios presentes na Bacia.

De um total de 149 municípios, apenas 15 apresentaram atividades de turismo de aventura, representando apenas 10% do total. Das atividades listadas, as praticadas na área de estudo são canoagem, tirolesa, escalada, arvorismo, rapel, pesca, *rafting*, *rally*, ciclismo, trilhas, vôo livre, e canoismo (Santur - Santa Catarina Turismo S/A. Acesso em 26/05/10). A distribuição das modalidades de turismo de aventura na área de estudo podem ser organizadas por SDR e são apresentadas na Figura 6.



Figura 5: Distribuição das modalidades de turismo de aventura por SDR. Fonte: Programa Turismo Sustentável Rio Uruguai, Instituto Ekko-Brasil, 2010.

Das atividades listadas, o rapel, seguido de trilhas e canoismo, representam as modalidades mais praticadas na área de estudo. Logo atrás vem o *rafting* e o arvorismo. A pesca, apesar do Rio Uruguai representar um importante ecossistema para espécies como o dourado, é inexpressiva.

O turismo de aventura e o ecoturismo talvez sejam as atividades turísticas que mais se aproximam do turismo de conservação (LINBERGH; HAWKINS, 2002; SOUZA *et al.*, 2010). Dentre outros produtos que apresentam potencial atrativo para o turismo de conservação pode-se destacar a uva, maçã, pinhão, erva-mate e nó de pinho. A produção de uva dentro da Bacia Hidrográfica ocorre principalmente nos municípios de Tangará, Pinheiro Preto e Videira na SDR de Videira e Caçador na SDR de Caçador, todos com valores acima de 1.651 toneladas/ano.

Com relação a cultura da maçã os principais municípios produtores são: São Joaquim e Fraiburgo, seguidos por Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Monte Carlo e Lebon Regis. O pinhão tem um potencial significativo para o turismo pelo fato de ser coletado da Araucária, uma espécie que representa um bioma ameaçado e de distribuição limitada no território brasileiro. Santa Catarina ainda possui reservas significativas desse ecossistema, sendo que o maior produtor de pinhão é o município de Água Doce na SDR de Joaçaba, seguido por São Joaquim, Lages e Painel.

A erva mate representa outro produto singular na área de estudo e que chama a atenção para o turismo. Todo o ritual do preparo da erva, até a preparação e apreciação do mate, merece destaque dentro da cultura e tradição regional. Várias ervateiras podem ser encontradas na área de estudo, produzindo ervas de sabores e paladares diferenciados. O principal produtor de erva mate é Abelardo Luz, seguido por Chapecó, Xaxim, Ponte Serrada, Vargem Bonita, Jaborá, Água Doce, Caçador, Lebon Régis e Timbó Grande.

Outro sub-produto oriundo da Araucária é o nó-de-pinho, muito utilizado em lareiras e fogões à lenha. O nó-de-pinho atinge valor expressivo no mercado e pode representar uma fonte alternativa de renda para as comunidades, desde que explorado de forma sustentável. Atualmente o principal produtor de pinho na área de estudo é Curitibanos, com uma produção de cerca de 60 toneladas ao ano.

As médias do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) se equivalem, girando em torno de 48,29 para os municípios da Bacia. Com relação ao ensino superior foram mapeadas 24 instituições com destaque à Chapecó, Caçador e Lages com 3, 4 e 3 universidades, respectivamente. A Figura 6 mostra as médias superiores e inferiores a média do ENEM, considerando o valor fixado pelo MEC em 50. Do total de municípios presentes na área de estudo, 31% apresentam média inferior à média nacional e 69% superior a média nacional.

O número de instituições de ensino variam na área de estudo. Como era de se esperar, o maior número de instituições de ensino está localizado nos municípios com as maiores populações, como Lages e Chapecó, apresentando números que variam de 120 a 227 instituições. Outros municípios que se destacam com valores variando de 37 a 119 instituições são São Joaquim, São José do Cerrito, Curitibanos, Campos Novos, Fraiburgo, Videira, Joaçaba, Caçador, Concórdia, Xanxerê e São Miguel do Oeste.

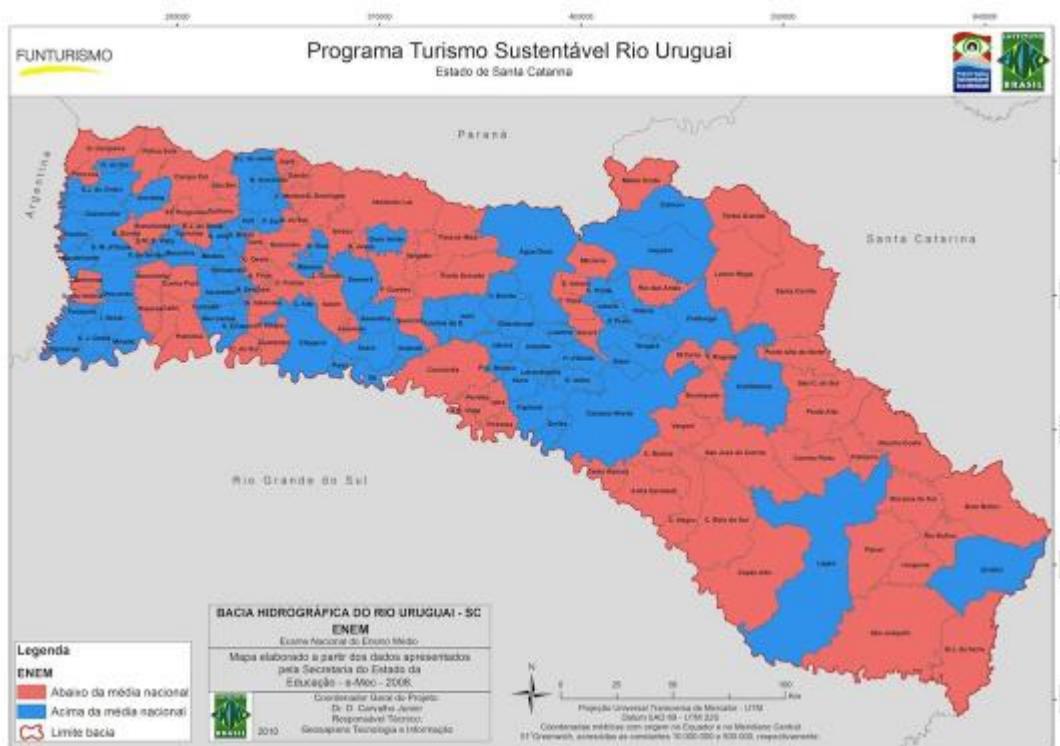


Figura 6: Distribuição dos municípios que apresentam médias superiores e inferiores a média do ENEM. Fonte: Programa Turismo Sustentável Rio Uruguai, Instituto Ekko-Brasil, 2010.

Associado à pesca pode-se citar o Pesque&Pague, que é listado como atividade econômica. Municípios como Caçador, Concórdia, Maravilha e Descanso exibem de 3 a 4 Pesque&Pagues. A aquicultura representa uma atividade expressiva e em crescimento na área de estudo. Se destacam como principais produtores de peixes de água doce a SDR de Caçador, a SDR de Chapecó, e a SDR de São Miguel do Oeste.

Hospedagens do tipo familiar, onde o turista tem contato mais próximo com a comunidade e cultura local são as que mais chamam a atenção. Infelizmente esse tipo de informação não está disponível e exige um trabalho de campo específico, com objetivo de cadastrar as pousadas familiares existentes.

Da mesma forma que a hospedagem, a infra-estrutura relacionada ao transporte pode ser decisiva para o desenvolvimento do turismo. A maior concentração de linhas ferroviárias está na região entre Campos Novos e Caçador. Pode-se afirmar que esse tipo de transporte tem ainda pouca influência para o turismo, principalmente pelo fato de cortar a região de estudo no sentido norte-sul e não leste-oeste.

A distribuição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os municípios não varia de forma significativa. O IDH leva em consideração parâmetros como riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida e natalidade. A média do IDH para a

Bacia do Rio Uruguai é de 0,78, um pouco abaixo da média da Bacia do Rio Itajaí, de 0.80 (CARVALHO-JUNIOR, 2009), e um pouco acima da média nacional. O IDH mínimo de 0.67 é registrado para Irati, na SDR de Quilombo, sendo que o IDH máximo, de 0.87 pertence a Joaçaba, na SDR de mesmo nome.

Os municípios que apresentam os piores valores de IDH, abaixo de 0,7, além de Irati, são Formosa do Sul, Santiago do Sul, Jardinópolis, Entre Rios, Timbó Grande, Campo Belo do Sul e Cerro Negro. Entretanto, é preciso salientar que nenhum município apresenta IDH abaixo da média nacional, de 0.5.

As Unidades de Conservação (UC) mapeadas na Bacia do Uruguai são RPPNs, UC Municipais, Estaduais e Federais, de diferentes categorias como Parques, Refúgios, Reservas e Florestas. A soma das áreas dessas UC totaliza cerca de 58.473 ha, porém, para algumas unidades, a área é ainda desconhecida e esse número não é exato. A categoria de UC em maior número é a Municipal (Figura 7). Em segundo lugar vem as Unidades Federais com 60%, seguido das Unidades Estaduais com 30% e as RPPNs com 20%.

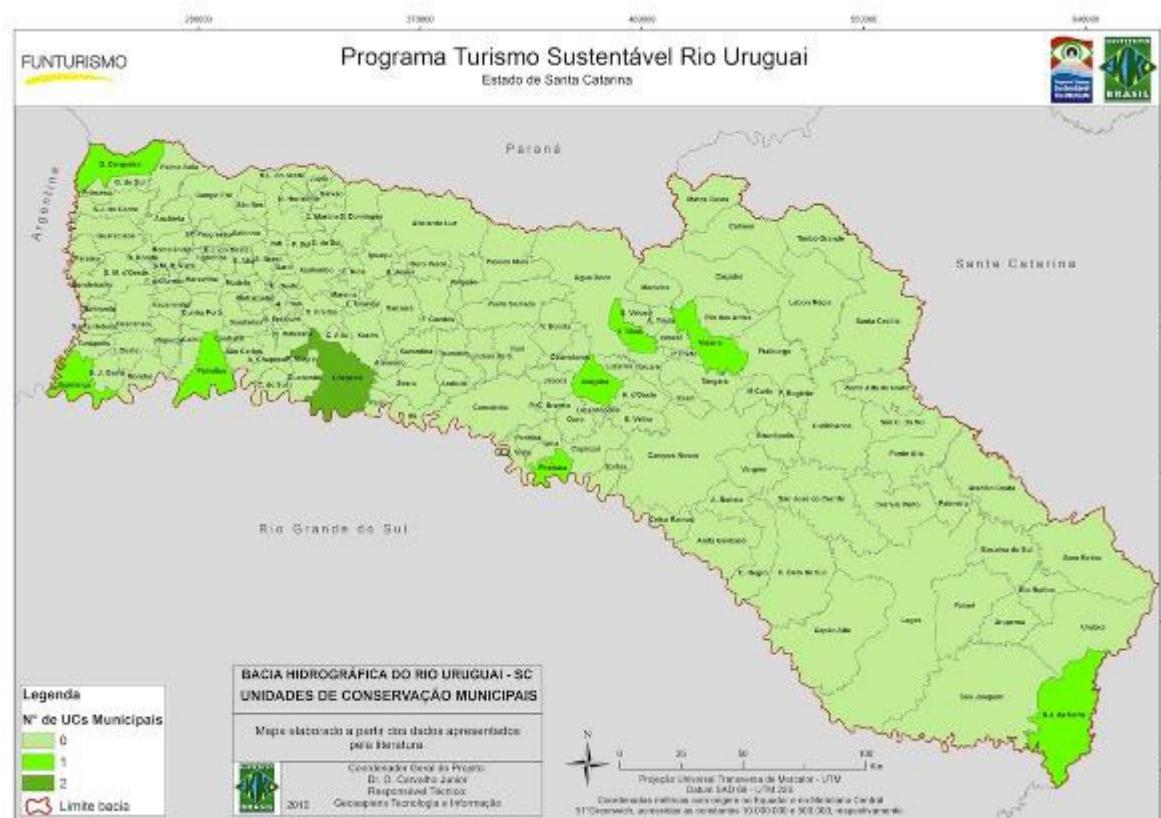


Figura 7: Distribuição das Unidades de Conservação Municipais. Fonte: Programa Turismo Sustentável Rio Uruguai, Instituto Ekko-Brasil, 2010.

Ao todo, 17 municípios são cortados pelo Rio Uruguai: Campos Novos, Zortéa, Capinzal, Piratuba, Alto Bela Vista, Concórdia, Itá, Paial, Chapecó, Guatambú, Caixambu do Sul, Águas de Chapecó, São Carlos, Palmitos, Caibi, Mondai e Itapiranga.

Uma área de 5km às margens e ao longo do Rio Uruguai foi classificada. O resultado da classificação pode ser observado na Figura 8. A classificação segue os temas definidos pelo IBGE, ou seja: agricultura, corpos d'água, pastagens, silvicultura, vegetação nativa e áreas urbanas.

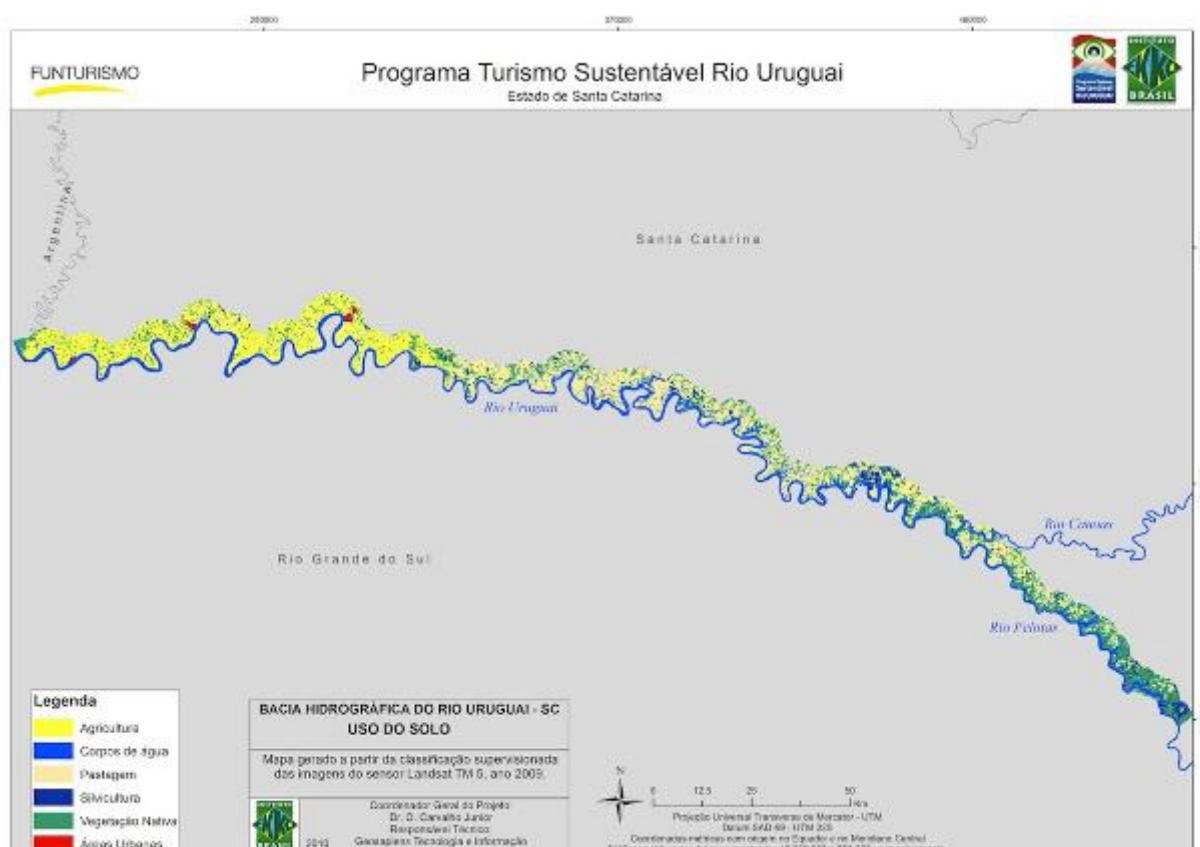


Figura 8: Classificação do uso do solo ao longo do Rio Uruguai, margem catarinense. Fonte: Programa Turismo Sustentável Rio Uruguai, Instituto Ekko-Brasil, 2010.

A Figura 9 apresenta a distribuição em porcentagem das classes definidas nessa faixa de 5km ao longo do Rio Uruguai. Como pode ser observado a classe *pastagem* é a dominante, ocupando 31% da área total, o equivalente a 765 Km². A *pastagem* é seguida pela *agricultura* com 27% (656 Km²), *vegetação nativa* com 25% (629 Km²), *corpos d'água* com 11% (282 Km²), *silvicultura* com 5% (125 Km²) e *áreas urbanas* com apenas 1% (16 Km²).

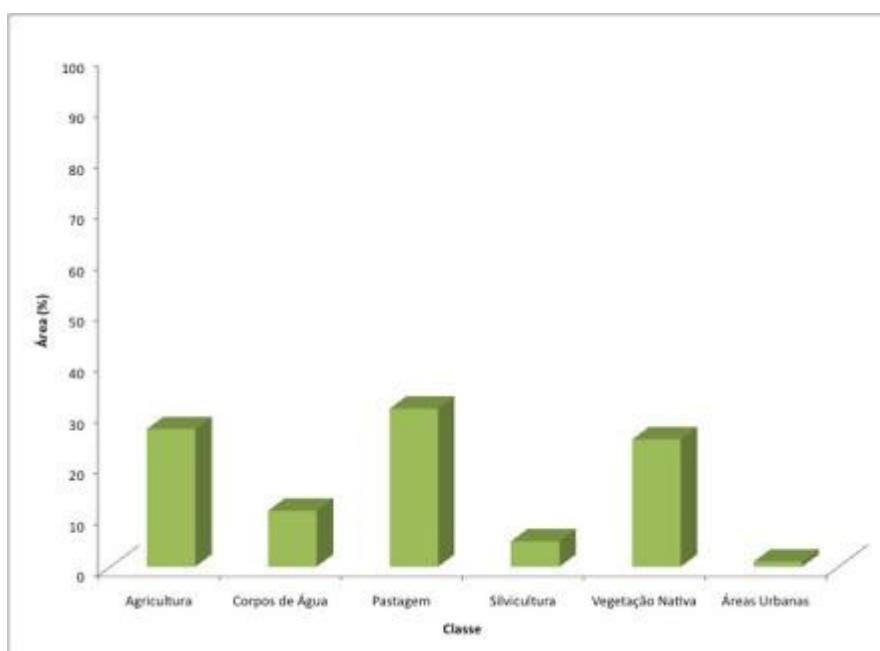


Figura 9: Distribuição das classes de uso do solo ao longo de uma faixa de 5km de largura da margem do Rio Uruguai. Programa Turismo Sustentável Rio Uruguai, Instituto Ekko-Brasil, 2010.

Considerando apenas os municípios de Chapecó, Concórdia, Palmitos e Itapiranga, pode-se observar que mais de 20% da área total de cada um é ocupada por lavoura, sendo que a área ocupada por mata é sempre inferior (Figura 10).

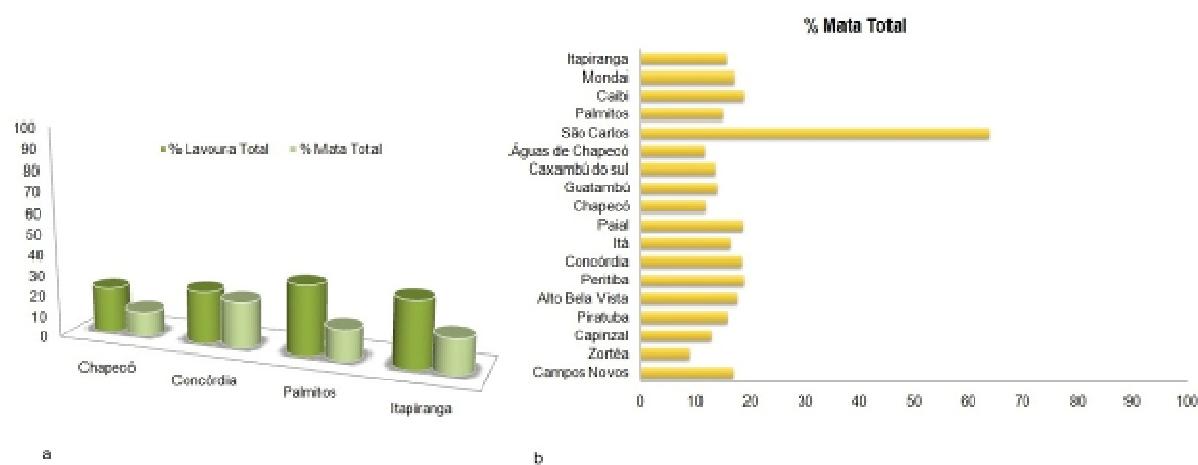


Figura 10: (a) Relação entre áreas ocupadas por lavoura e mata em quatro municípios que margeiam o Rio Uruguai. (b) Porcentagem da área de mata presente nos municípios que margeiam o Rio Uruguai. Programa Turismo Sustentável Rio Uruguai, Instituto Ekko-Brasil, 2010.

Discussão

As diferentes modalidades de turismo observadas na área de estudo movimentam um número expressivo de pessoas, porém à nível regional, de forma pontual e restrita. Os recursos produzidos e utilizados são difíceis de serem mensurados pelo fato de se distribuírem por vários setores da economia (DIAS, 2007). Modalidades de Turismo como o de Conservação de Base Comunitária tem como um dos objetivos o envolvimento da comunidade.

Uma pousada, por exemplo, deve, preferencialmente, ser operada e administrada pela própria família. Para tanto, esta deve ser devidamente preparada. A educação, nesse particular, é de fundamental importância. As intervenções necessárias, como por exemplo, cursos de capacitação, desenvolvimento de lideranças locais, e valorização da cultura local, são facilitadas se planejadas e geridas a partir de bancos de dados estruturados e disponíveis.

Quando se fala em *Turismo de Conservação de Base Comunitária* é imprescindível que o público alvo seja bem definido. Esse tipo de turismo obviamente necessita de um público consumidor. O público alvo faz parte de um nicho de mercado turístico ainda pouco explorado. Tratam-se de pessoas que viajam sozinhas, ou em pares, ou em família (CARVALHO-JUNIOR; SCHMIDT, 2004).

Os resultados revelam áreas com baixos níveis de intervenção urbana ao longo das margens do Rio Uruguai. Estas áreas ribeirinhas representam excelentes oportunidades para conservação e desenvolvimento de zonas recreacionais. Por outro lado, isso não significa que as áreas impactadas não possam ser recuperadas e aproveitadas economicamente para o turismo responsável.

De maneira geral, a porcentagem de área de mata não ultrapassa os 20% da área total de cada município, com exceção de São Carlos que surpreendentemente apresenta quase 70% de área coberta por florestas (Figura 10a e 10b). São Carlos se destaca também pela presença de águas minerais alcalinas, sulfatadas e bicarbonatadas, que impulsionam o turismo local. *Campings*, Parques Aquáticos, Hotéis e Pousadas fazem parte da estrutura voltada ao turismo. O fato do turismo ser economicamente importante para o município, pode estar auxiliando na preservação dos ambientes naturais.

Analizando a área de APP como um todo, ao longo do Rio Uruguai, fica claro que o fato de área florestada ainda chegar próximo aos 20% do total é altamente positivo. A presença de florestas traz um pouco de esperança e otimismo para o planejamento e implantação de uma política de turismo de conservação.

O desenvolvimento urbano ao longo das margens do Rio Uruguai não pode ser comparado em intensidade ao observado ao longo do Rio Itajaí, mas, independente disso, onde se faz presente, acaba por prejudicar as estruturas construídas por processos naturais tais como erosão e flutuações do nível da água. Da mesma forma, estruturas rígidas, construídas dentro do corpo d'água, por exemplo, barragens, interrompem processos naturais ecológicos e resultam na deterioração dos ecossistemas.

Remanescentes florestais em áreas marginais a corpos d'água são concentradores da biota local e importantes para a conservação de espécies silvestres. Além disso, áreas marginais a corpos d'água são definidas por lei como Áreas de Preservação Permanente (APP) pelo Código Florestal, Lei 4.771/65. O Art. 1, §2 (II) estabelece que a área de APP possa estar ou não, coberta por vegetação nativa. Isto porque a função principal de uma APP, de acordo

com a Lei, é a de preservar, entre outras, o corpo d'água, a biodiversidade e o fluxo gênico da fauna e da flora.

Fica claro que o desafio do pesquisador é encontrar o melhor caminho, que abra espaço para tomadores de decisão, conciliando a conservação com a qualidade de vida das comunidades envolvidas (SANT'ANA; RICCI, 2008; GOMES; SANTOS, 2007). É nesse sentido que a zona de APP ao longo do Rio Uruguai é analisada no presente trabalho. Para rios que apresentem larguras de 200 (duzentos) a 600 m (seiscentos metros), a faixa de APP resultante é de 100 metros, portanto, a maior parte do Rio Uruguai em questão.

Na área de estudo, um segmento de destaque no turismo, voltado para a natureza, é o ecoturismo. O ecoturismo representa uma atividade que vem abrindo novos espaços para outras modalidades de turismo (LINDBERG; HAWKINS, 2002). Entre as modalidades comumente confundidas com o ecoturismo existentes na área de estudo se inclui o turismo de aventura, como o *Rafting*, o Rappel, Trilhas, Vôo Livre, Hotel Fazenda e Pesque&Pague. Entretanto, essa lista diminui quando o assunto passa a ser o turismo de conservação.

Para que uma determinada atividade seja classificada como sendo de turismo de conservação, ela deve obedecer a certos critérios como o de (1) apresentar mínimo impacto ao ambiente e a cultura da comunidade anfitriã, (2) possuir um programa ou projeto que inclua pesquisa e/ou educação ambiental, (3) represente um negócio responsável e integrado com a comunidade e o governo, (4) parte do lucro seja revertido para a manutenção das atividades de pesquisa e educação ambiental, e (5) reciclagem e uso de energias alternativas.

Importante ressaltar que segmentos como ecoturismo, turismo sustentável ou responsável e o próprio turismo de conservação, devem manter um alto nível de satisfação entre os turistas e participantes. Isto significa que, principalmente para estes casos, a experiência para os turistas precisa ser significativa. Um exemplo de experiência significativa é aquela que aumenta o nível de consciência ambiental e cultural (BACAL *et al.*, 2007). Esse nível de satisfação proporcionado ao turista exige um preparo significativo da comunidade onde a qualidade de vida representa o norte do planejamento.

Os dados de IDH dão uma amostra do potencial que a Bacia do Rio Uruguai possui para o desenvolvimento de um turismo sustentável, responsável e/ou de conservação. Educação, por exemplo, é um fator primordial para o estabelecimento de práticas sustentáveis. Entretanto, esse movimento em direção ao turismo de conservação deve estar em sintonia com os ideais comunitários (SAMPAIO *et al.*, 2005). A mudança, nesse caso, é baseada na busca de um modelo alternativo que proporcione satisfação, saúde, estilo de vida social diversificado, ao mesmo tempo em que minimiza os impactos ambientais.

O desenvolvimento do turismo de conservação pode representar uma importante opção econômica. Entretanto, a atividade deve ser baseada em técnicas sustentáveis, possuir um viés social e econômico, apoiar projetos de conservação (ou mesmo desenvolver algum), além de envolver a comunidade local.

No trabalho desenvolvido na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, por exemplo, nenhuma atividade turística pôde ser enquadrada como sendo de conservação. Na busca de informações em guias como o *Lonely Planet* ou mesmo o *Quatro Rodas*, percebe-se como o Rio Itajaí e o Rio Uruguai, são poucos contemplados. Nesse particular, estamos falando de um público alvo como aquele que viaja sozinho ou em pequenos grupos, por conta própria, e que busca acomodações alternativas como pousadas familiares.

Esse tipo de público, na Europa, é comumente enquadrado na modalidade *Turismo Responsável* (<http://www.responsibletravel.com/> e <http://www.atlasrioitajai.org/index.html>). O Projeto Lontra, por exemplo, com base na Ilha de Santa Catarina, é um dos projetos brasileiros anunciados pelas Agências *Responsible Travel* (<http://www.responsibletravel.com/Trip/Trip901739.htm>), com base na Inglaterra, e *Ecovolunteer Program* (www.ecovolunteer.org), com base na Holanda.

A participação ativa e direta de turistas dentro do turismo de conservação é fundamental. Esta não pode ser vista apenas dentro de uma perspectiva econômica ou financeira. Nesse particular o ecoturismo é o que talvez mais se aproxima do turismo de conservação.

Atenção especial deve ser dada aos impactos potenciais das atividades do turismo de conservação no ambiente e na comunidade. A sustentabilidade dessa modalidade é fortemente relacionada com a manutenção da biodiversidade na área de conservação (CARVALHO-JUNIOR; SCHMIDT, 2004). Comunidade, ecoturismo e proteção ambiental, quando juntas, podem promover o desenvolvimento social e econômico com a conservação da biodiversidade.

A participação da comunidade é chave no processo. Qualquer proposta deve ser compreendida pela comunidade local. Entretanto, para que isso aconteça a educação é importante e isso implica em ações a médio e longo prazo. A necessidade da inclusão de atividades sociais dentro de proposta de gestão ambiental pode ser decisiva no sucesso do planejamento e gestão dos recursos naturais como resultado da educação e participação comunitária.

O presente trabalho considera a Bacia Hidrográfica como uma unidade de gestão. Dentro dessa unidade de gestão, as florestas, os rios e a fauna, por exemplo, são considerados recursos naturais turísticos. A implementação de uma política de turismo sustentável, tendo uma Bacia como unidade de gestão, faz por exigir que os recursos naturais ali presentes sejam gerenciados de maneira integrada, considerando, por exemplo, a economia, cultura, esporte e ambiente.

A ONU define Desenvolvimento Sustentável como aquele que deve garantir as necessidades das atuais gerações sem comprometer as gerações futuras. Já o Turismo Sustentável, segundo o PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo), lançado pela EM-BRATUR em 1994, é o turismo explorado de forma consciente, organizada e planejada, de forma a garantir a continuidade do mesmo. O PNMT representa um modelo de desenvolvimento econômico criado para assegurar a qualidade de vida da comunidade. Ao mesmo tempo, esse modelo deve proporcionar satisfação ao turista e manter a qualidade do ambiente.

O presente trabalho busca relacionar as principais atividades econômicas com a expectativa do desenvolvimento do turismo de conservação na área de estudo. A análise é feita a partir da realidade econômica atual onde a produção agrícola representa um dos principais motores da economia na bacia. Dentro desse contexto a produção de erva-mate, uva e pinhão, por exemplo, são consideradas como um potencial atrativo turístico. Entretanto, isso deve ser analisado a luz da infra-estrutura presente, como aeroportos, ferrovias e hospedagens. Nesse sentido ainda há muito a se fazer. Ferrovias, por exemplo, são restritas à uma pequena área dentro da Bacia.

A presença de hospitais também pode ser um fator importante para o turismo. A segu-

rança com relação à saúde do turista pode ser um ponto fundamental para a escolha do destino por vários grupos, em especial o público que se expõem à riscos, como é o caso do ecoturismo, turismo de aventura e turismo de conservação, ou público da terceira-idade. Dois municípios se destacam com a presença de 3 hospitais, Lages e São Miguel d'Oeste. De maneira geral a área de estudo é bem servida por hospitais. Municípios que não possuem hospital podem contar com um no município vizinho.

O planejamento e gestão do turismo responsável para a área de estudo deve necessariamente levar em consideração as outras atividades econômicas, de forma a se integrarem e se complementarem o máximo possível. Atividades de uso conflitivo com o turismo devem ser determinadas de forma a ser possível a tomada de decisões que tragam benefícios para todos os envolvidos. Exemplo disso são as barragens que se multiplicam ao longo do Rio Uruguai. A produção de energia não deve ser menosprezada, mas a atividade precisa ser compatível com outras formas econômicas alternativas em curso, futuras e mesmo ainda desconhecidas.

Um aspecto importante a ser considerado nesse projeto é o status de conservação dos ecossistemas. Dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai existem apenas 21 Unidades de Conservação de diferentes categorias, 2 RPPNs, 10 Unidades de Conservação Municipais, 3 Unidades de Conservação Estaduais e 6 Unidades de Conservação Federais. A soma das áreas dessas UCs totaliza cerca de 585 km², o que representa algo em torno de 1.17% da área da Bacia (50.200km²).

Unidades de Conservação são parte importante da política ambiental brasileira, como forma de conservar a biodiversidade e promover o desenvolvimento sócio ambiental (ICMBio, 2010). Parcerias estratégicas entre Instituições Públicas, Organizações Não Governamentais e Empresas Privadas são fundamentais na implementação de políticas voltadas, por exemplo, à implementação do turismo de conservação.

Projetos de pesquisa associados à participação de ecovoluntários brasileiros e estrangeiros podem estimular a abertura de empreendimentos novos como pousadas familiares e/ou ecológicas, além de ajudar no desenvolvimento do comércio local. Este tipo de atividade acaba por resgatar o orgulho da população local com a própria cultura e tradição, já que estas são atrativos importantes nesse tipo de turismo.

O turista moderno está preocupado com a conservação do ambiente e com a biodiversidade. Este turista está à procura de trilhas e ambientes que proporcionam momentos de lazer associados com áreas selvagens e experiências únicas. Projetos de conservação desenvolvidos na área devem proporcionar informação e conhecimento ao turista, além de apresentar um viés social e econômico para as comunidades ali presentes. Nesse particular, a criação de APAs (Área de Proteção Ambiental) pode ser uma opção à figura de Parque, pois possibilita o desenvolvimento de projetos e atividades sustentáveis, sem prejuízo social e econômico, e com melhoria da qualidade de vida.

Uma política de gestão integrada do turismo da Bacia, deve ser resultado de um processo de aprendizagem coletivo onde as várias partes devem ser incluídas. O empreendedor, por exemplo, deve ser um ator atuante. A gestão integrada representa uma ferramenta útil que pode trazer benefícios financeiros, emprego, melhor qualidade de vida e mais eficiência para o governo. Pode-se esperar situações de conflitos entre partes durante um processo de gestão integrada. Entretanto, estas situações podem ser revertidas em oportunidades, se tratadas de forma integrada e bem administradas.

A utilização do SIG, como instrumento de gestão se mostrou bastante útil devido à possibilidade de gerenciamento de grande volume de dados, análise do mundo real e simulações de situações diversas. Soma-se a isso o fato de que novos dados podem ser incorporados ao sistema a qualquer momento, tornando mais segura qualquer tomada de decisão ou solução de uso conflitivo.

A conservação ambiental e o desenvolvimento com qualidade de vida das comunidades envolvidas devem ocupar lugar de destaque no planejamento do turismo na Bacia. As alterações da paisagem na área de estudo, resultaram na fragmentação de habitats ao longo do tempo, que hoje se apresentam como um mosaico de manchas verdes com diferentes graus de isolamento. Efeitos da fragmentação de habitats sobre as populações animais e florísticas são ainda pouco conhecidas. Entretanto, um consenso entre os pesquisadores é de que áreas isoladas são pouco eficientes na manutenção da população de certos táxons (CARVALHO-JUNIOR *et al.*, 2006).

A continuidade do presente programa deve incluir a seleção de áreas estratégicas dentro da Bacia, tendo como base critérios técnicos, políticos e logísticos. O presente trabalho pode servir como um importante indicador de áreas prioritárias para uma análise mais detalhada. De nada vale planejar e gerenciar projetos sem que estes não incluam benefícios sociais e culturais para as comunidades envolvidas. As comunidades devem representar a parte mais beneficiada de todo o processo.

Referências Bibliográficas

- BACAL, S. S.; MELO, A. J. S.; WIDMER, G. M.; PEREIRA, R. S. Turismo sustentável no Brasil: utopia ou possibilidade. **Revista Gerenciais**, v. 6, n. 4, p. 175-181, 2007.
- CARVALHO-JUNIOR, O.; SCHMIDT, A. D. Ecotourism as a Tool for the Conservation of Endangered Species in the Coastal Region of Santa Catarina, Brazil. **Journal of Coastal Research**, n. 39, p. 959-961, 2004.
- CARVALHO-JUNIOR, O.; BIROLO, A. B; LABRUDE, A. S. O conceito de conectividade aplicado a conservação de população de *Lontra longicaudis*. V Congresso Integrado de Iniciação Científica - UNIDAVI, UNERJ e Unifebe (**anais**). Jaraguá do Sul (UNERJ) - 29 de setembro de 2006.
- CARVALHO-JUNIOR, O. Sistema de Informação Geográfico (SIG) como ferramenta auxiliar para o planejamento e gestão do turismo na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí (Santa Catarina). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 9, n. 1, p. 63-87, 2009.
- DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOMES, B. M. A.; SANTOS, A. C. Influências das políticas públicas de Turismo nas transações entre os agentes: uma análise sob a ótica da ECT. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 1, n. 2, p. 72-100, 2007.
- HOEFFEL, J. L.; FADINI, A. A. B.; MACHADO, M. K.; REIS, J. C. Trajetórias do Jaguary – Unidades de Conservação, Percepção Ambiental e Turismo: Um Estudo na PA do Sistema Cantareira, São Paulo. **Ambiente e Sociedade**, v. XI, n. 1, p. 131-148, 2008.
- ICMBio. **Coleção Biodiversidade Brasileira**. ed. São Paulo: Terra da Gente, 2010.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LINDBERG, K. E; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. ed. São Paulo: Senac, 2002.

PAIM, E. S.; ORTIZ, L. S. **Hidrelétricas na bacia do rio Uruguai**: guia para ONGs e movimentos sociais. ed. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2006.

SAMPAIO, C. A. C.; OYARZÚN, E.; SOUZA, M. S.; CÁRCAMO, C., ANELI-JR, E. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: análise comparativa de experiencias de turismo comunitario no Brasil e no Chile. **Revista de Negócios**. v. 10, n. 4, p. 288-301, 2005.

SANT'ANA, R. e RICCI, F. Turismo sustentável: enfoque no artesanato local na cidade de Santo Antônio do Pinhal, SP. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 1, p. 16-26, 2008.

SANTUR. **Santa Catarina Turismo S/A**. Disponível em http://www.santur.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=category§ionid=4&id=39&Itemid=186. Acesso em 26/05/10.

SOUZA, C. S.; BRAGHINI, C. R.; ARAÚJO, L. F. Espaços de diálogo na comunidade para o Ecoturismo: a Ilha Mem de Sá, Itaporanga D'ajuda (SE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 3, n. 2, p. 235-248, 2010.

WOLOSZYN, N. Os balseiros do rio Uruguai. In: ZOTTI, S. (Org.). **História faz história: Contribuições ao estudo da história regional**. Concórdia: Sul Oeste, 2006. v. 1, p. 53-73.

Agradecimentos

A Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental, tornou possível a expedição para coleta de dados no Rio Uruguai. Ao Neno Brazil pelas figuras 1 e 3. A Pousada Recanto da Ilha Redonda e a Prefeitura de Palmitos que deram todo o apoio e infraestrutura para o desenvolvimento dos trabalhos de campo. Ao Funturismo e a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte do Estado de Santa Catarina, que tornaram o desenvolvimento de todo o trabalho possível.

Oldemar de Oliveira Carvalho Junior: Instituto Ekko Brasil para Conservação da Biodiversidade, Florianópolis, SC, Brasil.

Email: ocjunior@ekkobrasil.org.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6092576258994833>

Rafael Sperb: Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC, Brasil.

Email: rmsperb@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1619120304203132>

Data de submissão: 23 de agosto de 2011

Data de recebimento de correções: 12 de janeiro de 2012

Data do aceite: 15 de janeiro de 2012

Avaliado anonimamente



Ritos e rituais nas viagens à natureza

Rites and rituals in travels to nature

Heloisa Turini Bruhns, Alcyane Marinho

RESUMO

Este ensaio, que se fundamenta em resultados de pesquisas qualitativas que seguiram a linha da observação participante, pretende explorar alguns ritos e rituais presentes nas buscas pela natureza e para tal desenvolve reflexões nas quais são apresentados alguns elementos que contribuem para essas ritualizações como a própria viagem e, nela, momentos nos quais ocorrem “cerimônias” consideradas relevantes, como o ritual do silêncio e o ritual do pôr do sol. Essas ritualizações nos transportam para momentos de excepcionalidade transformando situações corriqueiras em algo extraordinário e sentidos diferenciados são atribuídos às ações. Neste contexto, a aventura sendo entendida como uma possibilidade de experiência nova, algo além do ordinário, traduz sua dinâmica e multiplicidade de possíveis experimentações, bem como revela uma perspectiva estética, permitindo a vivência individual e coletiva de inúmeras sensações e emoções, as quais, neste ensaio, são discutidas a partir dos ritos e dos rituais na natureza. Espera-se com as discussões empreendidas contribuir com novos desafios que se apresentam sobre os assuntos expostos, fortalecendo o repensar sobre importantes aspectos da vida atual, especialmente atrelados à natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; Ritos; Natureza; Aventura.

ABSTRACT

This essay, which is based on results of qualitative research that followed the line of observation, explores some rites and rituals in travels to nature. It leads to a reflection on the elements that contribute for these ritualizations as the trip itself through which special “ceremonies” happen like the silence ritual as well as the sunset ritual. These ritualizations might inform how people introduce different meanings in their lives transforming habitual situations into exceptional events. In this context, the adventure is viewed as an opportunity to new experience, something beyond the ordinary, translates its dynamism and its multiplicity of possible experiments, and reveals an aesthetic perspective, allowing the individual and collective experience of many sensations and emotions, which, this paper, are discussed from the rites and rituals in nature. It is expected with these discussions to contribute with new challenges that present themselves on the subjects exposed, strengthening rethink about important aspects of actual life, especially linked to nature.

KEYWORDS: Culture; Rites; Nature; Adventure.

Introdução

Vive-se um momento na história humana em que o desenvolvimento tecnológico e as condições de vida no ambiente urbano parecem afastar as pessoas do convívio com o ambiente natural, mediante a proliferação de shoppings centers, de condomínios fechados, e outros; no entanto, contradicoratoriamente, é crescente o número de pessoas que busca estar, de alguma forma, em contato com os elementos naturais, tais como rios, trilhas, cachoeiras, montanhas, etc. Embora a ideia de vivenciar aventuras em contato com a natureza não seja nova, há motivações, significados e consequências claramente peculiares à contemporaneidade (MARINHO, 2008).

Discussões que contextualizam a busca por práticas de aventura, esportivas, de lazer e turísticas junto à natureza podem ser encontradas na literatura nacional (COSTA; MARINHO; PASSOS, 2007; FIGUEIRA; GOELLNER, 2009; MARINHO, 2008, 2006; PEREIRA; ARMBRUST, 2010; PIMENTEL; SAITO, 2010; TEIXEIRA; MARINHO, 2010) e na literatura internacional (BERNARDO; MATOS, 2003; BETRÁN; BETRÁN, 1995; CARNICELLI FILHO; SCHWARTZ; TAHARA, 2010; HUMBERTSTONE, 2009; MARINHO; NASCIMENTO; HUMBERTSTONE, 2011; PIMENTEL, 2008).

Inúmeros fatores indicam o crescimento expressivo da visitação em áreas naturais no Brasil e no mundo e, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Ministério do Meio Ambiente, as atividades de aventura na natureza se enquadram entre os segmentos mais promissores do mercado de turismo, com um crescimento mundial estimado entre 10% e 30% ao ano (BRASIL, 2006).

Diversas iniciativas têm se mostrado significativas, contribuindo para situar o tema em questão, tais como: crescente produção científica; maior visibilidade e reconhecimento em eventos científicos em várias áreas do conhecimento, nos âmbitos regional, nacional e internacional; oferecimento de disciplinas optativas e obrigatórias, cursos de extensão, graduação e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento, em distintas faculdades e universidades do Brasil; desenvolvimento de vários trabalhos com diferentes populações, entre outras iniciativas.

Partindo desta perspectiva e acreditando que a aventura na natureza é capaz de oportunizar o estabelecimento de novas relações entre os seres humanos por meio da criação de laços de amizade e da vivência de sensações e emoções, o tema deste ensaio apresenta-se como uma oportunidade relevante para que a vida social contemporânea seja refletida na perspectiva de um novo olhar, reiterando a importância teórica de estudos deste teor.

As ideias aqui apresentadas partem do princípio de que os espaços rituais governam boa parte da vida e muitos podem assim ser considerados como praças, montanhas, praias, etc., nos quais atividades coletivas são desenvolvidas com propósitos e objetivos comuns.

O acontecimento é sancionado com uma “cerimônia” considerada relevante para o grupo ou sociedade em que está inserido. A sucessão de fatos e de ceremoniais

tende a deslocar o acontecimento ou transformá-lo de algo corriqueiro em algo especial ou extraordinário, atribuindo uma espécie de permanência no tempo, a qual é determinada pela presença particular de um “lugar delegado” ou “tempo delegado”.

Uma forma de dramatização é necessária e por ela tomamos consciência das coisas ou fatos e passamos a vê-las como tendo um sentido. O ritual possui como traço distinto a dramatização, isto é, a condensação de algum aspecto, elemento ou relação, posicionando-o em destaque, com um foco especial. Esse ceremonial constitui-se em um estado passageiro e acontece quando a sociedade sai de si própria entrando em uma ambiguidade, em um estado diferente daquele que normalmente ocorre ou poderia ocorrer.

Há uma sugestão de que o momento extraordinário possa continuar não mais como rito com “tempo delegado” ou “lugar delegado”, mas como algo extraordinário que possa se prolongar (DA MATTA, 1983), abrindo, portanto, possibilidades para novas ideias, novos comportamentos, novas formas de se relacionar com a vida.

As viagens à natureza relacionam-se a determinados ritos e rituais. Talvez o mais evidente e marcante seja o rito de passagem envolvido na própria viagem, no qual identidades são construídas e nutridas por subjetividades. A busca pelo ambiente natural implica em um deslocamento, incorporando aspectos relacionados ao trânsito, à viagem, ao movimento, à errância.

A intensidade dos deslocamentos contemporâneos e fluxos de pessoas, mercadorias, imagens, informações, muitas vezes ultrapassando fronteiras, produz um contato diferenciado e intensificado, dissolvendo barreiras. Temos pessoas com vidas mais móveis sentindo-se à vontade com identidades mais fluídas, e essa mobilidade é considerada uma das chaves metodológicas para a compreensão da atualidade, reunindo alguns elementos como incerteza, desterritorialização, dentre outros.

Bauman (1999, p.8) situa o movimento como um valor bastante cobiçado em nossa contemporaneidade, sendo, porém, a liberdade de movimento, uma mercadoria escassa e distribuída de forma desigual, tornando-se um elemento estratificador (ser situado em um mundo globalizado é sinal de privação e degradação social). O movimento revela-se mesmo quando estamos fisicamente imóveis, sendo irrealista a opção da imobilidade no atual contexto de permanente mudança (“não se pode ficar parado em areia movediça”). A ideia de “estado de repouso” não faz muito sentido em um mundo com pontos de referência sobre rodas, os quais costumam sumir de vista antes da possibilidade de leitura das instruções sobre o trajeto.

A distância parece não importar muito, às vezes existindo para ser anulada, deixando o espaço de ser um obstáculo, bastando frações de segundos para conquistá-lo. Nesse sentido podemos pensar a busca da natureza e de seus lugares longínquos como uma possibilidade atual para vivências distintas. Também como um movimento global, pois não se vinculam a um ou outro país, desvendando a desterritorialização do espaço. Se o entendimento de um mundo desterritorializado requer um ponto de vista desterritorializado (ORTIZ s/d, p.16), podemos pensar essas práticas na nature-

za inseridas na ordem interna da sociedade global, expondo sua face mundializada¹. Discutir sobre uma cultura mundializada representa nos colocarmos no âmago desse processo abrangente, situando-a no nosso cotidiano, nos nossos hábitos. Para Ortiz (s/d), “a mundialização da cultura não é falsa consciência, uma ideologia imposta de forma exógena”, mas corresponde a um processo real, transformador do sentido das sociedades contemporâneas. As manifestações desta mundialidade encerram verdades, as quais se expressam na vida cotidiana.

Desta forma, partindo destas considerações, este artigo pretende explorar como a busca contemporânea pela natureza está imbuída de ritos, trazendo elementos que possam contribuir para o debate presente em aspectos envolvidos na temática da relação homem/natureza. Para tal, além do rito de passagem, foram eleitos o rito do silêncio e o do pôr do sol, por serem frequentes durante a execução de trilhas na natureza.

Esse ensaio parte dos resultados obtidos em pesquisas realizadas com subsídios do CNPq para sua realização². Receberam um tratamento qualitativo na organização dos dados e seguiram a linha da observação participante, na qual houve inserção no grupo pesquisado, realização de viagens, participação de reuniões, seguindo um roteiro de contatos indicados pelos sujeitos da pesquisa, com agentes de viagens, grupos organizados e coordenadores das atividades. Buscou-se uma adaptação aos grupos de acordo com a execução do calendário de viagens, disponibilidades para entrevistas, convites recebidos etc.

Algumas fases foram estabelecidas para o percurso das pesquisas. Primeiro, a montagem institucional com a explicitação do objeto e a definição do quadro teórico (conceitos, objetivos e outros). A segunda fase constituiu-se em uma seleção gradativa dos sujeitos e grupos selecionados, havendo um perfil a ser buscado relacionado aos adeptos da modalidade eleita. A terceira fase centrou-se na identificação dos grupos e suas características, buscando a compreensão de sua lógica interna, contradições e conflitos, bem como a detecção dos problemas intrínsecos.

O tema foi explorado a partir dos elementos surgidos nos grupos pesquisados por meio das observações e entrevistas, em um diálogo estabelecido com a bibliografia selecionada. Foi considerada a realidade social dos envolvidos, a qual possui um significado específico e uma estrutura de relevância para os mesmos, sendo suas falas apreciadas a partir do lugar social que ocupam nessa realidade. As relações de pensamento construídas na pesquisa buscaram compreender essa realidade social, e basearam-se nas relações de pensamento construídas pelo senso comum dos sujeitos que vivem sua vida cotidiana no contexto de sua realidade sociocultural. Então, o conhecimento construído, aqui, representou o resultado de um “saber negociado”, em que há uma confrontação constante entre pesquisador e pesquisado. Nesse quadro como coloca Cicourel (1975, p.110), o pesquisador “precisa distinguir as rationalidades científicas que usa para ordenar sua teoria e seus resultados, das rationalidades do senso comum que atribui aos atores estudados”, uma vez que esses dois conjuntos de constructos (científico e senso comum) são considerados pelo pesquisador.

O rito de passagem na busca pela natureza

Para o viajante, a viagem não é uma continuação da sua vida, mas um momento distinto, marcado pelo antes e depois. Representa um estágio “especial” de sua existência, na qual se permite sair da condição doméstica para entrar na condição estranha. Saindo do seu cotidiano, de sua cultura, de seus referenciais, entra em outro tipo de existência. O tempo nesse espaço não é o tempo do seu cotidiano, mas o “tempo da viagem”, oscilando entre o mundo vivido e o mundo representado. Na condição de viajante pode incorporar como parte de sua existência o almejado, o permitido e o possível (LEITE, 1996). Neste “estado de viagem” o tempo da narrativa se desloca e se define.

Pensando nos ritos de passagem, esse estado entre a partida e a chegada, seria a fase liminar ou de “transição”, ou seja, um período intermediário em que os sujeitos são a margem, a indefinição, a “linearidade” e no qual há uma tentativa de vencer o desconhecido. Leite (1996, p.86) mostra como as viagens são marcadas por ritos de separação, margem e agregação. Esses ritos se repetem a cada saída e chegada do viajante em ambientes novos, em lugares desconhecidos e essa seqüência, não o relógio, marca o tempo. No retorno, marca final do rito de passagem, o sujeito está transformado pela experiência vivida. Alguns saem como aventureiros e retornam como “heróis” dessas pequenas façanhas na natureza, enquanto outros partem como curiosos e retornam como “viajados” ou “experientes” (BRUHNS, 2009).

Bryson (1999) escrevendo sobre sua experiência na Trilha dos Apalaches, um longo percurso para caminhada (aproximadamente 3000 km) nos EUA, auxilia nessa reflexão sobre o tempo. O autor descreve como a vida reveste-se de uma simplicidade límpida nessa experiência, deixando o tempo de ter qualquer sentido. Quando está escuro você vai para a cama e, quando fica claro de novo, você levanta. Não há obrigatoriedade de encontros, reuniões, deveres e nenhuma ambição especial, apenas necessidades menores e bem menos complicadas; você encontra-se no meio de um tédio tranquilo, sereno, alheio a toda exasperação, afastado dos centros de discórdia; a única exigência é a disposição para caminhar, apesar das dificuldades. O apressar-se não faz sentido, porque você não está indo a parte alguma. Por mais que caminhe está no mesmo lugar: na mata, local onde estava ontem e onde estará amanhã.

As noções de distância alteram-se durante o percurso de uma trilha na mata. Dois quilômetros são uma distância longa, três quilômetros tornam-se literalmente notáveis, quinze colossais, e oitenta quase inconcebíveis. Caminhando, você se dá conta de que o mundo é enorme, de um modo que só você e seus companheiros andarilhos sabem. A escala planetária torna-se um pequeno segredo seu.

Nessas aventuras a espacialidade privilegiada é o local e a temporalidade privilegiada o imediato. A experiência implica em certo desconforto, pois envolve situações inusitadas investindo no transitório, no efêmero (BRUHNS, 2009).

As pequenas aventuras vividas nas caminhadas e trilhas representam uma totalidade de vida no sentido de um modelo reduzido, contraindo experiências e poten-

cialidades. Sendo a aventura o terreno do possível, as facetas dos sujeitos podem se exprimir em um mundo plural e policentrado. A aventura garante uma mobilidade naquilo que está petrificado, pois ela incorpora um aspecto de removedor, permitindo o olhar para o exterior (MAFFESOLI, 2001).

Referindo-se ao aventureiro, Simmel (1988) argumenta sobre este constituir o exemplo mais forte do homem a-histórico, da criatura do presente; e, se por um lado, não se acha determinado por nenhum passado, por outro o futuro não existe para ele.

A questão da aventura não está em ganhar ou perder, portanto, não consiste nos conteúdos ganhos ou perdidos, gozados ou sofridos, pois esses elementos estão presentes em outros campos da vida. Trata-se somente de um fragmento da existência, ao lado de outros, o qual possui a força misteriosa de fazer-nos sentir por um momento, a vida inteira, como se não tivesse outro objeto senão sua realização.

A aventura implica naquilo que Maffesoli (2001) denomina por “enraizamento dinâmico”, ou seja, uma dialética permanente entre a necessidade de segurança e o desejo por aventura. Dessa forma, introduz a agitação no estável ou a inquietude nas certezas, desestabilizando alguns parâmetros da modernidade como a domesticação das massas, do assentamento no trabalho e no destino à residência.

De acordo com Marinho (2006), a aventura está atrelada à ideia de busca pelo desconhecido, desejo de exploração, retorno ao nomadismo e a uma possibilidade de ficção, ressignificando modelos e, de certa forma, despertando novos comportamentos dos sujeitos envolvidos. O nomadismo e a ficção permitem lançar a ponte entre o ordinário e o extraordinário da vida, não se satisfazendo com vivências estáveis, funcionalistas e meramente racionais, mas usando a pluralidade dos sujeitos, por intermédio da fantasia, da imaginação, do imaterial e do lúdico. Ratificando, com isso, que as viagens à natureza são alternativas fecundas para a compreensão das redes que se formam, na atualidade, entre as pessoas e o ambiente natural, baseada em laços mais descompromissados e efêmeros, porém, verdadeiros e intensos.

Na “brincadeira de aventura na mata”, onde a vida torna-se momentaneamente livre atuação de formas, despojada de propósitos ulteriores, o ato heróico igualmente surge como simulacro, uma vez presenciando-se nessas atividades, certa dose de “coragem”, um “provar algo a si mesmo”, almejando metas extraordinárias. Na figura do herói como simulacro está presente a possibilidade de uma transgressão ou rejeição da ordem, a qual gira em torno do mundano, do ordinário. Nesse simulacro, ausentam-se imagens da dedicação a alguma causa impessoal, de uma autorrepresentação rationalizante e justificadora. Como, por exemplo, a exaltação das virtudes do sacrifício, distinção, disciplina, presentes em questões políticas institucionais, ou na dedicação a alguma causa envolvendo abnegação e dedicação exclusiva como nas opções de vida por causas humanitárias condizentes aos grandes heróis da história. Surge um heroísmo nãoestóico, no qual uma série de aventuras ou a qualidade de uma aventura é compartilhada. O aventureiro tem o gesto do “conquistador”, construindo um sistema “a partir da ausência de sistema em sua vida” (SIMMEL, 1998).

Presencia-se nessa busca contemporânea pela natureza uma ética da sociabilidade contrapondo-se à ética do herói, menos elevada, mais aberta a uma exploração igualitária da ludicidade e do prazer com o outro, à imersão e à perda do eu, mais que a uma preservação e elevação do eu. Essa atividade pode representar, neste sentido, um fator de distinção, em um contexto investindo contra a vida heróica estóica, em uma forma lúdica de associação, em que se brinca de ser herói, em uma simulação do perigo e do risco (FEATHERSTONE, 1997, p.97).

No retorno, o sujeito está marcado pela experiência vivida, mas é justamente na transição, na situação liminar, que ocorrerão experiências da exploração, da conquista, da aventura, da coragem, às vezes, do sacrifício, da privação, do desconforto. Nessa fase liminar, identidades irão aflorar como, por exemplo, a identidade de aventureiro, a qual não responde às certezas identitárias ou seguranças institucionais. Essa identidade cultural não é rígida, nem imutável. O eu contemporâneo é apresentado como uma entidade que se apresenta de formas diferentes em cenários diversos, em um contraponto à ideia de identidades sólidas, coerentes, integradas (BRUHNS, 2006, p.98).

A ideia é a de identidades em movimento, frágeis, múltiplas e contraditórias, constituídas no fundamento sólido da existência individual e social. São resultados transitórios e fugazes de processos de identificação. Além de plurais, são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções. Desta forma, devemos ter como preocupação quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que intenções e com quais resultados (SANTOS, 2003). Não há um sujeito ou subjetividade fora da história e da linguagem, da cultura ou das relações de poder. As identidades, ou a identificação³ são produzidas por meio da diferença, a qual ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social.

O grupo social onde a identidade se manifesta é formado por uma comunhão sensível ou afetiva por “indivíduos que acreditam” - compararam, fazem escolhas, reconsideram escolhas, tentam reconciliar demandas contraditórias e, frequentemente incompatíveis (BAUMAN, 2005).

A identidade de aventureiro constitui-se num dos tipos a ser experimentado - é um campo de experiência, de afeto, de marcas de sonho, de abertura por meio de conexões e fugas, de criação e sentido, de agenciamento coletivo, de produção de si. Através de fluxos de imagens, de informação, de conhecimento e serviços, consumimos subjetividades e absorvemos maneiras de ser, sentidos de vida. A identidade de aventureiro será reforçada, ou não, por intermédio da subjetividade - no que acreditamos, no que valorizamos, e no que privilegiamos.

A subjetividade sugere a compreensão que temos do nosso eu e a experiência que temos de nós mesmos. Nela adotamos uma identidade. Por meio da subjetividade é possível explorar sentimentos e valores envolvidos nesse processo, bem como o investimento pessoal em posições específicas de identidade.

A identidade de aventureiro é cultural e poderíamos pensar qual seria, por exemplo, a identidade cultural dos praticantes de caminhada da Chapada Diamantina (BA). Certamente não se refere à caminhada ou às aventuras, portanto, ao que o grupo faz, mas, sim como o grupo faz, por meio da utilização de determinada roupa, equipamentos, valendo-se de determinada linguagem, postura, da composição de seus membros, etc. Refere-se mais a uma questão de estilo e forma.

O rito do silêncio

Porque tornar o silêncio um rito e preparamos um momento especial para ele? Essa questão exige uma exploração sobre o significado e as implicações sociais do silêncio envolvidos em nossa cultura.

Ao tomarmos consciência do silêncio ou quando o encontramos em nossa vida, estabelecemos uma ligação com a dimensão sem forma e constante dentro de nós mesmos - aquela além do pensamento e do ego. Pode ser o silêncio que envolve o mundo da natureza, a tranquilidade do nosso quarto nas primeiras horas da manhã ou o intervalo entre os sons. Ter consciência do silêncio significa estar em silêncio experimentando um contato muito intenso com nós mesmos. No silêncio está implícita uma dimensão espacial.

O aspecto do silêncio merece ser explorado, pois é sempre requisitado nessas viagens à natureza, como uma espécie de exercício dos sentidos ou um apelo para as pessoas centarem-se no espaço. O objetivo é que as pessoas fiquem mais atentas a si mesmas em uma conexão com o ambiente. As sensibilidades em relação aos sons externos provenientes do meio natural (muitas vezes não familiares aos sujeitos urbanos) são potencializadas e despertam curiosidade. Torna-se quase um teste de acuidade auditiva.

No nosso contexto social, um homem em silêncio é um homem sem sentido o qual não suporta a ausência das palavras e daí perguntas surgem: "Porque você está quieto? O que está pensando?" Por não ser suportado, os sujeitos fazem do silêncio algo fugaz e efêmero.

As pessoas anseiam por fazer o silêncio falar, exercendo controle e disciplina, ou ao contrário; supondo poder calar o sujeito, emitem sinais sonoros (dizíveis, visíveis) continuamente, produzindo signos de controle pelo que "aparece". Abrem mão do risco da significação, da sua ameaça e se preenchem falando. O espaço é atulhado com sons e a ideia de silêncio é concebida como falta, como vazio. Quando negamos nossa relação fundamental com o silêncio apagamos medições que nos são básicas (ORLANDI, 2002).

Quando não falamos, não estamos somente mudos, estamos em silêncio, estando presentes o pensamento, a introspecção, a contemplação, etc. Temos múltiplos silêncios, tais como o das emoções, o do místico, o da contemplação, o da introspecção, o da revolta, o da disciplina, o do exercício do poder, o da derrota da vontade,

etc. Pensar o silêncio é pensar tanto a solidão do sujeito como a história solitária do sujeito face aos sentidos.

A concepção freqüente do silêncio é a mítica, pois é um tema cuja história está atrelada ao sagrado, às religiões. Considerado como “um apoio à adoração” ou como “método que prepara a alma para experiências pessoais”, foi praticado por pequenos e grandes grupos em muitos períodos da história ao redor do planeta (ORLANDI, 2002). Além de sua qualidade física, o silêncio é história (silêncio humano), sentido, matéria significante, bem como é produzido em determinadas condições e aqui se ressalta sua materialidade histórica. O silêncio atualmente, para alguns, representa cada vez mais um luxo.

Tomando como exemplo o que Schaffer (1977) denomina de “paisagem sonora”, podemos extrair de seu trabalho alguns elementos enriquecedores para esta discussão. O autor destaca algumas peculiaridades condizentes ao cenário rural e ao urbano. No urbano, a transformação da “paisagem sonora” passa da “alta fidelidade” para a “baixa fidelidade” e informações acústicas comuns ou conflitantes encobrirão os sons desejados ou necessários. Um som deve ser muito forte ou insistente para atrair nossa atenção. Os sons ocorrem concomitantemente (buzinas, motores de carro, sirenes), desperdiçando energia acústica e provocando a destruição dos nervos e tímpanos. Seu estudo mostra ser preciso reduzir o volume sonoro total, para podemos novamente ouvir com clareza sons diminutos ou portadores de mensagens.

No meio urbano, os sons são próximos e no rural, distantes, pois a “paisagem sonora” no primeiro caso tem presença, sendo que o segundo, além dessa, possui horizonte acústico. O ouvido capta qualquer sinal de invasão. Algumas vezes, o ouvir à distância torna-se vital para a sobrevivência de uma comunidade. Schaffer (1977) explora esse tema em uma pesquisa realizada na aldeia de pescadores de Lesconil (Grã Bretanha), em que o ciclo diário dos ventos que sopram do mar envolve o povoado em sons vindos de todos os pontos do horizonte, alguns de uma distância de 12 quilômetros. Ouvem-se os sinos de cidadeszinhas longínquas, os sons do campo, os sinais das bóias situadas em diferentes pontos do mar, cada um a seu tempo. Qualquer modificação no sistema habitual indica uma mudança do tempo, que os ouvidos treinados do pescador ou de sua mulher captam imediatamente.

Por intermédio de um programa de computador, compilando um catálogo de descrições feitas por escritores de todas as épocas e nacionalidades, Schaffer (1977) realizou comparações estatísticas sobre o aparecimento e desaparecimento dos diferentes sons que figuram nos índices. Na literatura europeia do século XIX, 43% dos sons mencionados são naturais. Caem para 20% no século XX, diferindo entre América do Norte e Europa, onde no primeiro caso, não foi constatado um declínio tão acentuado, devido provavelmente, segundo Schaffer (1977), ao maior contato dos americanos do norte, com o ambiente natural, diferentemente dos europeus, para os quais esse contato foi bastante diminuído.

Quanto ao silêncio e à quietude, houve uma redução significativa no número de

referências. Nos arquivos pesquisados, 19% das descrições relativas às décadas de 1810-1830 mencionam a quietude e o silêncio; entre 1870-1890 caem para 14% e entre 1940-1960 para 9% (SCHAFFER, 1977).

Na descrição para o silêncio, comumente se observa o emprego de alguns termos como opressivo, insensível, terrível, deprimente, dentre outros. A quietude e o silêncio evocados por essas palavras quase nunca são positivos, sendo que raramente se considera o silêncio de um passeio contemplativo pelos campos, nem o que se observa quando se ouve música; não é o silêncio da fascinação ou da meditação, nem mesmo o do sono. Talvez nossa atitude em relação a elas esteja necessitando de uma revisão.

O rito do pôr-do-sol

É prática comum em viagens à natureza o grupo se reunir no final da tarde com o objetivo de assistir o pôr-do-sol. Em 2003, durante o acompanhamento de um grupo de ecoturismo em Carrancas (MG), esse fato ocorreu durante três dias consecutivos. No primeiro e no terceiro dias, as pessoas seguiram de ônibus até determinado ponto, e de lá caminharam até um cume em que todos sentaram para aguardar o momento do crepúsculo. No segundo dia isso ocorreu durante a trilha, coincidindo o momento do pôr-do-sol com um local propício, conhecido do guia, para visualizar o fenômeno.

É interessante citar alguns rituais do pôr-do-sol em lugares já consagrados para essa finalidade, envolvendo as trilhas na natureza e muitos participantes, tal como o Morro do Pai Inácio na Chapada Diamantina (BA), o qual se tornou um marco de identificação do local; a duna do pôr-do-sol em Jericoacoara - Fortaleza, na qual não só turistas sobem para assistir ao espetáculo, mas também moradores locais, os quais, normalmente, organizam uma roda de capoeira. Garotos residentes permanecem até o escurecer escorregando pelas dunas e fazendo acrobacias com o corpo como, por exemplo, a execução de saltos mortais e piruetas. Outro local onde o ritual é bastante intenso é no Deserto do Atacama - Chile, no Vale da Lua, na Grande Duna, onde centenas de turistas, de várias partes do planeta, permanecem para assistir a esse fenômeno.

Segundo Schelle (2001, p.182), sentimos uma influência marcante das tardes no nosso íntimo porque à tarde a atividade da imaginação é mais estimulada. É quando as emoções e as paixões violentas se acalmam em uma organização mais internalizada, sendo o momento do dia mais propício para reflexões. Esse momento, diz o autor “*faz sentir à alma sua necessidade de amor e de amizade, e abre o coração para a confidênci, mas o expõe também, segundo a própria natureza das coisas, aos sentimentos de medo, de temor de receio e de terror*”.

Nery (2002) desenvolve interessantes considerações a esse respeito partindo das diferenças entre o alvorecer e o entardecer. No primeiro ocorre um anúncio antecipado, mas resumido dos vários momentos que se sucederão ao longo do dia, sem um formato acabado desses momentos, sem prescrição acabada das tonalidades. Ao

contrário, o pôr-do-sol apresenta-se como uma representação com começo, meio e fim, agrupando as tonalidades de cores apresentadas pelo céu durante o dia, como brilho do sol ao meio dia, meia claridade e, finalmente, escurecimento. Assim, o instante do crepúsculo concentra, de forma breve, intensa e curta, como em um modelo reduzido, as várias colorações do dia, permitindo sua captação pela observação humana como se fosse numa cápsula de imagem. Manifesta-se um prazer na recordação de momentos já vivenciados, o qual “decorre justamente do fato de se poder fazê-lo de modo a filtrar os percalços por ventura transcorridos por ocasião da vida real da experiência em seu modo original, uma vez que, seletivamente, se arranja na memória algo que se espera reencontrar como imagem significativa” (NERY, 2002, p.71).

A recordação da vida (como um conto narrado), embora seja diferente da própria vida (experiência vivida), é uma característica humana e não se efetua de forma linear, devido à filtração dos percalços. A imagem do pôr-do-sol conecta na inteligência humana uma metáfora da vida, ainda que em forma de uma homologia (pois narrativa e experiência são diferentes), concentrando em um único foco de olhar a imagem condensada da passagem (contendo começo, meio e fim) de um dia que está findando.

Nessas viagens à natureza, as recordações do dia tornam-se mais prazerosas, pela intensidade acentuada, tanto das relações, como das emoções vividas pelas descobertas e estímulos dos sentidos. Daí os estados de êxtase provenientes dessa experiência possam ser mais bem compreendidos.

No tempo vivido, curto e intenso dessas atividades na natureza, o pôr-do-sol representa uma situação a qual faz coincidir uma expectativa criada sobre a vida e sua efetiva realização, ou seja, ocorre uma realização do que antecipadamente construímos na imaginação, provocando um sentimento de completude.

O panorama de um pôr-do-sol é um fenômeno emocionalmente competente na medida em que desencadeia emoções. Porém, o estado do corpo como resultado dessa contemplação constitui o cerne do sentimento.

Assistindo a um pôr-do-sol, subitamente você se esquece de desejos, ansiedades, pensamentos indesejáveis. Você elimina momentaneamente a ânsia por prazer ou por aquilo convencionalmente denominado por “felicidade”. O pôr-do-sol pode atingir o sujeito de uma forma súbita e intensa, fazendo-o esquecer do passado e do futuro; somente o presente existe. Ele está ligado ao momento; não há observador e um observado; não está separado do que está assistindo. Nessa fusão surge uma sensação de bem estar, de tranquilidade (BRUHNS, 2009).

A partir da experiência do corpo relacionada a estados aprazíveis considerados “bons” e “positivos” ou o contrário, estados considerados “ruins” ou “negativos” no panorama geral da vida, identificamos pensamentos como felizes ou tristes. Essa identificação seria prejudicada na ausência dessa experiência.

A aprendizagem e a recordação dos fenômenos e situações emocionalmente

efetivas, igualmente são apoiadas pela presença dos sentimentos. A memória de determinadas situações faz que, conscientemente ou não, acontecimentos associados com sentimentos negativos sejam evitados e situações que possam causar sentimentos positivos sejam buscadas. O conteúdo do sentimento relacionado a uma experiência agradável ou não, intensa ou não, relaciona-se com os componentes mentais, com os ingredientes que constituem esse mesmo sentimento.

Tomando emprestado o exemplo de Damásio (2004), imagine-se em uma praia, deitado na areia, com o sol do final da tarde aquecendo sua pele, uma brisa acariciando seu rosto e provocando um leve movimento nos arbustos ao redor e o barulho do mar envolvendo a cena. Provavelmente você já tenha experimentado essa situação e tenha sentido um bem-estar e a questão refere-se em que consiste esse bem-estar. Talvez ele tenha vindo da temperatura confortável ou da respiração tranquila, liberta de qualquer resistência no peito ou na garganta. Os músculos estavam relaxados, não exercendo tensões nas articulações. Era possível sentir o organismo como um todo, funcionando sem problema. Você poderia se movimentar, mas preferiu permanecer quieto, paradoxalmente situado entre a inclinação de agir e o saborear da quietude. Algumas dimensões no corpo eram facilmente identificáveis, mas talvez fosse difícil localizar em um ponto exato do corpo a sensação de bem estar daquele momento.

O sentimento do momento estava gerando duas consequências. A primeira foram os pensamentos cujos temas eram consoantes com a emoção e o sentimento da experiência. A segunda um modo de pensamento, um processo mental aumentando a velocidade da geração das imagens mentais, tornando-as mais abundantes. Aquilo que os sujeitos consideram como “corpo” e “espírito” juntavam-se perfeitamente em harmonia. Todos os conflitos, motivos de preocupação antes daquele momento, dissiparam-se e constituíam-se em memórias distantes.

Considerações finais

A aventura parece ser um corpo estranho à existência humana, mas, ao mesmo tempo e paradoxalmente, liga-se ao seu centro. A aventura funciona, de certa forma, como uma síntese de alguns de nossos sonhos e desejos. Neste sentido, Simmel (2000) contribui elucidando que a aventura é o coração pulsante de toda a sociedade.

A aventura mostra-se, neste quadro, como um importante desafio para refletirmos sobre a razão e os sentidos, as certezas e as incertezas do mundo contemporâneo, constituindo-se em formas sensíveis de vida social (MAFFESOLI, 2004). A construção social da aventura apresenta elementos centrais de nossa sociedade contemporânea, de suas formas de produção, segregação, diversão, etc. É despertada, nessa perspectiva, a possibilidade de melhor compreensão do outro, da natureza e, principalmente, de nós mesmos (MARINHO, 2008). Possibilidades estas observadas em determinados ritos e rituais aqui abordados.

As experiências de vida tornam-se ricas à medida que enfrentamos o desco-

nhecido, quando saímos da mesmice. As viagens à natureza podem se constituir como uma das possibilidades para esse enfrentamento; um elemento que nos impulsiona para a busca do novo, das possibilidades, das transformações.

A errância, o deslocamento, seria a expressão de uma nova relação com o outro e com o mundo, apresentando características menos ofensivas, mais carinhosas, um tanto lúdicas, porém não menos trágicas. Características tendo como base a não permanência das coisas, dos seres e dos relacionamentos.

Obviamente esse quadro não está de acordo com as seguranças institucionais e instaura a agitação no estável ou a inquietação nas certezas, apontando a necessidade de uma postura de se trabalhar mais com ideias e inquietações que com propostas explicativas e certezas; mais com noções que definições; mais com flexibilidade que rigidez. Simbolismo e informalidade assumem um maior perfil na organização da existência humana.

O desafio contemporâneo requer a busca de reinvenções, de novos meios de convívio e valores diferenciados. Percebe-se uma busca contemporânea por algo indefinido, desconhecido, compondo instabilidades em um quadro instaurado na reciclagem dos desejos, bem como na reciclagem da própria vida (SEVCENKO, 1990).

Talvez essa busca pela natureza por meio de experimentações e novos comportamentos traduza um pouco de tudo isso, pois nela percebemos a influência de um mundo em crise, inquietante e instável, tomado por abalos brutais e mudanças rápidas: um universo social que se experimenta e do qual nossos corpos carregam os traços.

As discussões aqui empreendidas tiveram a pretensão de contribuir com novos desafios que se apresentam sobre os assuntos expostos, fortalecendo o repensar sobre importantes aspectos da vida atual, especialmente atrelados à natureza.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2005.
- BERNARDO, R. P.S.; MATOS, M. G. Desporto aventura e autoestima nos adolescentes, em meio escolar. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v.3, n.1, p.33-46, 2003.
- BETRÁN, A. O.; BETRÁN, J. O. Análisis de la demanda potencial de las actividades físicas de aventura en la naturaleza en la ciudad de Barcelona. **Apunts**, Barcelona (España), n. 52, p.92-102, 1995.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de áreas protegidas. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Brasília (DF), 2006.

BRUHNS, H. T. **A busca pela natureza**: Turismo e aventura. São Paulo: Manole, 2009.

BRYSON, B. **Uma caminhada na floresta**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

CARNICELLI FILHO, S.; SCHWARTZ, G. M.; TAHARA, A. K. Fear and adventure tourism in Brazil. **Tourism Management**, Guildford, v.6, p. 953-956, 2010.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A. Z. **Desvendando máscaras sociais**. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1975.

COSTA, V. L. M.; MARINHO, A.; PASSOS, K. C. M. Esportes de aventura e esportes radicais: propondo conceitos. **Revista Motriz**, Rio Claro, v.13, n.12, p.188, maio/ago. 2007.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. 4^a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DAMÁSIO, A. **Em busca de Espinosa** - prazer e dor na ciência dos sentimentos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FEATHERSTONE, M. **O desmanche da cultura**: globalização, pós-modernismo e identidade. Nobel/Sesc, 1997.

FIGUEIRA, M. L. M.; GOELLNER, S. V. Skate e mulheres no Brasil: fragmentos de um esporte em construção. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.30, p.95-110, 2009.

HUMBERTONE, B. Inside/outside the Western “bubble”: the nexus of adventure, adventure sports and perceptions of risk in UK and Mauritius. In: ORMROD, J.; WHEATON, B. (Eds). **On the Edge**: Leisure, consumption and the representation of adventure sports. Eastbourne: Leisure Studies Association, 2009.

LEITE, I. B. **Antropologia da viagem**: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1996.

MAFFESOLI, M. **Notas sobre a pós-modernidade**: o lugar faz o elo. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

MAFFESOLI, M. **Sobre o nomadismo**: vagabundagens pós-modernas. São Paulo: Record, 2001.

MARINHO, A. As diferentes interfaces da aventura na natureza: reflexões sobre a sociabilidade na vida contemporânea. 2006. 154f. **Tese** (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2006.

MARINHO, A. Lazer, aventura e risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. **Movimento**, Porto Alegre, v.14, n.2, p.181-206, maio/ago, 2008.

MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). **Viagens, Lazer e Esporte**: o espaço da natureza. Barueri: Manole, 2006.

MARINHO, A.; NASCIMENTO, J. V.; HUMBERSTONE, B. Leisure, tourism and adventure in Brazilian conservation units. In: LEISURE STUDIES ASSOCIATION LSA 2011 INTERNATIONAL CONFERENCE, Southampton, 2011. **Anais...** Southampton: Solent University, 2011. p.35.

NERY, P. R. A. A construção social da pessoa moderna e as práticas de deslocamento por prazer em uma abordagem comparada. **Teoria e Sociedade**. n.9, jun., 2002, p.63-77.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**, 5^a ed., Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

ORTIZ, R. **Um outro território**. São Paulo: Olho d'água, s/d.

PEREIRA, D. W.; ARMBRUST, I. **Pedagogia da aventura**: os esportes radicais, de aventura e de ação na escola. Jundiaí: Fontoura, 2010.

PIMENTEL, G. G. A. Qualidade de vida entre praticantes de esportes de aventura. **Revista de Salud pública**. v.10, n.4, p.561-570, 2008.

PIMENTEL, G. G. A.; SAITO, C. F. Caracterização da demanda potencial por atividades de aventura. **Motriz**, Rio Claro, v.16 n.1 p.152-161, jan./mar. 2010.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 9^a.ed., São Paulo: Cortez, 2003.

SCHAFFER, R. M. O mundo dos sons. **Correio da Unesco**, n.4, p. 21-35, 1977.

SCHELLE, K. G. **A arte de passear**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SEVCENKO, N. O enigma pós-moderno. In: OLIVEIRA, R. C. (Org.). **Pós-modernidade**, 3^aed., Unicamp, Campinas, 1990.

SIMMEL, G. La Aventura. In: Simmel, G. (Org.). **Sobre la aventura**. Barcelona, Ediciones Peninsula, 1988.

SIMMEL, G. The adventure. In: FRISBY, D.; FEATHERSTONE, M. (Ed.). **Simmel on Culture**. London: Sage, 2000. p.221-232.

TEIXEIRA, F. A.; MARINHO, A. Atividades de aventura: reflexões sobre a produção científica brasileira. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 3, p.536-548, jul./set. 2010.

Notas

¹Ortiz (s/d, p.20) reserva o termo “mundialização” ao domínio específico da cultura e “globalização” à economia e tecnologia, embora considere a mundialização como expressão do processo de globalização das sociedades, enraizando-se em um tipo determinado de organização social, além de ser uma “concepção de mundo”, um “universo simbólico”.

²Pesquisas realizadas para o CNPq (“Lazer e meio ambiente: a opção pelos esportes na natureza”- 1998 a 2000; “Esporte e natureza: a caminhada enquanto experiência sensível” - 2001 a 2003 e “Aprofundando elementos detectados nas atividades na natureza”- 2003-2006), cujos resultados estão condensados em Bruhns (2009). As discussões apresentadas também se fundamentam na pesquisa de doutorado de Marinho (2006).

³A identificação não se refere a uma atividade imitativa pela qual um sujeito modela-se de acordo com outro, mas sim uma paixão assimiladora pela qual um ego inicialmente emerge (BUTLER, 2001).

Heloisa Turini Bruhns: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
Email: luabola@uol.com.br
Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6033060712348685>

Alcyane Marinho: Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências do Desporto, Florianópolis, SC, Brasil.
Email: alcyane.marinho@hotmail.com
Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7175741856017621>

Data de submissão: 11 de dezembro de 2011

Data de recebimento de correções: 16 de janeiro de 2012

Data do aceite: 16 de janeiro de 2012

Avaliado anonimamente



Culturas originárias e turismo: uma experiência de turismo comunitário no mundo Mapuche, Tralcao, Sul do Chile¹

Indigenous cultures and tourism: an experience in community based tourism in the Mapuche world, Tralcao, Southern Chile

**Christian Eduardo Henríquez Zuñiga, Marisela Pilquiman Vera,
Juan Carlos Skewes, Carlos Alberto Cioce Sampaio**

RESUMO

A revitalização de espaços e elementos simbólicos, conjuntamente a governança de territórios habitados é uma prioridade dos povos originários da América Latina, diante de uma história de repressão cultural. Estes, por sua vez, tentam conservar elementos próprios de sua cultura. Contudo, esse esforço não é tarefa fácil quando há o predomínio da cultura ocidental, pretensiosamente homogênea, com traços urbanos e materialistas. Os Mapuches se encontram em uma situação de precariedade no Chile, são discursivamente descontextualizados e desterritorializados. A problemática está dada pelas disputas e imposições sobre uso e acessos a recursos naturais, neste caso, a qualidade da água, o que altera e condiciona a cotidianidade da comunidade indígena. Neste contexto o presente trabalho objetiva dar conta de uma experiência na qual se procurou avançar na identificação e priorização das demandas da comunidade de Tralcao para respondê-las a partir de uma proposta de turismo de base comunitária (TBC). Metodologicamente, trabalhou-se com pesquisa-ação participante, a partir de oficinas e observações de campo. Realizou-se um transecto com estudantes do ensino médio que participam do Projeto Pré-Honra de Ecolíderes, universitários que compõem o Programa de Honra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano Sustentável, no âmbito da Universidade Austral do Chile, e membros da comunidade indígena de Tralcao. O transecto baseia-se na coleta de dados ao longo de uma caminhada de reconhecimento do território mediante observações sistemáticas sobre modos de vida e biodiversidade. O eixo articulador do turismo de base comunitária (TBC) se sustentou a partir da comunidade, convivialidade e cotidianidade mapuche, na qual se deseja conservar seus modos de vida e preservar a biodiversidade territorial, construindo de maneira solidária propostas de turismo como alternativa para resgatar, difundir e conservar o mundo mapuche. Não se deseja transformar comunidades em aldeias paradisíacas, no sentido de espetacularizá-las. O TBC pode ser utilizado como um arranjo pedagógico que melhor qualifica a educação ambiental, no sentido de formar cidadãos proativos, ao contrário de seres passivos, utilizando-se de trilhas interpretativas de paisagens naturais associadas a paisagens construídas.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de Base Comunitária; Comunidades Mapuche; Hospitalidade; Cotidianidade.

ABSTRACT

The revitalization of the symbolic spaces and elements, along with the governability of the inhabited territories, are a priority among the original peoples of Latin America who try retain their identity in the context of a history of cultural repression, who try to retain their identity. However, such an effort is far from easy under the hegemony of a Western culture that aims to impose homogeneity, materialism and urbanism to indigenous societies. The Mapuche live under a situation of vulnerability in Chile, discursively decontextualized and deterritorialized. The problem arises from the disputes and restrictions over access and use of natural resources, and, in this case, over the quality of water that conditions and modifies indigenous community everyday life. In this context, this paper informs about an experience through which it was aimed to create instances to identify, promote and prioritize the Tralcao community's claims, while generating new ways of inter and transdisciplinary knowledge to confront such claims including a proposal of community based tourism (CBT) as a practical engagement in the process. This experience was worked by means of participatory research and office work and field observations. With a group of high school and university students along with members of the local community, a transect was designed and studied. Participants of this experience were students of the Honors Program in environmental Studies of the Universidad Austral de Chile, the Pre-Honors Project of Eco Leaders, and the community of Tralcao. The transect consisted in the gathering of environmental information through a walk of recognition of the community territory about the ways of life and biodiversity. Community based tourism is inspired by hospitality, everyday life and sharing and it aims the conservation of local ways of life and the protection of biodiversity. It ambitions to design tourism as a strategy for rescuing, disseminating and conserving the Mapuche world. It avoids, however, the exhibition of such world as paradisiacal. The CBT may be used as a pedagogical method for providing environmental education, thus, contributing to the formation of citizens rather than passive individuals. In so doing, it recognizes the signals that are inscribed in the natural landscapes associated with the built environment.

KEYWORDS: Community Based Tourism; Mapuche Communities; Hospitality; Everyday Life.

Introdução

Tudo parece indicar que as discussões relacionadas ao uso, apropriação e transformação de territórios que tratam do patrimônio natural ou cultural tem progressivamente sensibilizado – embora minoritariamente - certos segmentos da sociedade planetária que prospectam alternativas de desenvolvimento onde se busca a simbiose entre conservação de modos de vida tradicionais e preservação da biodiversidade (HENRÍQUEZ; PILQUIMAN; SKEWES, 2011).

A revitalização de espaços e elementos simbólicos, conjuntamente a governança de territórios habitados é uma prioridade de povos originários da América Latina,

diante de uma história de repressão cultural.

Estes, por sua vez, tentam conservar elementos tangíveis e intangíveis próprios de sua cultura. Contudo, esse esforço não é tarefa fácil quando há o predomínio da cultura ocidental, pretensiosamente homogênea, com traços urbanos e materialistas.

No caso do Chile, a reivindicação de povos originários, e especificamente dos Mapuches, não é diferente desse quadro apontado, pois nem sempre suas demandas têm encontrado uma boa acolhida na sociedade chilena. Os Mapuches se encontram em uma situação de precariedade, são discursivamente descontextualizados e desterritorializados.

A cosmovisão mapuche sacraliza a relação dos seres humanos com a natureza reconhecendo nela a presença de seres guardiões que a protegem: os *ngen* e demais entidades (FOERSTER, 1993; GREBE, 1986, 1993-4, 2000). Os seres humanos devem obediência e respeito aos fenômenos naturais de maneira que não sofram com as consequências do manejo inapropriado (GREBE, 1993-4, 2000). A cosmovisão se encarna nos mitos e nas práticas rituais através das quais se conserva sua memória.

O valor principal que regula a relação com a natureza é a de respeito e reciprocidade: os seres humanos têm de pedir permissão aos diversos espíritos para se apropriar de seus recursos (ALONQUEO 1979; GREBE 2000). As ações desrespeitosas desagradam aos *Ngen* ou despertam na natureza suas forças para restabelecer a resiliência. As catástrofes são, neste sentido, a resposta da natureza a uma ação humana depredadora.

Os mitos, ritos e práticas propiciatórias inclusas na cosmovisão mapuche podem ser entendidas como um meio transcendental através do qual a humanidade se encarna na natureza, estabelecendo com ela um vínculo simbiótico (SKEWES *et al.*, 2011). Fecha-se assim o círculo de uma comunidade humana e não humana enraizada numa só e mesma totalidade.

Esse contexto faz surgir a problemática de que as disputas e imposições sobre uso e acessos a recursos naturais, no caso deste artigo, a qualidade da água, altera e condiciona a cotidianidade da comunidade indígena. O presente trabalho objetiva dar conta de uma experiência na qual se procurou avançar na identificação e priorização das demandas da comunidade de Tralcao para respondê-las a partir de uma proposta de turismo de base comunitária.

Tais discussões se contextualizam na temática do desenvolvimento sustentável onde é possível encontrar diferentes tipologias de turismo, como por exemplo, o turismo comunitário ou de base comunitária, que apostava na perspectiva intercultural para a inserção das economias comunitárias. Contudo não considera a economia o principal aporte e sim a valorização dos modos de vida tradicionais e preservação da biodiversidade (SAMPAIO, 2005; PILQUIMÁN; SKEWES, 2009; 2010).

As discussões que vem sendo feitas a atividade do turismo precisam ser melhores compreendidas, tais como: migração da população autóctone para áreas peri-

féricas, diante da venda de suas propriedades cotejadas pela especulação imobiliária ou por forâneos, descaracterização de modos de vida diante da atividade de trabalho e renda originada pelo turismo, além de outras. Neste sentido, surge uma abordagem denominada turismo de base comunitária (TBC), de inspiração interdisciplinar, que caminha rumo à transdisciplina, o que caracteriza o turismo como fenômeno humano, podendo sugerir uma abordagem simultaneamente preventiva e proativa.

Os problemas mais significativos contemporâneos não serão resolvidos de maneira disciplinar, isto é, por especialistas. Muitos se tornaram problemas exatamente por terem sido tratados de maneira unidisciplinar. O desafio do método interdisciplinar é desfazer o feitiço que se tem pela especialização. Enfim, é uma método de construção de conhecimento partindo de uma problemática/complexidade de ensino-aprendizagem/pesquisa/extensão que se deseja compreendê-la bem como resolvê-la, podendo inclusive criar novos campos de conhecimento (característica da transdisciplina) que até, então, não se faziam necessários ou que surgiram de conexões de disciplinas e de seus desdobramentos que ainda não existiam (CA-CiAmb, 2011).

De fato ao aprofundar o modelo de desenvolvimento e suas implicações quanto ao fenômeno turismo pode-se referenciar um modelo mais conservador, instalado predominantemente em territórios litorâneos, onde vale a lógica da máxima rentabilidade no menor espaço e tempo possível (CROSBY; PRATO, 2009). Sob esta perspectiva evidenciam-se aspectos que condicionam a sustentabilidade dos destinos turísticos, como capacidade de carga ou tolerância social, por exemplo, que raramente são considerados neste modelo. Assim como propõe Sampaio (2005), a lógica do modelo de turismo de massa se funda na privatização de lucros de curto prazo e socialização dos prejuízos socioambientais de médio e longo prazo, ocasionando discussões como as exemplificados anteriormente.

Metodologia

O artigo é produto do projeto Fondecyt F-1090465, “*Paisajes del Agua, Prácticas Sociales y Sustentabilidad en la Cuenca Hidrográfica del Río Valdivia*”, no qual uma equipe de professores, pesquisadores e estudantes vem trabalhando distintas comunidades que vivem às margens da bacia hidrográfica do rio Valdivia, Região dos Rios, Chile.

A metodologia empregada foi a pesquisa-ação participante, a partir de oficinas e observações de campo (GADGIL, 2000). Realizou-se uma caminhada ao longo de um transecto com 12 estudantes do ensino médio (2 homens e 10 mulheres) que participam do Projeto Pré-Honra de Ecolíderes e 20 universitários (11 homens e 9 mulheres) que compõem o Programa de Honra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano Sustentável, no âmbito dos cursos Filosofias do Desenvolvimento e Reflexões sobre a Sustentabilidade, ambos oferecidos pela Universidade Austral de Chile, e ainda com 10 membros da comunidade indígena de Tralcao (3 homens e 7 mulheres) (Tabela 1).

Tabela 1: Conformação da amostra participante.

Estrato	Mulheres	Homens	Faixa etária	Total
Estudantes de ensino médio (Pré- Honra)	10	2	16 a 18 anos	12
Curso Filosofias do Desenvolvimento	8	8	21 a 25 anos	16
Curso Reflexões sobre a Sustentabilidade	1	3	21 a 25 anos	4
Atores locais	7	3	30 a 60 anos	10
Total	26	16		42

Fonte: Os autores.

O transecto baseia-se na coleta de dados ao longo de uma caminhada de reconhecimento do território, mediante observações sistemáticas sobre modos de vida e biodiversidade. Isto é, na literatura específica do ecoturismo, trilha interpretativa. Através de conversas informais, vão se coletando dados empíricos que sustentam a pesquisa (SEIXAS, 2005). Posteriormente, se desenvolvem oficinas participativas onde se priorizam as informações coletadas no transecto e é a própria comunidade que problematiza.

Turismo e suas Interações

Quando se tenta construir uma crítica à atividade turística, geralmente, se tem como ponto de partida os conflitos que esta gera ao meio ambiente e/ou às relações sociais com as comunidades autóctones onde se desenvolve, conforme o padrão de racionalidade/ modernidade que pressupõe o turismo. No entanto, há um movimento de vanguarda, sob a denominação turismo de base comunitária (TBC), o qual herda o diálogo iniciado pelo Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), que comprehende o turismo como fenômeno humano.

A denominação TBC surge a partir de modalidades do turismo geralmente desenvolvidas no espaço rural/costeiro, conhecidas também pelos termos turismo cultural ou etnoturismo, ecoturismo e agroturismo, que a priori se mostram mais vanguardistas, no entanto, na maioria dos casos, são apropriadas pela lógica/racionalidade econômica (SAMPAIO, 2005; 2010). O etnoturismo, muitas vezes, é pensado sobre esta lógica quando é compreendido mais pela exóticidade, no sentido de espetacularização, do que pela autenticidade (SMITH, 1992). De fato, no cenário mundial o turismo cultural tem sido uma das alternativas mais privilegiadas para dinamizar economias locais, dado o interesse ou fetiche ao redor do autóctone que o consumidor de turismo possui, desejo de experimentar outra cotidianidade, ao invés das suas (PILQUIMÁN; SKEWES, 2009; 2010).

O turismo comunitário se apóia em três conceitos chaves (HENRÍQUEZ *et al.*, 2009): (a) comunidade; (b) convivencialidade; e (c) cotidianidade.

Comunidade

A palavra comunidade etimologicamente se apresenta com significado positivo. Comunidade é percebida como um lugar cálido e confortável. A comunidade, não obstante, está exposta a fissura e riscos associados ao posicionamento desigual de seus membros em relação do meio social. No entanto, os vínculos fundados na confiança protegem o grupo, promovendo um sentido de segurança baseado no pertencimento. Fora da comunidade existem muitos perigos. Tudo parece indicar que numa comunidade é possível encontrar a hospitalidade, e é neste sentido que se pode orientar propostas alternativas ao turismo convencional, tal como o turismo de base comunitária (BAUMAN, 2003).

Convivencialidade.

O conceito de convivencialidade pode ser entendido como uma relação social na qual há interesse de um sujeito pelo outro, pela busca da alteridade, pelo diferente, pela autenticidade, respeitando os modos de vida que lhe são próprios, independente se podem ser caracterizados como modernos ou antiquados. Há respeito pelos hábitos, modos de falar, cantar, dançar, comer, ou seja, pela cultura. A relação estabelecida entre os visitantes e os visitados supera a visão de negócio, o que possibilita estabelecer um diálogo intercultural, que resgata, reconstrói e promove a interconectividade entre cosmovisões que conjugam diferentes tipos de tecnologias - alta tecnologia com apropriadas -, saberes - científico com popular -, e culturas - ocidentalizadas com tradicionais (ILLICH, 1976; IRVING; AZEVEDO, 2002; CORIOLANO; LIMA, 2003; SAMPAIO, 2005). Ademais, a convivencialidade potencializa espaços socioprodutivos coletivos – não economicistas –, que podem ser chamados de ecossocioeconômicos, como, por exemplo, clubes ou feiras de trocas, plataformas de comércio justo).

Cotidianidade

Este conceito considera aspectos fundamentais das populações como é o uso do tempo e do espaço, as formas de organização do trabalho, o consumo de bens materiais e simbólicos, as formas e os meios de comunicação e tecnologias adotadas por essas populações em sua realidade cotidiana. Finalmente, contempla essas e outras mediações culturais que são importantes para o entendimento das culturas (LIMA, 2004).

A experiência de Tralcao

Tralcao é uma localidade cujo nome epistemologicamente deriva da expressão *tralkan*, que significa em *mapuzungun* (língua do povo Mapuche) lugar de trovões, ainda que seus habitantes tradicionalmente o traduzam como “escopeta”, provavelmente associado ao som que esta emite (SAMPAIO, 2010). Localiza-se no coração do Santuário da Natureza Carlos Anwandter, no município de San Jose de La Mariquina, há cinco quilômetros do aeroporto Pichoy, na Região dos Rios, Chile. A zona apre-

senta um complexo hidrográfico importante, destacando-se os rios Cruzes e Pichoy, que limitam com todo o território, e o rio Collimaico, pelo lado oeste, que atravessa de norte a sul a localidade, constituindo-se um referente hidrográfico secundário que outorga a esta a condição de ilha.

Historicamente esta foi uma zona de intenso trânsito comercial, tanto por via terrestre como fluvial. Parte importante das comunicações e expedições comerciais da população costeira do norte da província de Valdivia transitavam a cavalo para o rio Cruzes e depois em embarcações para chegar a Valdivia, onde se faziam as operações comerciais.

Figura 1: Mapa de localização geográfica da comunidade.



Fonte: Escaner Cultural: Revista Virtual de Arte Contemporáneo y Nuevas Tendencias, Año 8, n. 88, 2006.

A população de Tralcao se manteve durante o século vinte como um enclave agrícola cuja população combinava diversos cultivos, incluindo árvores frutíferas, junto a uma pecuária menor para a subsistência. No ano 2005, a comunidade de Tralcao estava esperançosa pelo desenvolvimento do ecoturismo, iniciativa que beneficiaria a oitenta famílias através do Projeto Fortalecimento da Identidade Cultural, Melhoramento da Gestão Ecoturística e Habilitação em Inovação Tecnológica para o uso Sustentável dos Recursos Naturais, vinculado ao Programa Ecorregião Os Lagos Sustentáveis, que levava adiante um processo de Agenda Local 21 na região. O núcleo cen-

tral da proposta turística se propôs em relação à existência de uma grande variedade de avifauna no Santuário, representada emblematicamente pelo cisne de pescoço preto (*Cygnus melancoryphus*). A construção de um mirante para aproveitar a vista das espécies que o habitam marca, desde o ponto de vista da identidade, a relação que a população local tem com o sistema fluvial. No entanto, ao momento de iniciar a implementação do projeto, houve uma contaminação das águas subterrâneas e superficiais do território², gerando uma série de dificuldades para a comunidade (SAMPAIO, 2010; HENRÍQUEZ *et al.*, 2009; SKEWES *et al.*, 2011).

Na atualidade Tralcao conta com uma população estimada entre 350 e 400 habitantes, o que corresponde aproximadamente a 110 famílias. O índice de etnicidade indica que maioria da população está adscrita à etnia *mapuche-huillche*. As atividades produtivas principais correspondem a economias de subsistência. A comunidade conta com uma escola que oferece ensino fundamental de 1º ao 6º ano básico, com aproximadamente 15 alunos. Sua sede fica junto a associação de moradores e indígena.

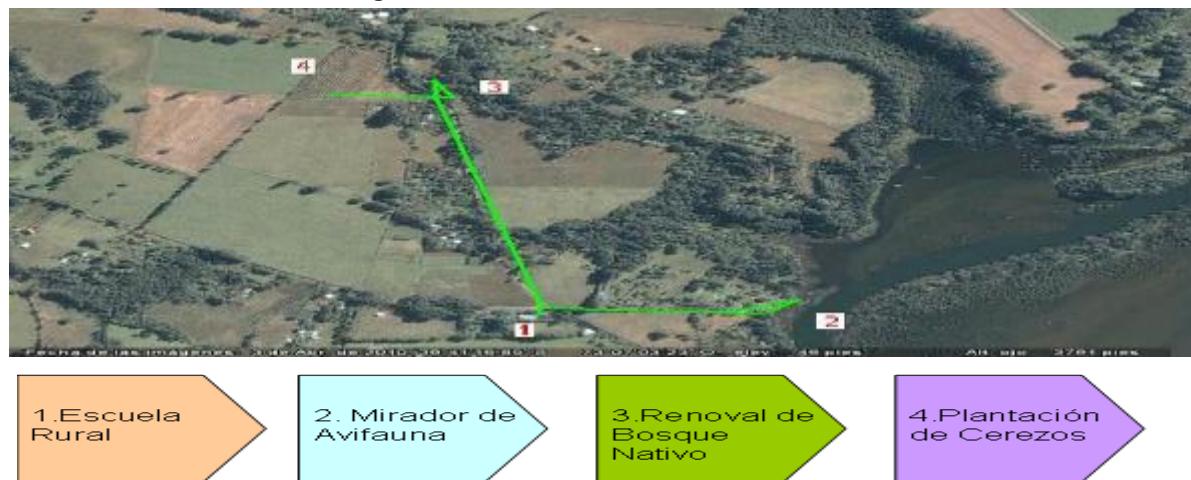
A comunidade de Tralcao continua, todavia, com um modo de vida intimamente associado à terra e sua biodiversidade, que lhes conecta com um mundo de ciclos, de tempos de espera e de colheita, em que a identidade se constrói comunitariamente. Atualmente, é difícil encontrar na comunidade indígena de Tralcao Mapu elementos culturais considerados puramente *mapuche-huillches*. No entanto, foram redefinidos historicamente elementos próprios e inovações incorporadas às suas práticas, como o uso da medicina natural, a reutilização de algumas tecnologias apropriadas e comidas adaptadas aos cultivos tradicionais. O turismo aparece como uma atividade que congrega associativamente a um grupo da comunidade que observa no turismo uma oportunidade de gerar além de trabalho e renda, reafirmar sua identidade, inclusive, durante os últimos anos se criou "a festa da cereja", principal evento que congrega a diferentes atores da comunidade e visitantes.

Convivencialidade e cotidianidade: intercâmbio de saberes, ensinos e aprendizagens em Tralcao

O trabalho aqui descrito retoma ações empreendidas durante o ano de 2005, período em que se realiza a primeira aproximação e trabalho conjunto entre a comunidade de Tralcao e estudantes do PHMA/UACH, junto com estudantes de Antropologia e Turismo.

Como se explica na metodologia realizou-se um percurso a partir do transecto. O percurso incluiu pontos turísticos que a comunidade considera como atrativos, na ocasião que se tem visitantes. Durante o percurso (Figura 2), mencionaram-se problemas, projetos e atividades em curso na comunidade.

Figura 2: O sentido do transecto realizado.

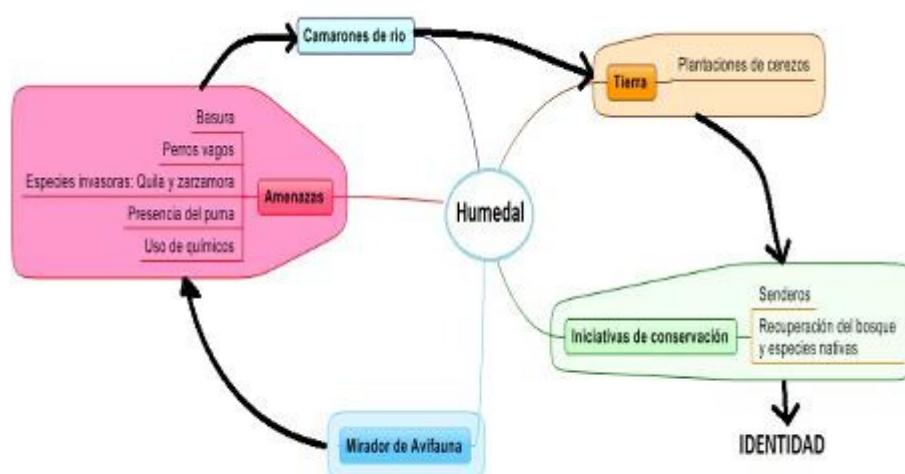


Fonte: Henríquez e Castillo (2011).

Durante o percurso relata-se a situação inicial traumática, a tragédia ambiental produzida pelo desaparecimento dos cisnes de pescoço negro, até então o principal atrativo paisagístico da localidade. Inclusive, o mirante de avifauna foi construído para observar tais pássaros, espécies raras e encontradas nos ecossistemas da região, e que em decorrência da tragédia viria a ser subutilizado. A partir de então, houve a procura de uma nova identidade, onde a paisagem bem como as práticas sociais e cotidianas pudessem ser valorizadas.

O transecto realizado demonstra uma intenção subjacente, que pode ser ilustrado pela Figura 3.

Figura 3: Fluxo do Transecto.



Fonte: Os autores.

A intenção da trilha ecológica proposta, segundo os princípios do turismo de base comunitária, é transmitir com linguagem própria a dinâmica sistêmica da biodiversidade existente no território, podendo-se valer de uma oficina de educação ambiental, propiciado pela prática do ecoturismo. Os visitantes, geralmente professores, pesquisadores, estudantes universitários e simpatizantes com a sociobiodiversidade, são potencialmente formadores de opinião. Estes além de vivenciarem uma experiência de bem estar pessoal, tomam contato com a fragilidade da sociobiodiversidade quando esta é ignorada e, por sua vez, acabam se interessando pelo movimento para a conservação dos modos de vida tradicionais e preservação da biodiversidade no território mapuche.

Grupos de trabalho

Frente aos problemas identificados e priorizados junto à comunidade, se organizaram seis grupos de trabalho (GTs). Durante uma manhã cada um destes grupos discutiu possíveis alternativas que poderiam ser implantadas na comunidade de Tralcao em resposta aos principais problemas identificados. Posteriormente, se apresentou a proposta de cada GT e partiram para a execução, descritas a seguir. Os projetos se realizaram no período de outubro a dezembro de 2010.

Melhoramento do Mirante de avifauna

Este grupo de trabalho (GT) esteve composto por estudantes de kinesiología, jornalismo, engenharia em conservação de recursos naturais e arquitetura. Como o título do projeto sugere, o objetivo do trabalho realizado se centrou na melhora do mirante de avifauna, próximo do porto de Tralcao, localizado na comunidade na borda do rio Pichoy. O mirante de avifauna está localizado em parte no Santuário da Natureza Carlos Adwanter que sofreu diretamente com as consequências da contaminação ambiental. A atividade que se desenvolve promove a tomada de consciência dos visitantes de como projetos de caráter antrópico, com finalidade privada, coloca em risco a natureza quando não se tem um estudo complexo de impacto ambiental.

Melhoramento da sinalização e habilitação de uma área para picnic

Este GT esteve composto por estudantes de *kinesiología*, ciências biológicas, antropologia e engenharia em obras civis. Este trabalho se realizou em sincronia e complementarmente com o descrito anteriormente. Teve como objetivo melhorar a sinalização existente na comunidade com o fim de orientar e guiar melhor aos visitantes quando estes estão na comunidade. Instalou-se um letreiro na localidade com a impressão *Bem-vindos a Tralcao*, em espanhol e *mapudungun* - devido às raízes *mapuche-huilliche* que caracterizam aos habitantes do lugar. Implantou-se também, contíguo ao mirante, uma mesa e assentos que permitem os visitantes realizarem *picnics*.

Elaboração de uma logomarca de Tralcao

Este GT esteve composto por estudantes de antropologia, arquitetura e educação física. O GT realizou uma recompilação icônica que permitiu unificar elementos que resultassem de maior representatividade por parte da própria comunidade. Desta

maneira este trabalho possibilitou que o GT conhecesse elementos da identidade que os participantes da comunidade reconhecem como simbólicos e com os quais se trabalhou na elaboração de um pictograma que pudesse ser utilizado como logo “imagem” da comunidade de Tralcao, conforme ilustra a Figura 4. O GT pôde identificar os elementos iconográficos dos quais destacam a cereja – tema da principal festa na localidade, o Santuário da Natureza Carlos Adwanter, o cisne de pescoço negro (*Cygnus melancoryphus*), a água e o fogão mapuche.

Figura 4: Logo de Tralcao.



Fonte: Cuevas *et al.* (2010).

O fogão mapuche ou *kutralwe* localiza-se no centro de uma ruca (habitação mapuche)³, construído a partir de arranjos de pedras no chão (tal como se conhece no Brasil por fogo de chão), onde se faz o fogo para cozinhar, reunir a família e esquentar-se nos dias de inverno. No entanto, há um significado cultural singular. O fogão é o centro da vida familiar cotidiana mapuche. Ao amanhecer, em torno do fogo, se narram os sonhos. A fumaça é o vínculo trascendental que dissolve a má sorte e assegura a energia positiva. Dado a intensa congregação ao redor do fogo, a experiência fica gravada na memória dos mapuches, constituindo-se um rito ontológico de união e de pertencimento ao território (CHIHUAILAF 1999; COLIPÁN 2003).

Implantação de uma área para “compost”

Especificamente este trabalho contou com a participação de estudantes de antropologia, pedagogia, língua Inglesa e jornalismo. A compostagem pode ser entendida como um processo de produção de adubo orgânico, chamado *compost*, originado da decomposição da matéria orgânica, proveniente de alimentos e refugos de animais que colocados num recipiente (composteira), na qual se adiciona folhas de árvores, e com umidade adequada se obtém, depois de três meses, adubo orgânico que pode ser utilizado como fertilizante.

Proposta de lixeiras a partir de garrafas plásticas?

A proposta de construção de lixeiras esteve a cargo de um GT composto por estudantes do ensino médio, originados de diferentes colégios do município de Valdivia. O projeto surge a partir de um dos problemas encontrados na comunidade, que é a acumulação de lixo em alguns pontos. Surge assim a ideia deste GT que elabora e propõe à comunidade um protótipo de lixeiras circulares feitos com garrafas plásticas, tecido e arame.

Proposta de Vídeo Promocional

Por último, resultado de um GT composto por estudantes do ensino fundamental, assistidos por um antropólogo, no qual se realizaram visitas de campo para colher informações, imagens e sons de maneira que pudesse criar um vídeo promocional. A posteriori, trabalharam na sua edição final.

Considerações Finais

O caso de Tralcao, pequena localidade imbricada no Santuário da Natureza do Rio Cruzes, na Região dos Rios, ao sul de Chile, é um caso eloquente no qual cursos de água são o marco de um conflito de interesses.

O Santuário da Natureza Carlos Andwanter é parte da bacia do rio Valdivia e corresponde a um mangue cujas águas e suas bordas serviram para a reprodução do cisne de pescoço negro (*Cygnus melancoryphus*), ave emblemática da zona e que gerou expectativas na população local para prática de um ecoturismo de interesse especial nesta espécie, alternativa vislumbrada a partir de uma Agenda 21 local consensualizada, que possibilitou a melhora da qualidade de vida para a população local. No entanto, a partir de uma tragédia ambiental que pôs fim ao ciclo reprodutivo desta espécie emblemática se viu interrompido tal possibilidade.

Contudo, a partir desse cenário negativo, o eixo articulador do turismo de base comunitária (TBC) se sustentou a partir da hospitalidade e cotidianidade indígena, na qual se deseja conservar seus modos de vida e preservar a biodiversidade territorial, construindo de maneira solidária propostas de turismo como alternativa para resgatar, difundir e conservar o mundo mapuche. O caso de Tralcao ilustra como atividades socioprodutivas da comunidade Mapuche, tradicionais ou não, impactam socioambientalmente, sobretudo a partir das paisagens que circundam a bacia hidrográfica, e como esta relação pode servir pedagogicamente para um projeto de educação ambiental, traduzido numa proposta de TBC, no qual tem como principal atrativo a cosmovisão mapuche.

O TBC se vale de três princípios complementares - comunidade, convivialidade e cotidianidade. O primeiro resgata o sentido de vizinhança, o segundo de alteridade e o terceiro de território. Ao mesmo tempo não se deseja transformar comunidades em aldeias paradisíacas, no sentido de espetacularizá-las, para agradar visitantes. O TBC pode ser utilizado como um arranjo pedagógico que melhor qualifica a educação ambiental, no sentido de formar cidadãos proativos, ao contrário de seres passivos, utilizando-se de trilhas interpretativas de paisagens naturais associadas a paisagens construídas.

A educação ambiental nestes moldes privilegia uma convivência respeitosa entre culturas, no sentido filosófico de alteridade, no qual se possa compreender um modo de vida, de produção e de conhecimento melhor quando se passa a conhecê-los. Contrário à perspectiva da cultura dominante na ocasião que se propõe e atua como se tivesse muito a ensinar e que os dominados muito a aprender.

A partir deste trabalho, sugere-se que o enfoque do TBC pode ser aplicado, inclusive, em tipologias convencionais de turismo, nas quais querem se ajustar sob o signo de turismo comunitário, solidário e sustentável, no qual a inclusão e responsabilidade socioambiental potencializa a imagem associada ao destino turístico que se deseja adequar.

Referências Bibliográficas

- ALONQUEO, M. **Instituciones religiosas del pueblo mapuche**. Santiago: Nueva Universidad, 1979.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CA-CiAmb - Comitê de Área em Ciências Ambientais / Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES)/Ministério da Educação. **Documento de área da CA-CiAmb** (versão preliminar), Brasília, 2011. prelo
- CASTILLO, Y.; HENRIQUEZ, C.; SKEWES, J.C. Co-inspirando en desarrollo y sustentabilidad desde los indicadores socioambientales participativos. **Anales** del Coloquio Colonialidad/decolonialidad del poder saber: miradas desde el sur. Universidad austral de Chile, 2011.
- CHIHUILAF, E. **Recado confidencial a los chilenos**. Santiago: LOM, 1999.
- COLIPÁN, B. Identidades, memoria y alegorías. In: MONTECINO, S. **Revisitando Chile**: identidades, mitos e historias. Santiago: Publicaciones del Bicentenario, p. 457-462. 2003.
- CORIOLANO, L. N.; LIMA, L. C. (org.). **O turismo e a relação sociedade-natureza**. Fortaleza: EDUECE, 2007.
- CROSBY, A.; PRATO, N. Fundamentos y retos del turismo rural. In: CROSBY, A. (ed.) **Re-inventando el turismo rural**. Barcelona: Laertes S.A, 2009.
- CUEVAS, R.; HERRERA, C.; HUENCHULEO, V.; Lefian, A. En búsqueda de una proyección simbólica para Tralcao. **Trabajo de conclusión del curso** Filosofías del Desarrollo: de la crítica a las ideas y de las ideas a la práctica, Programa de Honor en medio Ambiente y Desarrollo Universidad Austral de Chile. Segundo semestre, 2010.
- FOERSTER, R. **Introducción a la religiosidad Mapuche**. Santiago: Universitaria, 1993.
- GADGIL, M. Participatory local level assessment of life support systems: a methodology manual. Centre for Ecological Sciences. Indian Institute of Science. **Technical Report**, n. 78, apr., 2000.

GREBE, M. E. Algunos paralelismos en los sistemas de creencias mapuches: los espíritus del agua y de la montaña. **Cultura-Hombre-Sociedad** III (2): 143-154, 1986.

GREBE, M. E. El subsistema de los ngen en la religiosidad Mapuche. **Revista Chilena de Antropología**, 12: 45-64, 1993-4.

GREBE, M. E. Relaciones hombre-naturaleza en la cultura Mapuche. Los Ngen: sus implicancias y proyecciones socioculturales. In: IX Jornada de Alternativas Religiosas en América Latina, Buenos Aires, 2000. **Anales** ..., Buenos Aires, 2000.

HENRÍQUEZ, C.; SAMPAIO, C.; LYON, V.; OYARZÚN E. Turismo comunitario y sustentabilidad en Tralcao, Mariquina (Chile): interconectando preservación ambiental, gestión ecoturística y fortalecimiento de la identidad cultural en una experiencia de agenda local 21. **Anuario Turismo y Sociedad**, n. 10, p. 17-29, 2009.

HEMRIQUEZ, C.; PILQUIMAN, M.; SKEWES, J. C. Turismo comunitario o de base comunitaria: una experiencia alternativa de hospitalidad vivida en el mundo mapuche. Tralcao sur de Chile. In: VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 02 e 04 de outubro de 2011 — UNIVALI — Balneário Camboriú/SC. **Anais** ..., Balneário Camboriú, 2011.

ILLICH, I. **A convivencialidade**. Lisboa: Europa-América, 1976.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo. Editora Futura, 2002.

LIMA, C. M. D. de. O imaginário sobre o trabalho e suas representações no cotidiano dos comerciantes do mercado público em Pernambuco. **Ciências & Cognição**, v. 3, pp. 10-20, 2004.

PILQUIMÁN V., M.; SKEWES V., J. C. Los paisajes locales y las encrucijadas del etnoturismo: Reflexiones a partir de los proyectos turísticos de comunidades indígenas de la Región de los Lagos en Chile. **Cuadernos de Turismo**, n. 24, p. 169-191, 2009.

PILQUIMÁN V., M.; SKEWES V., J. C. Relatos en torno al etnoturismo: La comunidad indígena de Choroy-Traiguén, Provincia de Osorno, y sus proyectos de desarrollo. **Revista Líder**, n. 16, p. 105-124, 2010.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para se pensar a socioeconomia. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SAMPAIO, C.. A. C. (Org.). **Gestão que privilegia uma outra economia**: ecossocioeconomia das organizações. Blumenau: EDIFURB, 2010.

SEIXAS, C. S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. In: VIEIRA, P. F. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. (Org.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

SKEWES, J. C.; GUERRA, D.; HENRÍQUEZ C.; PILQUIMAN, M. Culturas originarias y turismo: espacios interdisciplinarios e interculturales para la recuperación del paisaje en el mundo mapuche (Tralcao, Sur de Chile). II Congreso Internacional de Gestión Cultural. Mar del Plata, 25 - 27 de agosto de 2011. **Anales**. Mar del Plata, 2011.

SKEWES, J. C.; GUERRA, D.; ROJAS, P.; MELLADO M. ¿La memoria de los paisajes o los paisajes de la memoria? Los enigmas de la sustentabilidad socioambiental en las geografías en disputa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 23: 39-57, 2011.

SMITH, V. **Anfitriones e invitados**. Madrid: Endymion, 1992.

UACH, UNIVERSIDAD AUSTRAL DE CHILE. **Primer informe de avance**: estudio sobre el origen de mortalidad y disminución poblacional de aves acuáticas en el santuario de la naturaleza Carlos Anwardter, en la provincia de Valdivia. Convenio Complementario Específico n. 1210 - 1203/2004-11-14, 15/diciembre/2004, Dirección Regional CONAMA X Región de Los Lagos. Valdivia: UACH, 2005.

Notas

¹Este trabalho é resultado do projeto do Fondo Nacional (Chile) de Desarrollo Científico y Tecnológico (Fondecyt) 1090465: "Los paisajes del agua".

²Muitos cisnes morreram lentamente de fome devido a redução do *luchecillo* (*Egeria densa*), fonte principal de sua alimentação, devido às altas concentrações de sulfato evacuadas por uma indústria de celulose que fez diminuir o bicarbonato de cálcio necessário para que se obtenha dióxido de carbono [CO₂], o que permite realizar a fotossíntese (UACH, 2005).

³Na floresta ao lado de um curso d'água, os mapuches construíam suas habitações. Estas eram chamadas de rucas, ranchos de telhado de palha. Não tinham janelas. A porta estava orientada para a saída do sol, desta forma se determinava e controlava o tempo e o movimento deste no percurso de um ano (CHIHUILAF 1999; COLIPÁN 2003).

Agradecimentos

* Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

* Aos e as estudantes do curso Filosofia do Desenvolvimento (2º Semestre 2010) do Programa de Honra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano Sustentável da Universidade Austral de Chile (PHMA-UACH).

Christian Eduardo Henríquez Zuñiga: Universidade Austral de Chile, Santiago, Chile.
Email: christianhen@gmail.com
Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4912018813956067>

Marisela Pilquiman Vera : Universidade Autônoma de Madrid, Madrid, Espanha.
Email: mariselapilquiman@yahoo.com

Juan Carlos Skewes: Universidade Alberto Hurtado, e Universidade Austral de Chile, Santiago, Chile.
Email: skewes.juancarlos@gmail.com
Link para o currículo: <http://www.conicyt.cl/bases/fondecyt/personas/2/7/27368.html>

Carlos Alberto Cioce Sampaio: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, e Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, Brasil.
Email: carlos.cioce@gmail.com
Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9034603212802471>

Data de submissão: 21 de outubro de 2011

Data de recebimento de correções: 25 de janeiro de 2012

Data do aceite: 27 de janeiro de 2012

Avaliado anonimamente



Caminhadas interpretativas e conhecimento popular sobre plantas medicinais como forma de Educação Ambiental

Interpretive walks and medicinal plants popular knowledge as an Environmental Education strategy

**João Luiz de Moraes Hoefel, Nayra de Moraes Gonçalves,
Almerinda Antonia Barbosa Fadini**

RESUMO

O processo educativo é um instrumento primordial para entender a complexidade dos problemas ambientais e para propor e executar soluções para estas questões. A interpretação ambiental vem se consolidando como um importante procedimento educacional, possibilitando a transformação de atitudes e posturas, as quais podem contribuir para a formação de uma sociedade mais integrada à natureza. Dentre os métodos disponíveis para a realização de atividades de interpretação ambiental destacam-se as caminhadas interpretativas, instrumento pedagógico que visa possibilitar ao indivíduo relacionar-se com o meio, e serem realizadas em momentos de lazer. Desta forma o presente trabalho, que integra o Projeto de Pesquisa FAPESP 2008/10631-0 - *Pharmácia do Mato - Transformações Socioambientais e Uso de Plantas Medicinais*, tem como objetivo apresentar caminhadas interpretativas com foco no conhecimento e uso popular de plantas medicinais que vêm sendo realizadas na Área de Proteção Ambiental Fernão Dias/MG (APA Fernão Dias). Esta APA apresenta uma expressiva população rural e significativos remanescentes de Mata Atlântica, utilizados como fontes de plantas para uso medicinal, mas nas últimas décadas vem passando por um intenso processo de alterações socioambientais. A caminhada interpretativa, que utiliza a técnica guiada, está sendo desenvolvida em Camanducaia/MG e visa demonstrar a utilidade das plantas na medicina popular e sensibilizar os participantes quanto à importância da conservação ambiental. A caminhada foi testada com um grupo inicial de moradores, alunos de pós-graduação e turistas que avaliaram positivamente seus diferentes aspectos e no momento encontra-se em uma fase mais ampla de divulgação. Observa-se a partir da prática que a utilização de plantas medicinais está intimamente relacionada à identidade cultural da população local e que a manutenção deste conhecimento é essencial, já que pode orientar o manejo e possibilitar a conservação das áreas naturais, bem como compor propostas de educação ambiental que auxiliem na sustentabilidade socioambiental da área.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Caminhadas Interpretativas; Plantas Medicinais.

ABSTRACT

The educational process is an essential tool to understand the complexity of environmental problems and to propose and implement solutions to these issues. The environmental interpretation has been used as an important educational procedure, enabling the transformation of attitudes and values, which can contribute to the formation of a society more integrated with nature. Among the methods available to carry out activities of environmental interpretation we can highlight the interpretive walks, an educational tool that aims to enable the individual to relate himself with the environment and that can be accomplished in a moment of leisure. Thus the present work, part of the Research Project FAPESP 2008/10631-0 – Pharmacia do Mato - Social and Environmental Transformations and Use of Medicinal Plants, aims to present interpretive walks with a focus on the popular knowledge and use of medicinal plants that has been realized in the Fernão Dias Environmental Protected Area/MG (Fernão Dias EPA). This EPA has both a significant rural population and remnants of Atlantic Forest used as sources of plants for medical use, but in recent decades has undergone an intense process of socioenvironmental changes. The interpretive walk, which uses a guided technique, is being developed in Camanducaia/MG and aims to demonstrate the usefulness of plants in popular medicine and educate participants on the importance of environmental conservation. The walk was tested with a group of residents, graduate students and tourists who positively evaluated its different aspects and is currently in a stage of wider advertising. It is observed from the practice that the use of medicinal plants is closely related to the cultural identity of the local population and the maintenance of this knowledge is essential because it can contribute both to the management and enable the preservation of natural areas, as well as support environmental education proposals that assist socioenvironmental sustainability.

KEYWORDS: Environmental Education; Interpretive Walks; Medicinal Plants.

Ecoturismo, Educação e Interpretação Ambiental

Apesar das amplas discussões sobre as questões ambientais serem recentes, as civilizações humanas vêm historicamente transformando o ambiente em que vivem de acordo com suas necessidades e desejos. Estas alterações possibilitam prosperidade e avanço para algumas sociedades, mas ao mesmo tempo geram sérias desigualdades e problemas socioambientais o que têm estimulado estudos que aprofundem o conhecimento sobre as relações ser humano/natureza, na busca por soluções para diversos aspectos já identificados da problemática do meio ambiente (GUHA, 2000).

A crise ambiental tem determinado um questionamento dos valores da sociedade contemporânea e aponta para a necessidade de uma profunda reorientação nos modos socialmente construídos de conhecer e se relacionar com a natureza. Esta situação tem estimulado a busca e implantação de diferentes estratégias que auxiliem na resolução dos problemas já detectados, e dentre elas, podemos destacar as ativi-

dades de Educação Ambiental (EA).

A Educação Ambiental num processo interdisciplinar tem procurado apontar caminhos que possibilitem uma revisão e transformação dos valores que regem a ação humana e uma maior compreensão das dinâmicas históricas e socioambientais. Dentro as medidas que vêm sendo adotadas para alcançar esta proposição, destaca-se a interpretação e releitura dos processos históricos e sua incorporação em propostas de ação.

Através de estratégias de Educação Ambiental é possível identificar e reconhecer processos sociais e naturais a partir dos lugares onde estes são produzidos. Isto exige a interpretação e valorização da história do lugar, bem como a caracterização das alterações sócio-culturais e ambientais no decorrer do tempo.

Na visão de Novo (2002), um dos grandes erros da tecnociência tem sido o estabelecimento de regras e projetos gerais que ignoram, na maioria dos casos, as peculiaridades específicas dos contextos geográficos e culturais, contribuindo para a devastação da diversidade ecológica e cultural. A fragilidade e vulnerabilidade de cada ecossistema só podem ser definidas corretamente se forem consideradas suas especificidades ecológicas, seus desenvolvimentos históricos e suas características culturais.

Dentre os conceitos existentes para o termo Educação Ambiental, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992) considera que a mesma:

É um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isso requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário. (...) A Educação Ambiental deve gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida (VIEZZER; OVALLES, 1994, p. 29).

Considera-se que a Educação Ambiental é um processo de ensino aprendizagem para o exercício da cidadania, da responsabilidade social e política, cabendo a ela a construção de novos valores e novas relações sociais dos seres humanos com a natureza, e da melhoria da qualidade de vida para todos os seres vivos (PHILIPPI JR; PELICIONI, 2002). A Educação Ambiental para Sauvé (2005) representa a busca por uma educação que esteja pautada na conservação e preservação ambiental através da construção de novos valores, atitudes e percepções, bem como na visão ampla e

sistêmica do meio ambiente. Para Luzzi (2005) a solução dos problemas ambientais não se encontra apenas na gestão dos recursos naturais e na incorporação das externalidades ambientais, mas também através da mudança de pensamento e sentimento em relação à natureza. O autor enfatiza que a EA “*marca uma nova função social da educação, é responsável pela transformação da educação como um todo, em busca de uma sociedade sustentável*” (p.399).

O processo educativo vem consolidando-se como uma ferramenta para entender a complexidade dos problemas ambientais e propor e executar soluções para estas questões. Por problemas ambientais entende-se não apenas os conflitos gerados entre pessoa(s) e natureza, mas também aqueles gerados entre pessoa(s) e pessoa(s), numa perspectiva de que não é a natureza que está em crise, mas sim as bases nas quais a maior parte das sociedades atuais se mantém (LEFF, 2003).

A interpretação é um importante instrumento educacional, já que através da mesma é possível promover a transformação de atitudes e posturas que contribuem para a formação de uma sociedade mais integrada à natureza. Para Tilden (1957 *apud* PEREIRA, 2004) a interpretação é uma atividade educacional que tem por objetivo revelar significados e relações presentes no ambiente que possibilitam uma experiência profunda.

Pagani (1996, p.154) caracteriza a interpretação ambiental como

(...) uma técnica didática, flexível e moldável às mais diversas situações, que busca esclarecer os fenômenos da natureza para determinado público alvo, em linguagem adequada e acessível, utilizando os mais variados meios auxiliares para tal.

Segundo Pereira (2004) a interpretação pode ser entendida como um processo de comunicação que explica ao público o significado do local visitado, com o intuito de proporcionar uma visita agradável, melhor entendimento da cultura ou meio ambiente e sensibilização quanto à conservação dos mesmos.

Neste sentido, a interpretação pode ser diretamente relacionada ao ecoturismo, visto que, de acordo com o documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, o mesmo deve abranger o conhecimento da natureza, a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais e a promoção do desenvolvimento sustentável, definindo a referida atividade como

o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p.19).

Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2008) o ecoturismo possui uma pro-

posta de contemplação e conservação da natureza, possibilitando interação e experimentação da mesma de forma sustentável.

Devido à existência de muitas terminologias para definir uma atividade semelhante, não há um consenso geral acerca do conceito da mesma, contudo, entre as definições para o termo ecoturismo estão sempre presentes as seguintes características: conservação ambiental, Educação Ambiental e benefício às comunidades locais (FACO; NEIMAN, 2010; FENNELL, 2002; BRASIL, 2008). Entretanto há conflitos práticos e conceituais acerca do mesmo, já que corresponde a uma atividade econômica.

Para Neiman (2008) o ecoturismo no Brasil é uma atividade controversa, pois enquanto os especialistas o entendem como a melhor alternativa para conciliar conservação, Educação Ambiental e benefícios à comunidade, ainda é uma atividade que funciona “à mercê da lógica do mercado”. Neiman e Rabinovici (2008) consideram que a possível escassez dos bens naturais despertou nos indivíduos a urgência em conhecer determinados atrativos antes que os mesmos se esgotem, o que os transformou em produtos e atraiu mercados.

É importante destacar que o ecoturismo, como qualquer atividade, pode produzir impactos positivos ou negativos, contudo esses efeitos são potenciais, isto é, dependem do modo como o mesmo é planejado, implantado e monitorado. Se desenvolvido de forma adequada, pode ser uma alternativa sustentável de, ao mesmo tempo, explorar e conservar os recursos naturais, oferecendo experiências autênticas, proporcionando uma vivência com novas culturas e ambientes.

Sanders (2004) acredita que os defensores do ecoturismo como atividade econômica frequentemente exageram seus benefícios e ignoram o fato de que os recursos utilizados na atividade ecoturística poderiam ser utilizados para produzir outros bens e serviços e também gerariam renda e oportunidades. Por outro lado, o autor salienta que em geral os críticos de ecoturismo exageram seus impactos potenciais adversos e ignoram o fato de que, na ausência do mesmo, provavelmente alguma outra forma de atividade econômica ocorreria naquela área, o que também poderia gerar impactos danosos.

Por outro lado alguns autores (GEERDINK; NEIMAN, 2010; DIAS, 2003) apontam que o ecoturismo pode ser um instrumento para a Educação Ambiental, já que sua prática favorece o contato com a natureza e permite a reflexão. “*A experiência de turismo (...) em meio ao mundo natural ajuda a refletir sobre os comportamentos de cada indivíduo e a desenvolver um pensamento crítico em relação à sociedade na qual está inserido (...)*” (GEERDINK; NEIMAN, 2010, p. 68).

Através da interpretação dos aspectos naturais e culturais de determinada localidade, busca-se despertar os recursos sensoriais e a criticidade do visitante, através de um processo que envolve a revalorização dos lugares e a compreensão da linguagem da natureza (LIMA *et al.*, 2003).

Dentre os métodos disponíveis para a realização de atividades de interpretação

ambiental destacam-se as caminhadas interpretativas, instrumento pedagógico que pode possibilitar ao indivíduo relacionar-se com o meio, e ser realizada em um momento de lazer.

Guimarães (2008) salienta que as trilhas interpretativas são atividades “*formativas e informativas que provocam novos processos de adaptação e assimilação relativos ao desenvolvimento de experiências e conhecimentos relacionados ao meio ambiente (...)*” (GUIMARÃES, 2008, p. 67).

As trilhas de interpretação ambiental compreendem um percurso geralmente feito a pé, por caminho já existente e definido previamente, em local que favoreça a observação de aspectos do ambiente natural ou antrópico (SAUL *et al.*, 2002). Esta técnica tem como objetivo principal estimular nos participantes a percepção e gerar a integração entre o homem e a natureza. Vasconcellos (1997) aponta que a utilização de técnicas interpretativas contribui para a compreensão de fatos que estão além das aparências, como leis naturais, interações, história ou mesmo aspectos visíveis que não são comumente percebidos. E, segundo Neiman e Rabinovici (2008) o contato com a natureza oferece a oportunidade de vivenciar emoções e resgatar sentimentos que foram esquecidos durante o processo de desenvolvimento da sociedade.

Uso de plantas medicinais

A deterioração dos ecossistemas, a heterogeneidade dos problemas de saúde, o crescimento desordenado das cidades são exemplos de situações em que a crescente complexidade social demanda novas formas de enfrentamento científico e tecnológico, para propiciar-nos uma melhor qualidade de vida (BUTTEL, 2000).

A degradação ambiental, a contaminação de trabalhadores e consumidores, as doenças ocupacionais e mortalidade – frequentemente invisíveis no conjunto das estatísticas de saúde - são coletivamente absorvidas pela sociedade e pelos sistemas públicos de saúde e muitas vezes exigem que as pessoas recorram a soluções e práticas tradicionais (BARBOSA; HOEFFEL, 2008).

Neste contexto o conhecimento sobre plantas medicinais simboliza muitas vezes o único recurso terapêutico de muitas comunidades e grupos étnicos. O uso de plantas no tratamento e na cura de enfermidades é tão antigo quanto a espécie humana (LEWINGTON, 1990) e, ainda hoje, nas regiões mais pobres do país e até mesmo nas grandes cidades brasileiras, plantas medicinais são comercializadas em feiras livres, mercados populares e cultivadas em quintais residenciais (MACIEL *et al.*, 2002).

Entretanto, o aumento no uso de plantas medicinais tem segundo diversos autores (MARIOT; REIS; DI STASI, 2000; AZEVEDO; SILVA, 2002; CUNHA, 2003), aumentado a pressão ecológica exercida sobre esses recursos naturais. Assim, tanto o valor econômico, o extrativismo predatório, quanto o comércio local, além da degradação ambiental dos ambientes naturais colocam em risco muitas espécies medicinais nativas (MARIOT; REIS; DI STASI, 2000). Por outro lado, a desagregação dos sistemas de vida tradicionais, que acompanha a degradação ambiental, e a inserção de

novos elementos culturais ameaçam um acervo de conhecimentos empíricos e um patrimônio genético de valor inestimável (RODRIGUES; GUEDES, 2006).

As culturas tradicionais elaboraram ideias sofisticadas de saúde e bem-estar e para muitas a saúde não é a mera ausência de doença e sim um estado de equilíbrio espiritual, de convivência comunitária e ecológica, com a inclusão em sistemas de cura tanto de remédios para cura física, quanto para a melhoria e fortalecimento do bem-estar. Verifica-se, portanto, que as práticas relacionadas ao uso popular de plantas medicinais são o que muitas comunidades têm como alternativa viável para o tratamento de doenças ou manutenção da saúde. Porém, sua continuidade pode ser ameaçada pela interferência de fatores externos à dinâmica social do grupo.

Neste contexto insere-se a área de estudo do presente trabalho, a Área de Proteção Ambiental Fernão Dias/MG (APA Fernão Dias), que apresenta uma expressiva população rural e significativos remanescentes de Mata Atlântica, utilizados como fontes de plantas para uso medicinal, mas que nas últimas décadas vem passando por um intenso processo de alterações socioambientais.

Hoeffel *et al.* (2011) observam que a utilização de plantas medicinais está intimamente relacionada à identidade cultural da população local e que a manutenção deste conhecimento é essencial, já que pode orientar o manejo e possibilitar a conservação das áreas naturais, bem como a sua utilização em propostas de Educação Ambiental que auxiliem na sustentabilidade socioambiental da área de estudo.

Desta forma, o presente trabalho, que integra o Projeto de Pesquisa FAPESP 2008/10631-0 - *Pharmácia do Mato - Transformações Socioambientais e Uso de Plantas Medicinais*, tem como objetivo apresentar caminhadas interpretativas com foco no conhecimento e uso popular de plantas medicinais que vem sendo realizadas na APA Fernão Dias.

Caracterização da área de estudo

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC - a Área de Proteção Ambiental corresponde a uma Unidade de Conservação pertencente à categoria de Uso Sustentável e é definida como

(...) uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas e tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000: 17).

A APA Fernão Dias (Figura 1) foi criada a partir do Decreto Estadual nº 38.925 de Julho de 1997 com o objetivo principal de proteger e preservar as formações flo-

restais remanescentes da Mata Atlântica e a fauna silvestre, visando à melhoria da qualidade ambiental e de vida da população (MINAS GERAIS, 1997).

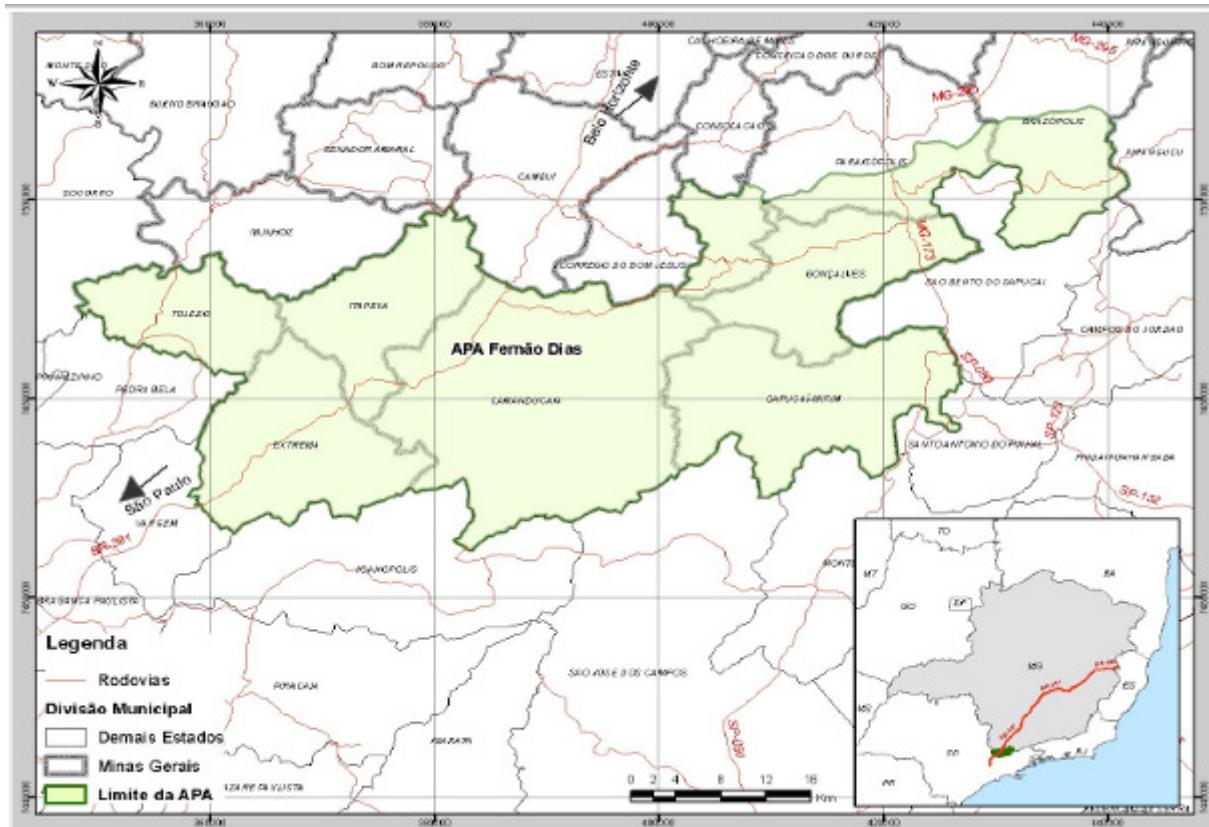


Figura 1: Mapa de localização da APA Fernão Dias (OLIVEIRA, 2007).

A APA Fernão Dias é considerada uma área prioritária para a conservação da flora de Minas Gerais, com importância biológica muito alta (áreas de riqueza de espécies endêmicas, ameaçadas ou raras, remanescentes significativos, altamente ameaçados ou com alto grau de conservação) (DRUMMOND, 2005). Ainda segundo a autora, as pressões antrópicas mais importantes identificadas para a flora foram a monocultura, a expansão urbana e as atividades agropecuárias.

A região ainda possui remanescentes significativos de Mata Atlântica (Figura 2), que, associados à sua beleza natural, faz com que ela se torne alvo de empreendimentos imobiliários os mais diversos, consolidando um processo crescente de ocupação do solo e uso turístico desordenado (HOEFFEL *et al.*, 2004: 2005).

O fácil acesso à área contribui para acelerar o processo de industrialização e o consequente crescimento urbano em alguns municípios, gerando impactos diversos, que são acentuados quando considerada a importância dos fragmentos florestais, jus-

tificada, entre outros motivos, pela diversidade e endemismo de espécies tanto de flora como de fauna (HOEFFEL; GONÇALVES; FADINI, 2010).



Figura. 2: Fragmentos de Mata Atlântica e Reflorestamentos, Camanducaia, MG
Foto: João Luiz Hoefel, maio/2011.

A crescente urbanização pela qual esta região vem passando determinou profundas transformações socioambientais, que resultaram na alteração do modo de vida da população local (HOEFFEL *et al.*, 2008). Segundo relatos dos entrevistados, os jovens não possuem interesse em aprender as práticas medicinais, pois possuem acesso facilitado a hospitais e medicamentos industrializados, além da maior praticidade oferecida pelos “remédios de farmácia”.

A facilidade de acesso a tratamentos médicos e o deslocamento cada vez maior das pessoas para as regiões urbanas são as principais causas da significativa redução do uso de plantas medicinais e a consequente desvalorização deste conhecimento tradicional. Considera-se, em função do quadro de alterações socioambientais observadas na área de estudo (HOEFFEL; FADINI; SEIXAS, 2010), que são necessárias estratégias para o desenvolvimento local sustentável que auxiliem na conservação dos recursos naturais e na valorização deste importante elemento cultural.

Acerca do uso de plantas medicinais, Begossi, Hanazaki e Tamashiro (2002) afirmam haver a possibilidade de relacionar conhecimento local, Educação Ambiental

e atividade econômica alternativa, resultando em uma ferramenta para o desenvolvimento local sustentável.

Neste sentido, estão sendo desenvolvidas atividades de Educação Ambiental, centradas na realização de caminhadas interpretativas, que têm como foco o conhecimento e uso de plantas medicinais regionais, já que esta atividade como instrumento pedagógico pode possibilitar ao indivíduo relacionar-se com o meio e ser realizada em um momento de lazer.

A realidade socioambiental desta APA demonstra que esta apresenta vulnerabilidades que geram riscos diversos, como a redução e/ou extinção de espécies, processos erosivos, assoreamentos, desmatamentos, vários tipos de poluição, destacando-se a hídrica, entre outros, os quais estão diretamente relacionados aos usos agrícolas, à expansão urbana e industrial, ao uso turístico e caça indiscriminada.

Por este motivo, é que uma gestão responsável associada a práticas de Educação Ambiental pode-se mostrar eficaz, uma vez que permite despertar e fortalecer a consciência da população para diversas questões ambientais e estimular a busca, individual e coletiva, por soluções coerentes com as características socioambientais destas unidades de conservação.

Caminhada “Remédios do Mato”, o foco em plantas medicinais

A caminhada interpretativa está sendo desenvolvida em Camanducaia/MG, município núcleo de estudo, e visa demonstrar a utilidade das plantas na medicina popular e sensibilizar os participantes quanto à importância da conservação ambiental.

A técnica escolhida foi a caminhada guiada, ou seja, com a presença de um intérprete que acompanha, conduz e direciona os visitantes de acordo com os seus objetivos. Lima *et al.* (2003) destacam que este tipo de caminhada proporciona a interação entre público e intérprete, além de haver a possibilidade de incorporar como guias os membros da comunidade local, representando assim uma nova forma de atividade econômica associada à sustentabilidade socioambiental.

A caminhada é realizada em uma propriedade rural denominada de Fazenda Mandaçaia, localizada no Bairro Ponte Nova, que possui um expressivo remanescente florestal de Mata Atlântica de Altitude, e seu proprietário, apesar de não ser nativo do município, é um profundo conhecedor da flora local. O trajeto utilizado abrange trilhas em áreas antropizadas e em áreas de floresta nativa (Figuras 3 e 4) em estágio secundário de regeneração de grande beleza cênica, que abrigam uma variedade de plantas medicinais, perfazendo um percurso de aproximadamente 5 km.

Em levantamento realizado no decorrer deste projeto verificou-se que em Camanducaia grande parte das plantas medicinais utilizadas encontra-se dispersa no mato em áreas florestadas e identificou-se o uso de 138 espécies neste município, das quais 76 são nativas, 56 são exóticas e 06 não puderam ser identificadas (HOEFFEL *et al.*, 2011) (Figuras 5, 6, 7, 8, 9, 10).



Figura 3: Área antropizada na Fazenda Mandaçaia, Camanducaia, MG
Foto: Almerinda Fadini, maio/2011.



Figura 4: Área de mata nativa na Fazenda Mandaçaia, Camanducaia, MG
Foto: Almerinda Fadini, maio/2011.



Figura 5: Caroba (*Jacaranda mimosaeifolia*)
Foto: Thiago Comenale, dezembro/2011.



Figura 6: Erva-de-bicho (*Polygonum persicaria*)
Foto: Thiago Comenale, dezembro/2011.



Figura 7: Buta (*Cissampelos parreira*)
Foto: Thiago Comenale, dezembro/2011.



Figura 8: Erva-de-São-João (*Hypericum brasiliense* Choisy). Foto: Thiago Comenale, dezembro/2011.



Figura 9: Oficial de sala (*Asclepias curassavica* L.)
Foto: João Luiz Hoefel, março/2011.



Figura 10: Pariparoba (*Piper umbellatum*)
Foto: João Luiz Hoefel, março/2011.

A diversidade de ambientes possibilita observar diferentes características das espécies de plantas medicinais. Na área antropizada encontra-se um tipo de vegetação, principalmente espécies arbustivas e rasteiras, distribuídas entre nativas e exóticas, muitas delas, em geral, consideradas como ervas daninhas.

Na maioria das vezes, estas plantas não são valorizadas, havendo uma super-valorização das espécies arbóreas (e nativas), devido à existência de uma percepção superficializada do ambiente.

Para a avaliação e identificação de eventuais adaptações necessárias, foi elaborado um questionário composto por 7 perguntas fechadas de múltipla escolha, com quatro opções de resposta (ótimo, bom, regular e péssimo) e 3 perguntas abertas com base na metodologia proposta por Richardson (1999) e Whyte (1978), aplicado ao término da atividade, com o intuito de avaliar características como a adequação do percurso e distância percorrida a públicos diferentes, a riqueza da biodiversidade local, a pertinência do tema proposto e o conhecimento adquirido sobre plantas medicinais. O questionário foi testado inicialmente com grupos compostos por alunos de cursos de graduação e de pós-graduação e turistas, totalizando 23 pessoas e a caminhada vem sendo realizada com público diverso que inclui moradores, alunos e professores de escolas da região e turistas.

De acordo com as respostas obtidas a maioria dos participantes considerou:

- Adequada a distância percorrida (ótima 44% e bom 48%), considerando atender todas as faixas etárias, pelo fato do trajeto não ser muito acidentado e o percurso não ser muito longo;
- Ótima a pertinência da área geográfica escolhida (83%) para o atendimento do objetivo principal (Educação Ambiental e conhecimento de plantas medicinais), uma vez que é possível identificar diversos aspectos socioambientais relevantes como, por exemplo, alterações antrópicas, áreas florestadas em excelente estado de regeneração, abundância de recursos hídricos, além de uma diversidade significativa de plantas medicinais;
- Ótima a satisfação com os conhecimentos adquiridos sobre plantas medicinais (87%), devido ao fato do guia da caminhada possuir profundo conhecimento teórico e prático sobre a flora medicinal regional e conseguir apresentá-lo de uma forma atrativa;
- A diversidade e beleza dos atrativos naturais entre ótima (61%) e boa (39%), já que o percurso da caminhada encontra-se em uma área onde há adiantado estado de regeneração florestal, possui em seu entorno um relevo acidentado e diversos cursos de rios e quedas d'água;
- Ótima a possibilidade de interdisciplinaridade (65%) proporcionada pela caminhada interpretativa, pois possibilita análises e reflexões sobre os efeitos das alterações antrópicas nos ambientes naturais e nas características socioculturais regionais;
- Ótima a riqueza da biodiversidade local (57%), caracterizada por uma ampla diversidade de plantas medicinais e, conforme mencionado anteriormente, nesta região

foram identificadas 138 espécies, das quais 76 são nativas, 56 exóticas e 06 não puderam ser identificadas;

- Ótimo o processo de aprendizagem proporcionado pela metodologia de caminhadas interpretativas (74%), uma vez que a mesma permite através da educação ao ar livre, integrar questões teóricas com exemplos concretos identificados e analisados durante o trajeto.

Os resultados obtidos com as aplicações dos questionários sobre a caminhada indicam que seus diferentes aspectos foram bem avaliados e que esta estratégia pode auxiliar na manutenção de um conhecimento tradicional e na valorização e conservação da biodiversidade. Através de uma divulgação mais ampla desta atividade, realizada inclusive pelos participantes, verificou-se o interesse da comunidade e de turistas na sua continuidade e ampliação.

Desta forma, a realização das caminhadas interpretativas pode ilustrar a forma como os moradores locais se relacionam com o meio ambiente e com as plantas medicinais regionais e mostra-se interessante, pois além de enfocar especificamente este tema, pode possibilitar a conservação ambiental através de uma atividade turística, que promoverá a valorização de um conhecimento difundido nas comunidades rurais, mas que, devido às transformações socioambientais, está se perdendo (Figura 11).

Verifica-se que a interpretação ambiental é uma oportunidade de difundir os valores e costumes dos lugares e comunidades visitadas, os quais, sem esta atividade, poderiam passar despercebidos.



Figura 11: Caminhada interpretativa realizada na Fazenda Mandaçaia, Camanducaia, MG.
Foto: Almerinda Fadini, maio/2011.

Algumas considerações

A APA Fernão Dias é, sem dúvida, uma área de grande importância para a preservação do meio ambiente, e também de aspectos culturais da população local.

Verifica-se que esta localidade insere-se em uma realidade socioambiental que apresenta vulnerabilidades que geram diversos riscos. Esta situação demanda a elaboração de planejamento e ações integradas adequadas às características e especificidades desta área.

Os resultados obtidos neste trabalho demonstraram que se pode estimular a manutenção de práticas tradicionais relacionadas às plantas medicinais, já que estas configuram uma identidade ainda existente na localidade e em consonância com o meio ambiente em equilíbrio, através de atividades de educação e interpretação ambiental.

A Educação Ambiental corresponde a um importante instrumento para difundir o conhecimento e as práticas culturais populares e para estimular o desenvolvimento e envolvimento das comunidades em programas de uso sustentado dos recursos naturais.

A utilização de técnicas interpretativas contribui para a compreensão de fatos que estão além das aparências, assim, o desenvolvimento de caminhadas interpretativas no foco do conhecimento e uso popular de plantas medicinais podem auxiliar no entendimento da forma como as pessoas conhecem e se relacionam com as mesmas, possibilitando a manutenção dos recursos naturais através de uma atividade que promoverá a valorização de um conhecimento difundido nas comunidades rurais, mas que está se perdendo devido às transformações socioambientais.

Os dados obtidos até o momento com a realização desta caminhada interpretativa indicam que os participantes reconhecem o valor desta metodologia e percebem seu potencial como estratégia de Educação Ambiental e de enriquecimento pessoal.

Através da compreensão da realidade socioambiental desta APA é possível elaborar ações, planos e políticas socioeconômicas voltados para a preservação e conservação dos atributos naturais e culturais locais. Desta forma, a manutenção destes espaços torna-se imprescindível, porém isto só será possível através da adequação da forma de utilização deste espaço, bem como das atividades nele desenvolvidas, ao meio natural, de zoneamentos ambientais e de uso do solo, entre outras ações, que respeitem as suas dinâmicas e características.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, S.K.S.; SILVA, I.M. Plantas medicinais e de uso religioso comercializadas em mercados e feiras livres no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Acta bot. bras.** v.20, n.1, p.185-194, 2006.
- BEGOSSI, A.; HANAZAKI, N.; TAMASHIRO, J.Y. Medicinal plants in the Atlantic Forest (Brazil): knowledge, use and conservation. **Human Ecology**, New York, v. 30, n. 3, p. 281-299, 2002.

BARBOSA, S. R. C. S.; HOEFFEL, J. L.M. Qualidade de vida e complexidade social na APA Cantareira, SP: um estudo sobre degradação socioambiental e subjetividade. **Relatório Parcial de Projeto de Pesquisa** (FAPESP processo n. 06/60366-5), 2008.

BRASIL. Ministério da Industria, Comércio e Turismo / Ministério do Meio Ambiente (1994). **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: Embratur / Ibama, 1994.

BRASIL. **Lei n.º 9.985/2000 de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: Imprensa Oficial, 2000.

BRASIL. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. **Ecoturismo**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BUTTEL, F.F. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. In: HERCULANO, S.; PORTO, M.F.S. (Org.) **Qualidade de vida & riscos ambientais**. Niterói: EDUFF, p. 29-48, 2000.

CUNHA, L.H. O. Saberes tradicionais pesqueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.7 (jan/jun), p.71-79, 2003.

DIAS, R. Turismo, cidadania e Educação Ambiental. In: DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, p. 159-181, 2003.

DRUMMOND, G. **Biodiversidade em Minas Gerais**: um atlas para sua conservação. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005.

FACO, R.A.; NEIMAN, Z. A natureza do ecoturismo: conceitos e segmentação. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, p.43-62, 2010.

FENNELL, D.A. Ecoturismo e Ecoturistas. In: FENNELL, D.A. **Ecoturismo**. São Paulo: Contexto, p. 41-71, 2002. (Coleção Turismo Contexto)

GEERDINK, S.; NEIMAN, Z. A Educação Ambiental pelo turismo. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, p.63-83, 2010.

GUIMARÃES, S.T.L. Nas trilhas das paisagens: heranças, recursos, valores. In: COSTA, N. M.C.; NEIMAN, Z.; COSTA, V.C. (Org.) **Pelas trilhas do ecoturismo**. São Carlos: RiMa, p. 53-72, 2008.

HOEFFEL, J. L.; GONÇALVES. N.M.; FADINI, A.A.B.; SEIXAS, S.R.C. Identidade, Saber Popular e Riscos Ambientais – Conhecimento e Uso de Plantas Medicinais nas Áreas de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira (SP) e Fernão Dias (MG). **Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, p.1-15, 2011. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1314181584_ARQUIVO_HOEFFEL,J.Letal-IDENTIDADE,SABERPOPULARERISCOSAMBIENTAIS.pdf

HOEFFEL, J.L.; FADINI, A.A.B. ; MACHADO, M.K. ; REIS, J.C. Trajetórias do Jaguary: Unidades de Conservação, Percepção Ambiental e Turismo - Um Estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo. **Ambiente & Sociedade** (Campinas), v. XI, p. 131-148, 2008.

HOEFFEL, J.L. FADINI, A.A.B. ; MACHADO, M.K. ; REIS, J.C. Trajetórias do Jaguary: a complexidade sócio-ambiental no Reservatório dos Rios Jaguary/Jacareí. **Proceedings International Congress on Environmental Planning and Management**. Brasília: Catholic University of Brasília, p. 1-16, 2005 (CD Rom).

HOEFFEL, J.L.; MACHADO, M.K. ; FADINI, A.; LIMA, F.B. Concepções e percepções da natureza na Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira. **Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Curitiba: Fundação O Boticário, v.1, p.346-356, 2004.

HOEFFEL, J.L.; FADINI, A.A.B.; SEIXAS, S.R.C. **Sustentabilidade, qualidade de vida e identidade local olhares sobre as APA's Cantareira/SP e Fernão Dias/MG**. São Carlos: RiMa, 2010.

HOEFFEL, J. L.; GONÇALVES, N. M.; FADINI, A. A. B. Áreas de proteção ambiental Fernão Dias (MG) e do Sistema Cantareira (SP) – riscos socioambientais e aspectos relevantes para a conservação. **OLAM**, Rio Claro, SP. ano X, v.10, n. 2, , p. 90-124, Agosto-Dezembro/ 2010

LEFF, H. **Complexidade Ambiental**. São Paulo. Cortez, 2003.

LEWINGTON, A. **Plants for people**. London: The Natural History Museum, 1990.

LIMA, F.B. MACHADO, M. K. ; HOEFFEL, J. L. ; FADINI, A. A. B. Caminhada Interpretativa na natureza como instrumento para Educação Ambiental. **Anais do II EPEA/UFSCar**, 27 a 30 de julho de 2003 – São Carlos, 2003.

LUZZI, D. Educação Ambiental: pedagogia, política e sociedade. In: PHILIPPI-Jr., A.; PELICIONI, M.C.F. (editores). **Educação Ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, p. 381-400, 2005.

MACIEL, M.A.P.M.; PINTO, A. C.; VEIGA, V. E. Plantas Medicinais: a Necessidade de Estudos Multidisciplinares. **Quim. Nova**, v.25 (3), P.429-438, 2002.

MARIOT, A.; REIS, M.S.; DI STASI, L.C. Fundamentos para o manejo de Piperáceas na Floresta Tropical Atlântica: demografia e fenologia reprodutiva. In: DIEGUES, A. C.; VIANA, V. M. (orgs.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos da Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP, pp. 57-64, 2000.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 38.925, de 17 de Julho de 1997**. Minas Gerais, Assembléia Legislativa, 1997.

NEIMAN, Z. Ecoturismo e Educação Ambiental em Unidades de Conservação: A importância da Experiência Dirigida. In: COSTA, N.M.C.; NEIMAN, Z.; COSTA, V.C. (org). **Pelas Trilhas do Ecoturismo**. São Carlos: RiMa, p. 33-49, 2008.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. Trilhas na natureza e sensibilização ambiental. In: COSTA, N. M.C.; NEIMAN, Z.; COSTA, V.C. (Org.) **Pelas trilhas do ecoturismo**. São Carlos: RiMa, p. 73-86, 2008.

OLIVEIRA, R. (Coord.) **Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental Fernão Dias**. Belo Horizonte: DER, 2007. 2v.

PAGANI, M.I.; SCHIAVETTI, A.; MORAES, M.E.B.; TOREZAN, F.E. As trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo. In: LEMOS, A. I. G. **Turismo: Impactos Sócio-ambientais**. São Paulo: Hucitec, São Paulo, p. 151-163. 1996.

PEREIRA, E.M. Interpretação: Valor adicional no turismo sustentável. In: NELSON, S.P.; PEREIRA, E.M.; **Ecoturismo: Práticas para o turismo sustentável**. Manaus: Vale / UniNorte, 2004.

PHILIPPI-Jr. A.; PELICIONI, M.C.F. Alguns Pressupostos da Educação Ambiental. In: PHILIPPI-Jr. A.; PELICIONI, M.C.F. (editores). **Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos**. São Paulo: USP, Signus, p. 35, 2002.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A.C.C.; GUEDES, M.L.S. Utilização de plantas medicinais no Povoado Sapucaia, Cruz das Almas – Bahia. **Rev. Bras. Pl. Med.** Botucatu, v.8, n.2, p.1-7, 2006.

SANDERS, E. G. Ecoturismo e aspectos econômicos. In: NELSON, S. P.; PEREIRA, E. M. (Org.) **Ecoturismo: Práticas para o turismo sustentável**. Manaus: Editora Vale / UniNorte, p. 235-273, 2004.

SAUL, P.F.A.; LEAL, J.C P.; FENSTERSEIFER, C. Trilhas de Interpretação Ambiental. In: NOWATZKI, C.H. (Org.) **Educação Ambiental: teoria e prática**. São Leopoldo: Unisinos, p. 107-114, 2002.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, C. **Educação Ambiental: Pesquisa e Desafios**. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

VASCONCELLOS, J. Trilhas interpretativas: aliando educação e recreação. **Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, Curitiba, p.356–365, 1997.

VIEZZER, M.; OVALLES, O. (Org). **Manual Latino americano de educ-ação ambiental**. São Paulo: Gaia, 1994.

WHYTE, A. **La perception de l'environnement**: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain. Paris: UNESCO, 1978.

Agradecimentos

Trabalho elaborado com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, Projeto de Pesquisa nº 2008/10631-0 denominado: “Pharmácia do Matto - Transformações Socioambientais e Uso de Plantas Medicinais nas APA's Cantareira/SP e Fernão Dias/MG”.

João Luiz de Moraes Hoefel: Universidade São Francisco, Bragança Paulista, SP, e Núcleo de Estudos em Sustentabilidade - Faculdades Atibaia, Atibaia, SP, Brasil.

Email: jlhoeffel@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7635072427530391>

Nayra de Moraes Gonçalves: : Universidade São Francisco, Bragança Paulista, SP e Moiinho D'Água Treinamentos, Nazaré Paulista, SP, Brasil.

Email: nayragoncalves@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9703941932203592>

Almerinda Antonia Barbosa Fadini: Instituto Federal de São Paulo, Salto, SP, Brasil.

Email: almerindafadini@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7835878522109146>

Data de submissão: 29 de setembro de 2011

Data de recebimento de correções: 25 de janeiro de 2012

Data do aceite: 27 de janeiro de 2012

Avaliado anonimamente

SEÇÃO
RESENHAS

O tempo nos parques

O tempo nos parques é íntimo, inadiável, imparticipante, imarcescível.
Medita nas altas frondes, na última palma da palmeira
Na grande pedra intacta, o tempo nos parques.
O tempo nos parques cisma no olhar cego dos lagos
Dorme nas furnas, isola-se nos quiosques
Oculta-se no torso muscular dos fícus, o tempo nos parques.
O tempo nos parques gera o silêncio dopiar dos pássaros
Do passar dos passos, da cor que se move ao longe.
É alto, antigo, presciente o tempo nos parques
É incorruptível; o prenúncio de uma aragem
A agonia de uma folha, o abrir-se de uma flor
Deixam um frêmito no espaço do tempo nos parques.
O tempo nos parques envolve de redomas invisíveis
Os que se amam; eterniza os anseios, petrifica
Os gestos, anestesia os sonhos, o tempo nos parques.
Nos homens dormentes, nas pontes que fogem, na franja
Dos chorões, na cúpula azul o tempo perdura
Nos parques; e a pequenina cutia surpreende
A imobilidade anterior desse tempo no mundo
Porque imóvel, elementar, autêntico, profundo
É o tempo nos parques.

Vinícius de Moraes

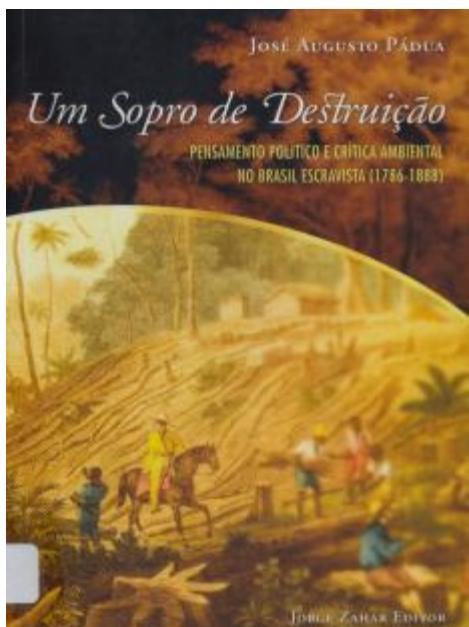




Pensamento ecológico brasileiro: uma luta pela emancipação e liberdade

Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de conservação**: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, 318p.



Em pesquisa minuciosa e rica, o historiador José Augusto de Pádua demonstra nesse livro como a colonização de exploração se deu no Brasil, num contexto de aventura e predação, imprimindo práticas que até hoje ameaçam o desenvolvimento do país, como as queimadas, derrubadas predatórias da floresta, mortandade de peixes, baleias e peixes boi sem cuidado com os ciclos de reprodução. Mas ao mesmo tempo descortina um pensamento crítico emergente, desde o início da formação acadêmica do país, que se afiliava a uma consciência ambiental avançada, não eurocêntrica, identificada com o desenvolvimento nacional, a abolição da escravatura, a independência e emancipação política. Inovadora. A relação entre o escravismo e a destruição ambiental é revelada, pois a abundância de mão de obra e o desestímulo aos

avanços tecnológicos inerentes ao escravismo foram fatores essenciais para moldar uma agricultura extensiva, predatória e rudimentar no país, que se impõe até os dias de hoje como uma opção insustentável de economia.

Apesar de constantemente identificado com o pensamento contemporâneo, a consciência crítica diante da destruição ambiental foi localizada dentre as preocupações dos pensadores iluministas brasileiros desde o século XVIII. Precisamente entre 1786 e 1888, Pádua colecionou cerca de 150 textos, de mais de 50 autores, que versavam sobre a importância da proteção ambiental para a construção nacional. Não se alegava questões estéticas, éticas, ou o valor intrínseco ou espiritual da natureza; os pensadores identificados arguiam e vislumbravam questões políticas e econômicas. A destruição era descrita como um atraso e não um preço do progresso como muitos desenvolvimentistas atuais percebem a proteção ambiental. José Bonifácio e Joaquim Nabuco são a face mais conhecida desse pensamento, mas não estavam insulados, ao contrário: representam uma vanguarda esquecida pela historiografia que aborda o ecológico, denotando o eurocentrismo presente nesta ciência.

Sob a Influência da economia da natureza de Lineu (1707-1778), baseada na

produção primária, o naturalista italiano Domenico Vandelli (que se estabeleceu em Portugal durante o governo de Marquês de Pombal), fez a reforma universitária e participou da criação dos jardins botânicos de Coimbra e Lisboa. A economia da natureza apresentava o mundo natural como um sistema interdependente, como afirmava Linneu em 1760:

A partir do que nós sabemos, é possível julgar quão importante é cada uma das disposições da natureza, de forma que se faltasse uma única espécie de minhoca a água estagnante alteraria o solo e a umidade faria tudo apodrecer. Se uma única função importante faltasse no mundo animal, nós poderíamos temer o maior desastre no universo.

Vandelli alertava contra a destruição, principalmente no Brasil, em que espécies desconhecidas estavam ameaçadas e o potencial agrícola do país sendo erodido pelo domínio de técnicas predatórias.

Os primeiros críticos ambientais brasileiros não se concentraram em uma região do país, mas em diversas, numa riqueza de pensamento e valorização de biomassas. Segundo Pádua, eram eles: Alexandre Rodrigues Ferreira (1756 - 1815) na Amazônia; Manuel Arruda da Câmara (1752-1811) Pernambuco; Baltasar da Silva Lisboa (1761-1840) e Manuel ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (1762-1835) - Bahia; José Gregório de Moraes Navarro e José Vieira Couto (1752-1827) - Minas Gerais; Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira (1750-1824) - no Maranhão; João Severiano Maciel da Costa (1769 -1833) no Rio de Janeiro; José Bonifácio de Andrada e Silva - São Paulo e Rio de Janeiro.

Bonifácio permaneceu 3 décadas na Europa, frequentou o grupo de Vandelli e só retornou em 1819 ao Brasil. Na Europa conviveu como os botânicos Antoine-Laurent de Jussieu e Alexander von Humboldt. Lá escreveu tratados contra a destruição dos bosques e a caça predatória das baleias. A reforma ambiental ganhou sentido político como instrumento de superação do passado colonial. Estabeleceu um nexo causal entre a destruição do meio ambiente e a produção escravista.

Na primeira República esse pensamento encontra eco nos ensaístas Euclides da Cunha e Alberto Torres. Encontram-se diferenças em termos de profundidade, diversidade de questões abordadas, dramaticidades, e principalmente sobre o escravismo. Bonifácio, André Rebouças e Nabuco sustentavam que enquanto vigorasse a escravidão não seria possível estabelecer uma relação saudável entre o homem e a terra no Brasil.

Em 1876, André Rebouças lança a ideia de criar parques nacionais no Brasil, principalmente em Setes Quedas de Guaíra (PR) e na Ilha do Bananal (TO), a argumentação se baseava no progresso que o turismo poderia trazer para as regiões, e não a necessidade de preservar apenas a beleza ou a natureza em si. Os pensadores que tratavam da proteção citavam Humboldt e não Darwin, e nem seu discípulo Haeckel criador da palavra ecologia. A ideia era ligada a um modelo rural de progres-

so, a vida fabril e urbana despertava uma permanente desconfiança. O modelo ideal passava por um rural modernizado com máquinas e produtos químicos, essa agricultura modernizada não era vista como fonte de destruição ambiental, mas essencial para construção de um país civilizado. Bonifácio foi o elo de ligação e corrente de transmissão desse pensamento nacionalista e político de construção econômica.

São muitas as questões de fundo abordados pelo livro, das quais destacamos o contraste entre o cientificismo progressista e o romantismo na origem da crítica ambiental brasileira. Nos Estados Unidos a campanha pela criação de parques nacionais nas serras da Califórnia, lideradas por John Muir foi influenciada pelo transcendentalismo, fundamentando-se na sublimidade daquelas áreas, segundo ideais de Thoreau. O pano de fundo centrava-se na desconfiança dos resultados da ação humana sobre o mundo da natureza.

Hoje em dia quase todos os chamados melhoramentos feitos pelo ser humano, tais como a construção de casas e a derrubada das florestas e de todas as árvores grandes, simplesmente deformam a paisagem e fazem com que ela fique mais e mais domesticada e sem valor. “*Quem dera um povo que preferisse por fogo nas cercas e deixar de pé as florestas*” (THOREAU, 1984 [1862], p.86).

A ideologia brasileira, salvo exceções pontuais, não se baseou nesta postura romântica, e, portanto, não se preocupou seriamente com o estado de conservação do meio ambiente. No Brasil a campanha de defesa do meio ambiente foi promovida pelos racionalistas, como herança cultural do iluminismo que formaram o pensamento moderno ambientalista.

Pádua revela ainda o papel da igreja nos estados nordestinos, como uma voz de resistência à política de degradação, devido principalmente a uma opção por construir sociedades católicas estáveis e fieis, permanentes, o que se confrontava com a visão utilitarista e imediatista da terra. Dentre as vozes identificadas com um pensamento ambiental crítico, Pádua identifica o frei Vicente Salvador que em 1627 se contrapunha a mudança do nome do país de Santa Cruz para Brasil, representando uma visão mercantilista do uso da terra, exploração da Madeira e não enraizamento na terra, como sugeria o nome Santa Cruz ligado à vida social e bônus da religião. Nesse sentido, frei Vicente, também criticava os colonizadores que apesar da visão utilitarista ainda encontravam estabilidade e completava: "...tudo pretendem levar para Portugal ... E isso não é só os que de lá vieram, mas ainda os cá nasceram, que uns e outros usam da terra não como senhores, só para desfrutarem e a deixarem destruída" (MATTOS. 2004, p.195).

A importância do livro vai além do resgate histórico e simbólico das raízes do pensamento ambientalista, pois permite compreender o ambientalismo brasileiro nascendo imbricado às discussões sociais e econômicas. Talvez único no mundo que se conecta com os movimentos sociais (socioambientalismo, SANTILI; SANTILI, 2009) e tem como lideranças seringueiros como Chico Mendes e Unidades de Conservação voltadas para o social, como a reserva extrativista. Nesse sentido, esse pensamento

referencia instrumentos essenciais para tomada de decisão na gestão ambiental atual que busca participação e colaboração. Permite compreender a relevância dada por parte dos intelectuais brasileiros ao conhecimento, à ciência e ao meio ambiente, enquanto enfrentavam (e enfrentam) um grupo extremamente conservador e fechado. Por último, a leitura se revela extremamente emancipatória e libertária, desvincilhando a imagem negativa e tosca construída em torno do período imperial brasileiro, por descobrir um pensamento sofisticado e atual que anima até nossos dias as discussões ambientais no país, mas precisam de maior reconhecimento, ímpeto e aplicação por parte dos que manejam e descobrem o meio ambiente no país, principalmente os atuam nas áreas do turismo, ecoturismo, políticas ambientais, conservação ambiental e educação ambiental.

Referências Bibliográficas

MATTOS, I.R. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTILI, M.; SANTILI, J. Desenvolvimento Socioambiental. In: PADUA, José Augusto de. **Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente**. Belo Horizonte- São Paulo, Editora Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/ Petrópolis, 2009. p. 216-241.

THOREAU, H. Caminhando. In: DRUMMOND, J. A. (org). **Desobedecendo: A Desobediência Civil e Outros Escritos de Henry Thoreau**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984 [1862].

Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire: Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, CE, Brasil.

Email: geovanacartaxo@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1146319227790808>

Data de submissão: 12 de dezembro de 2011

Data de recebimento de correções: 08 de janeiro de 2012

Data do aceite: 08 de janeiro de 2012

Avaliado anonimamente